



BELLUM



Revista do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército



Vol.1, nº1 - 1º Semestre de 2024





BELLUM

Revista do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército

EDITORIAL

Comandante do Exército

Gen Ex Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva

Departamento de Educação e Cultura do Exército

Gen Ex Francisco Carlos Machado Silva

Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

Gen Bda Luciano Antônio Sibinel

Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército

Cel Alex de Aguiar Dutra

Editor

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

Cel Fábio Ribeiro de Azevedo
Diretor da BIBLIEx

Conselho Editorial

Cel Fábio Fachinetti Freire, Prof. Dr. (PUC-RJ)
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz, Prof. Dr. (UFF-ULB-U. Lisboa)
Cel Marcelo Vieira de Souza Filho, Prof. Esp. (UNIRIO)
Cel Hélio Irany Wanderley Júnior, Prof. Me. (UNIVERSO-FGV)
Ten Cel Daniel Soares Filho, Prof. Dr. (UFF)
Ten Cel Wagner Alcides de Souza, Prof. Me. (UFRJ)
2º Ten Ana Beatriz Ramos de Souza, Profa. Dra. (UERJ)
Sten Álvaro Luiz dos Santos Alves, Prof. Me. (UNIVERSO)

Diagramação e Identidade visual

3º Sgt Tatiane Duarte (BIBLIEx)

Editoração eletrônica – EB Revistas

2º Ten Tailane da Silva Rodrigues Marzzollo

Revisão

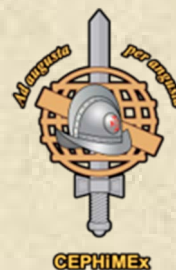
CEPHiMEx
Cel Edson de Campos Souza

Administração e redação

CEPHiMEx
Avenida D. Pedro II nº 383, São Cristóvão
20941-070 Rio de Janeiro-RJ

Imagem da capa

Estátua equestre do Duque de Caxias.
Acervo DPHCEX.



A revista *BELLUM* é destinada a docentes, pesquisadores e estudantes de História e disciplinas afins. Tem como objetivo estimular e fomentar a discussão e o estudo de temáticas ligadas à História Militar e aos conflitos bélicos. A seleção dos artigos é baseada em critérios como: relevância, originalidade e contribuição para o progresso do conhecimento.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bellum: Revista do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército [recurso eletrônico]. – v. 1, n. 1 (1º semestre), 2024. – Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural, Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, 2024. – 1 recurso online: il.

Semestral

Recurso digital (1 arquivo: 13,6 MB)

Formato: PDF

Requisito do sistema: Adobe Acrobat Reader

1. História Militar. 2. História dos conflitos. 3. Guerra.
4. Periódicos. I. Brasil. Exército. Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército. II. Título.

CDD: 940.40

CDD: 940.54

CDD: 940.5481

Ficha Catalográfica elaborada por Tailane da Silva
Rodrigues Marzzollo – Bibliotecária – CRB 7/6942

Os conceitos emitidos nos artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do CEPHiMEx ou do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam citadas. Salvo expressa disposição contrária, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados, desde que mencionados o autor e a fonte.

Submissões:

revista.bellum@dphcex.eb.mil.br

SUMÁRIO

02 Editorial

05 A pesquisa científica sobre as missões de paz brasileiras:
historiografia e epistemologia no campo da História
Carlos Roberto Carvalho Daróz

21 Fortificações e artilharia nas novas fronteiras do Brasil
(1750-1777)
Pedro Marquês de Souza

53 O papel militar de José Bonifácio de Andrada e Silva
durante a Guerra Peninsular (1808-1811)
Hermes Leôneo Menna Barreto Laranja Gonçalves

75 Clausewitz e suas traduções
Wagner Alcides de Souza

89 Tenente Apollo Miguel Rezk: sua trajetória durante a
Segunda Guerra Mundial
José Carlos Meireles da Silva
Fabíola Michelle Andrade de Oliveira

107 Sara de Castro: uma brasileira judia enfermeira na
Segunda Guerra Mundial
Daniel Mata Roque
Israel Blajberg
Fernando Porto

EDITORIAL

“A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que deve fazer do seu próprio conhecimento.”
(Platão)

Prezado(a) leitor(a),

A História Militar, como disciplina, desempenha um papel crucial na compreensão da evolução das sociedades ao longo do tempo. Em um mundo em constante transformação, o estudo das estratégias, táticas e impactos das atividades militares proporciona olhares importantes sobre as dinâmicas políticas, sociais e culturais. Nesse contexto, a criação de um periódico científico dedicado à História Militar representa um marco significativo para a comunidade acadêmica e militar.

É, pois, com elevada satisfação, que o Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx), instituição de pesquisa vinculada à Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx), lança sua nova revista científica, *Bellum*, destinada ao estudo histórico do fenômeno guerra, das instituições militares, dos combatentes e da evolução da arte da guerra. Este novo veículo propõe-se a ser uma plataforma essencial para a difusão e avaliação de pesquisas inovadoras, estimulando o diálogo crítico e promovendo a excelência na historiografia militar.

Ao concentrar-se em publicações científicas especializadas, nosso periódico visa preencher lacunas no entendimento histórico, destacando estudos específicos e análises aprofundadas sobre eventos e personagens militares que moldaram o curso da história. A colaboração entre pesquisadores e acadêmicos na apresentação de pesquisas originais ampliará nossa compreensão das estruturas militares, das estratégias de combate e dos efeitos duradouros dos conflitos armados. Além disso, ao fornecer um fórum para a discussão de metodologias, teorias e abordagens inovadoras, o periódico contribuirá para a consolidação de novas perspectivas e paradigmas na História Militar.

A relevância deste periódico transcende as fronteiras acadêmicas, estendendo-se ao público interessado em compreender as raízes e consequências dos conflitos armados. Ao fornecer acesso a pesquisas de ponta, o periódico científico servirá como um recurso exclusivo para educadores, estudantes e entusiastas que buscam uma compreensão aprofundada do papel central da história militar no desenvolvimento humano. Em última análise, o lançamento deste periódico representa um compromisso renovado com a expansão do conhecimento histórico e a promoção de uma abordagem crítica e holística para o estudo da História Militar.

O CEPHiMEx foi criado em 31 de agosto de 2010, tendo como base conceitual a Diretriz Geral do Comandante do Exército, publicada em 9 de maio de 2007, que determinava ao Sistema de Ensino, atual Sistema de Educação e Cultura, a adoção de medidas para incentivar o estudo de

assuntos relacionados à História Militar e ao emprego contemporâneo de forças militares, estabelecendo, ainda, que a pesquisa e a divulgação da História Militar do Brasil eram objetivos prioritários das atividades culturais no âmbito da Força.

O Centro encarrega-se da organização de pesquisas, palestras, seminários e simpósios afetos à História Militar e a áreas e temas afins, desenvolvidos ao longo do ano letivo em espaços institucionais e, também, em Instituições de Ensino Superior do meio acadêmico civil. Participa, ainda, de encontros internacionais que envolvam instituições congêneres de países amigos.

O corpo de pesquisadores do CEPHiMEx é constituído por profissionais graduados e pós-graduados (especialização, mestrado e doutorado) na área de História e afins, além de alguns possuírem, ainda, cursos em Instituições de Ensino do exterior. Todos apresentam um significativo número de obras publicadas e atuam, também, como palestrantes e conferencistas de instituições civis e militares.

Em 2021, o Comando do Exército reconheceu e credenciou o CEPHiMEx como Instituição de Pesquisa (IP), o qual passou a ser avaliado pela Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento da Educação Superior Militar no Exército (CADESM), por meio do Sistema de Avaliação da Coordenadoria de Avaliação e Desenvolvimento da Educação Superior Militar no Exército.

A metodologia da pesquisa histórica compreende um conjunto de procedimentos empregado pelos historiadores para estudar e interpretar fenômenos passados, com o propósito de produzir o conhecimento histórico, no caso do CEPHiMEx, do conhecimento histórico militar. Sinteticamente, a pesquisa histórica atende às seguintes fases: 1) definição do tema; 2) estabelecimento de referenciais teórico e historiográfico; 3) seleção do tipo de pesquisa mais adequado; 4) definição dos instrumentos de coleta; 5) coleta de dados; 6) organização e análise dos dados; e 7) divulgação dos resultados.

No que tange ao último quesito, os resultados podem ser apresentados à instituição promotora da pesquisa, a outras instituições parceiras e à comunidade científica em geral. A divulgação da pesquisa é efetuada por intermédio da produção de livros, capítulos de livros, documentários, seminários, palestras ou publicação de artigos em periódicos científicos.

Nesse sentido, com o propósito de desenvolver e expandir o estudo da História Militar no âmbito da Força Terrestre; fortalecer sua comunicação estratégica; bem como consolidar o CEPHiMEx como órgão de referência para o desenvolvimento e a produção de conhecimento sobre a temática, tornou-se necessária e importante a criação de uma revista científica, editada pelo Centro, sob a orientação da DPHCEX.

Surge, pois, a revista *Bellum*, periódico científico estruturado de acordo com as seguintes premissas:

- modalidade eletrônica (*on-line*), o que possibilitará difusão ilimitada pela rede mundial de computadores;

- captação de trabalhos dos pesquisadores orgânicos do CEPHiMEx, do Corpo de Pesquisadores Associados e de investigadores externos, acadêmicos e/ou independentes, que estudam cientificamente a temática História Militar;

- hospedagem no portal EB Revistas;

- utilização da plataforma OJS;

- periodicidade semestral;

- internacionalização, captando artigos de pesquisadores estrangeiros; e

- busca de uma indexação qualificada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, no mais curto prazo.

Assim, é com satisfação que lançamos este primeiro exemplar de *Bellum*, que reúne trabalhos de investigação com escopo variado, abrangendo desde questões acerca da teoria da história, estudos patrimoniais e perfis biográficos de personagens da História Militar.

O primeiro artigo estuda a pesquisa histórica sobre as missões e forças de paz brasileiras, desde a primeira experiência, na década de 1940, até os dias atuais. O estudo realiza o mapeamento da produção científica sobre a temática no Brasil e apresenta três possibilidades teórico-epistemológicas no campo da História para o estudo das operações de paz.

Inaugurando a revista sob o pressuposto da internacionalização, a segunda contribuição é o resultado de uma pesquisa de investigador lusitano. Tomando por base numerosas fontes primárias localizadas em arquivos históricos de Portugal, a pesquisa analisa a composição da artilharia e as principais fortificações construídas no Brasil na segunda metade do século XVIII, que materializaram suas novas fronteiras interiores.

O terceiro trabalho também se baseia em fontes primárias localizadas em Portugal e estuda uma fase da vida de um dos maiores personagens da História do Brasil: José Bonifácio de Andrada e Silva. A investigação está centrada em sua atuação como oficial do Corpo Militar Acadêmico da Universidade de Coimbra. Nessa unidade militar única, foi de sargento a comandante, tendo passado por diversos episódios que influenciaram a campanha de reação luso-britânica ao invasor francês por ocasião da Guerra Peninsular.

O quarto artigo realiza uma abordagem inovadora sobre um dos temas mais estudados no campo da História Militar em todo o mundo: a obra de Carl von Clausewitz. A pesquisa estuda o contexto no qual foram realizadas as traduções de sua obra *Da Guerra*, em diferentes países. Analisa, também, como sua tradução ocorreu para o português, sobretudo no Brasil, de maneira tardia quando em comparação com outros idiomas, buscando compreender as razões para tal.

Tanto a quinta como a sexta contribuições trazem esboços biográficos de personalidades que integraram a Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial. O Tenente Apollo Miguel Rezk lutou de forma destacada integrando o Regimento Sampaio e tornou-se um dos militares brasileiros mais condecorados no conflito. A outra biografada é Sara de Castro, uma pernambucana de família judaica que foi voluntária para atuar como enfermeira junto ao Serviço de Saúde da FEB.

O Exército possui, em suas diretrizes e planos estratégicos, muito bem definidos o valor agregado e a importância da História Militar, seja para a aquisição de experiências bélicas, seja para o fortalecimento da liderança e dos valores, raízes e tradições da Instituição.

Orientada por esses princípios, a DPHCEX inaugura seu periódico científico, operacionalizado pelo CEPHiMEX, no sentido de divulgar o resultado de suas pesquisas e consolidá-lo como polo de referência nacional e internacional nos assuntos relativos à História Militar.

Nesse sentido, a nova revista do CEPHiMEX possui condições de, no plano externo, projetar o EB no meio científico e acadêmico; e, mais importante, internamente fortalecer a coesão, a comunicação estratégica e, em última instância, o poder de combate do EB, por meio da História e da Cultura Militar.

Desejamos, pois, uma agradável e proveitosa leitura.

O Editor.



**A PESQUISA CIENTÍFICA SOBRE AS MISSÕES
DE PAZ BRASILEIRAS: HISTORIOGRAFIA
E EPISTEMOLOGIA NO
CAMPO DA HISTÓRIA**

Carlos Roberto Carvalho Daróz



Resumo: Desde a década de 1940 até os dias atuais, o Brasil vem participando de missões de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas e de outros organismos de segurança coletiva, seja disponibilizando observadores, seja desdobrando contingentes de tropas de forças de paz. Apesar dessa longa participação, somente na primeira década do século XXI, o meio acadêmico passou a elencar as missões/forças de paz como objeto de estudo. O presente estudo tem como propósito realizar um mapeamento da produção científica sobre a temática no Brasil, bem como apresentar três possibilidades teórico-epistemológicas no campo da História para o estudo e a pesquisa acerca das missões/forças de paz.

Palavras-chave: Missões de paz, relações internacionais, teoria da história.

Abstract: From the 1940s to the present day, Brazil has participated in peacekeeper missions under the aegis of the United Nations and other collective security organizations, either by providing observers or by deploying contingents of peacekeeping troops. Despite this long-standing participation, it was only in the first decade of the 21st century that university research began to list peacekeeping missions/forces as an object of study. The purpose of this study is to map scientific production on the subject in Brazil, as well as to present three theoretical and epistemological possibilities in the field of History for studying and researching peace missions/forces.

Keywords: Peacekeeping, international relations, theory of History.

INTRODUÇÃO

As missões de paz caracterizam-se por atividades desenvolvidas no intuito de criar condições para favorecer a paz duradoura em regiões conflagradas pela guerra¹, reduzindo o número de mortos e feridos no campo de batalha e entre os civis, e limitar os riscos de recrudescimento dos conflitos bélicos.

Embora sejam normalmente associadas à Organização das Nações Unidas (ONU)², as missões de paz também foram e são, frequentemente, desencadeadas sob o mandato de outros organismos regionais ou de segurança coletiva, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a União Africana (UA), a União Europeia (UE), dentre outras³.

Historicamente, no entanto, a partir da criação da ONU, as missões de paz sob sua égide têm sido predominantes, verificando-se em todos os continentes do mundo. Por meio de suas Forças Armadas e de seu Ministério das Relações Exteriores, o Brasil vem participando de missões de paz desde a década de 1940, em escalas variadas de envolvimento, sob o mandato da ONU, majoritariamente, e da OEA, em seis ocasiões⁴.

¹UNITED NATIONS – Department of Peacekeeping Operations (DPKO). *What is peacekeeping?* Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/what-is-peacekeeping>>. Acesso em: 10 jul 2019.

²A ONU foi criada em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, por 51 países comprometidos com a manutenção da paz e segurança internacionais, objetivando desenvolver relações amistosas entre as nações e promover o progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos. Ver UNITED NATIONS. History of the UN. Disponível em: <<https://www.un.org/un70/en/content/history/index.html>>. Acesso em: 10 jul 2019.

³Dentre as missões de paz realizadas fora do espectro da ONU, podemos listar, como exemplo: a missão da OTAN no Kosovo (iniciada em 1999 e ainda em desdobramento), a Força Multinacional da UE na República Centro-Africana (2014-2015), a Força Interamericana da OEA em São Domingos (1965) e a missão da UA no Sudão (início em 2004 e ainda em andamento).

⁴De acordo com Aguilar (2015, p.115), “Desde [1948], o país participou de 53 operações de paz e missões políticas especiais sob a égide da ONU, de 6 missões estabelecidas pela OEA e da Missão de Observadores Militares Equador-Peru, criada pelo Grupo Garante.”



A participação do Brasil nessas diferentes missões de paz consiste em oportunidade para ampliar um campo de pesquisa ainda precariamente explorado, passível de apresentar variados objetos de estudo e possibilitar análises sob pontos de vista e abordagens epistemológicas distintas, como as Relações Internacionais, a Geopolítica, o Direito, as Ciências Sociais, a Antropologia e a História, este último campo, o foco do presente estudo.

Embora existam diversos conceitos que procuram definir o que é a História e qual o seu papel enquanto ciência, Marc Bloch a conceitua por sua finalidade, postulando que é “a ciência que estuda os homens no tempo” (Bloch, 2001). Nessa perspectiva, a História abre, para o estudo da participação brasileira nas missões de paz, na condição de fenômeno social a partir da segunda metade do século XX e até os dias atuais, uma gama de possibilidades para a pesquisa científica, capaz de dar-lhe inteligibilidade e responder a questões metodologicamente formuladas.

O propósito deste estudo consiste em mapear a produção historiográfica e científica sobre a temática no Brasil, e também realizar uma discussão acerca de três possibilidades teórico-epistemológicas do campo da História, passíveis de serem instrumentalizadas em proveito da pesquisa acerca das missões de paz com a participação das Forças Armadas brasileiras, particularmente do Exército, ao longo do tempo.

O BRASIL E AS MISSÕES DE PAZ – UMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA

Em seu Artigo 4º, a Constituição Federal brasileira de 1988 elenca como princípios fundamentais para as relações internacionais do País, dentre outros, a “[...] autodeterminação dos povos; [...] igualdade entre os Estados; [...] solução pacífica dos conflitos; [...] cooperação entre os povos para o progresso da humanidade” (Brasil, 1988). Embora as cartas magnas brasileiras anteriormente promulgadas em 1946 e 1967 não expressassem textualmente tais princípios, a tradição diplomática do país já apontava no sentido da conciliação entre as nações e da promoção da paz.

Na qualidade de membro fundador da ONU e comprometido com a solução pacífica e negociada dos conflitos, o Brasil participou, e ainda vem atuando, desde a década de 1940 até os dias atuais, de mais de 50 missões de paz, seja disponibilizando observadores militares, seja enviando contingentes de tropas, que, frequentemente, agregam também policiais e funcionários civis⁵.

Nesse longo percurso, o país já contribuiu com a manutenção da paz mundial com mais de 50 mil servidores, militares e civis. A atuação de observadores militares brasileiros a serviço da ONU teve início ainda nos primeiros anos de funcionamento da instituição. Entre 1948 e 1949, o Brasil destacou diplomatas e oficiais para servirem junto ao Comitê Especial da ONU para os Bálcãs (UNSCOB), estabelecido com o propósito de monitorar e minimizar as tensões provocadas pelas repetidas tentativas de intervenção da Albânia, Bulgária e Iugoslávia na Guerra Civil Grega⁶.

Algumas das missões de paz que reuniram forças brasileiras, por envolverem numerosos contingentes, terem sido desenvolvidas em longa duração ou em razão de sua relevância histórica, tornaram-se paradigmáticas e merecem destaque especial, conforme sintetiza o **quadro 1**:

⁵MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *O Brasil e as operações de manutenção de paz da ONU*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz>>. Acesso em: 10 jul 2019.

⁶MINISTÉRIO DA DEFESA. *Missões de paz*. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz>>. Acesso em: 10 jul 2019.



Período	Missão	Local	Mandato	Caractrísticas	Observações
1956-1967	Força de Emergência da ONU (UNEF)	Faixa de Gaza	ONU	- 1 batalhão de infantaria - 20 contingentes	-
1965	Força Interamericana de Paz (FAIBRAS)	São Domingos	ONU	- 1 batalhão de Infantaria - 1 grupamento de Fuzileiros Navais - 3 contingentes	Comando brasileiro
1993-1994	Operação da ONU em Moçambique (ONUMOZ)	Moçambique	ONU	- 1 batalhão de Infantaria - 1 unidade médica	Comando brasileiro (Fev 1993 – Fev 1994) País lusófono
1995-1997	3ª Missão de verificação da ONU em Angola (UNAVEM III)	Angola	ONU	- 1 batalhão de Infantaria - 1 companhia de engenharia - 2 unidades médicas	País lusófono
2002-2005	Força Internacional para o Timor Leste (INTERFET)	Timor Leste	ONU	- 1 batalhão de infantaria - 1 pelotão de polícia do exército	Na distante Oceania, mas país lusófono.
2004-2017	Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH)	Haiti	ONU	- Maior missão de paz já realizada pelo EB: 13 anos - 26 contingentes. - 2 batalhões de infantaria - 1 companhia de engenharia	Comando brasileiro
2011-2021	Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL)	Líbano	ONU	- 1 navio de guerra (fragata ou corveta)	Comando brasileiro da Força-Tarefa Marítima

Quadro 1 – Principais contingentes de Força de Paz brasileiros em missões já encerradas

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em EXÉRCITO BRASILEIRO – Missões de paz. *Missões encerradas*. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/missoes-encerradas>>. Acesso em: 10 jul 2019

De maneira compreensível, em face do gradual e crescente envolvimento do Brasil nas operações de paz, a historiografia sobre o tema também acompanhou esse movimento, iniciando com escassas obras de memorialistas e, já neste início de século XXI, culminando com uma gama mais variada de trabalhos publicados. Esse acréscimo de interesse pelas produções historiográfica e acadêmica demonstra, quantitativa e qualitativamente, a relevância da pesquisa sobre o tema operações de paz.

No começo das intervenções brasileiras, no entanto, as obras eram raras e com circulação limitada. A participação brasileira na UNEF na Faixa de Gaza, em que pese tivesse ocorrido em longa duração – 10 anos, com 20 contingentes –, rendeu cerca de 20 trabalhos produzidos por seus integrantes, com caráter memorial, como: *Força de paz: o outro lado de uma missão*⁷, de Norberto Soares Paiva; e *Os boinas azuis no Oriente Médio*⁸, escrito por Sílvio Ribeiro. Além desses trabalhos centrados na memória, outras produções mais recentes abordando o papel do Batalhão Suez, resultantes de pesquisas acadêmicas, foram disponibilizadas, como *Batalhão Suez*:

⁷PAIVA, Norberto Soares. *Força de Paz, o outro lado de uma missão*. São Paulo: Biblioteca 24 Horas, 1989.

⁸RIBEIRO, Sílvio. *Os boinas azuis no Oriente Médio*. Curitiba: Autores Paranaenses, 2013.



*memória e representação dos soldados brasileiros (1957-1967)*⁹ e *Batalhão Suez: história, memória e representação coletiva (1956-2006)*¹⁰. O interesse pelas memórias e, especialmente, representações dos integrantes da UNEF pode ser explicado pela longa duração da missão e pelo fato de esta ter sido a primeira operação além-mar, de caráter real, realizada pelo Exército Brasileiro depois da Segunda Guerra Mundial.

Apesar do interesse memorial despertado pelos ex-integrantes da UNEF, as participações brasileiras em forças de paz subsequentes receberam muito pouca atenção no que tange à produção de relatos ou narrativas, o que resultou em uma escassa historiografia. A atuação da FAIBRAS¹¹ em São Domingos, sob o controle da OEA, em 1965, e as participações de contingentes do Exército Brasileiro integrando forças de paz da ONU em Moçambique, Angola e Timor-Leste, nas décadas de 1990 e 2000, praticamente não produziram nenhum registro dos que delas tomaram parte. Tardamente, apenas em 2015, Fernando Velôzo Gomes Pedrosa publicou sua dissertação de mestrado, versando sobre a atuação das tropas brasileiras na FAIBRAS. As atuações na África Meridional e na Oceania são caracterizadas por um verdadeiro vazio historiográfico e, junto com a intervenção em São Domingos, configuram-se como excelentes oportunidades para pesquisas no campo da História, partindo-se do princípio do ineditismo.

Entre 2004 e 2017, o Brasil participou como protagonista da mais longa operação de paz de sua história – a MINUSTAH, no Haiti –, em que exerceu o comando da missão e desdobrou um contingente significativo, que, no auge das operações, consistiu em dois batalhões de infantaria reforçados, uma companhia de engenharia e elementos de estado-maior¹². Em tempos de mídia *online* e devido ao interesse na intervenção brasileira na ilha caribenha, a produção historiográfica foi ampliada substancialmente, contando, novamente, com memorialistas, ex-integrantes dos contingentes, e acrescentando um novo elemento: os jornalistas correspondentes, que, após acompanharem as tropas brasileiras e enviarem as reportagens para seus veículos de imprensa, dedicaram-se a produzir obras de grande valor como fontes históricas.

Dentre as obras contendo relatos e experiências de integrantes da missão, destacam-se *Combate de paz: desejar a paz não era o suficiente, foi preciso fazê-la*¹³, *Um soldado brasileiro no Haiti*¹⁴ e *Querido Haiti: uma missão de paz*¹⁵, este escrito por uma oficial médica do Exército Brasileiro que participou do 13º contingente.

Os trabalhos jornalísticos mais relevantes durante os 13 anos da MINUSTAH foram resultado do acompanhamento dos repórteres junto à tropa brasileira, como os produzidos por Tahiane Stochero¹⁶ e Rodrigo Alvarez¹⁷, este mais focado nos trágicos dias que sucederam o terremoto de 2009. Escritos em linguagem jornalística, ambos constituem importante fonte primária para os pesquisadores interessados no estudo das forças de paz brasileiras no Haiti.

⁹ARRAES, Ricardo. *Batalhão Suez: memória e representação dos soldados brasileiros (1957-1967)*. Teresina: Editora UFPI, 2014.

¹⁰LOPES, Fabiano Luís Bueno. *Batalhão Suez: história, memória e representação coletiva (1956-2006)*. Curitiba: [s.e.], 2006.

¹¹PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *Violência e pacificação no Caribe*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2015. Sobre a participação do Brasil na intervenção em São Domingos, sob a mesma perspectiva da História Comparada, ver também BOTECA, Leonardo da Rocha; MORGENFELD, Leandro. *Argentina, Brasil e o conflito de Santo Domingo (1965)*, *Opsis*, Catalão, v. 14, n. 1, p. 140-158, jan/jun 2014.

¹²FRANCO, Mariana; STOCHEIRO, Tahiane. *Missão de paz no Haiti: veja altos e baixos nos 13 anos de presença militar brasileira*. G1, Rio de Janeiro, 30 ago 2017.

¹³MOREIRA, Luciano. *Combate de paz: desejar a paz não era o suficiente, foi preciso fazê-la*. São Paulo: Baraúna, 2010.

¹⁴RUPPENTHAL, Tailson. *Um soldado brasileiro no Haiti*. Rio de Janeiro: Globo, 2007.

¹⁵KETTNER, Joanne Gerardi. *Querido Haiti: uma missão de paz*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2013.

¹⁶STOCHEIRO, Tahiane. *DOPAZ: como a tropa de elite do Exército Brasileiro pacificou a favela mais violenta do Haiti*. São Paulo: Objetiva, 2008.

¹⁷ALVAREZ, Rodrigo. *Haiti, depois do inferno*. Rio de Janeiro: Globo, 2010.



Outra categoria surgida das conflagradas ruas de Port au Prince foi a literatura técnica, materializada pelo trabalho de Expedito Stephani Bastos, um dos maiores especialistas do país no estudo de veículos blindados. Depois de uma temporada no Haiti, publicou um trabalho sobre a utilização de viaturas blindadas pelas tropas do Exército e dos Fuzileiros Navais¹⁸.

UM NOVO OBJETO – O DESPERTAR DA ACADEMIA PARA AS MISSÕES DE PAZ

Se a historiografia reflete uma tendência pouco consistente, praticamente ignorando as intervenções em Moçambique, Angola e Timor Leste, as universidades brasileiras somente despertaram para a temática na primeira década do século XXI, quando se pôde verificar, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), um interesse recorrente por pesquisas sobre as operações de paz, em diferentes programas e em cursos variados. Buscando retomar o tempo perdido, em muitas universidades, sobretudo nos cursos de Relações Internacionais e de História, o tema tem sido selecionado como objeto de pesquisa privilegiado.

No sentido de confirmar tal tendência, acessamos o *Caderno de Teses e Dissertações* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação¹⁹, e, utilizando filtros e palavras-chave adequados²⁰, chegamos a um total de 25 dissertações e teses que abordam, direta ou indiretamente, as operações de paz com a participação do Brasil. A análise qualitativa e quantitativa dos dados referentes às operações de paz desencadeadas por forças militares e policiais brasileiras possibilita mapear as pesquisas já realizadas e estabelecer um panorama atualizado sobre a busca de conhecimentos sobre as operações de paz do país²¹.

Uma primeira conclusão acerca da produção acadêmica é que, embora as forças de paz brasileiras tivessem iniciado suas atividades na década de 1940 do século passado, foi somente a partir de 2006 que ocorreu uma procura substancial pela temática. Do recorte selecionado, 20 pesquisas foram desenvolvidas no nível mestrado e apenas 5 para a obtenção do título de doutor²².

Os programas de pós-graduação nos quais os temas ligados às operações de paz foram desenvolvidos também são bastante diversificados em nossa amostra, variando da Medicina às Ciências Sociais, com uma prevalência nos campos das Relações Internacionais e da História. O **gráfico 1** deixa clara a diversidade dos cursos que estudam, de formas diferenciadas, os temas relacionados com as operações de paz:

¹⁸BASTOS, Expedito Stephani. *Blindados no Haiti*: MINUSTAH, uma experiência real. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

¹⁹MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Caderno de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Catálogo de teses e dissertações*. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em: 11 jul 2019.

²⁰Na pesquisa, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: operações de paz, forças de paz, forças da ONU, Batalhão Suez, Faibras, Minustah.

²¹No âmbito acadêmico, além das teses e dissertações estudadas no presente artigo, ver AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. *Brasil em Missões de Paz*. São Paulo: Usina do Livro, 2005; FETT, Priscila Liane. *Operações de Manutenção da Paz da ONU*. Brasília: FUNAG, 2013; e REZENDE, Lucas Pereira. *O engajamento do Brasil nas Operações de Paz da ONU*. Curitiba: Appris, 2012.

²²MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, *op.cit.*

Cursos de pós-graduação

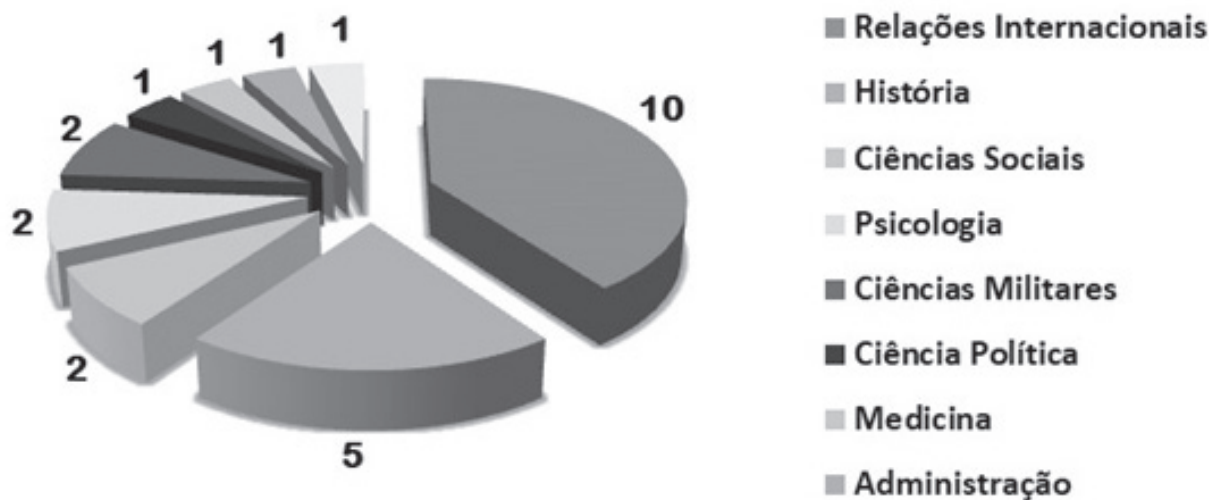


Gráfico 1 – Cursos de Pós-graduação com tema operações de paz

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Caderno de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Catálogo de teses e dissertações. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 11 jul 2019

Em outra perspectiva, o interesse da academia pela MINUSTAH também se mostrou majoritário, embora outras forças de paz, não contempladas na historiografia, foram trabalhadas pelos pesquisadores, conforme aponta o **gráfico 2**.

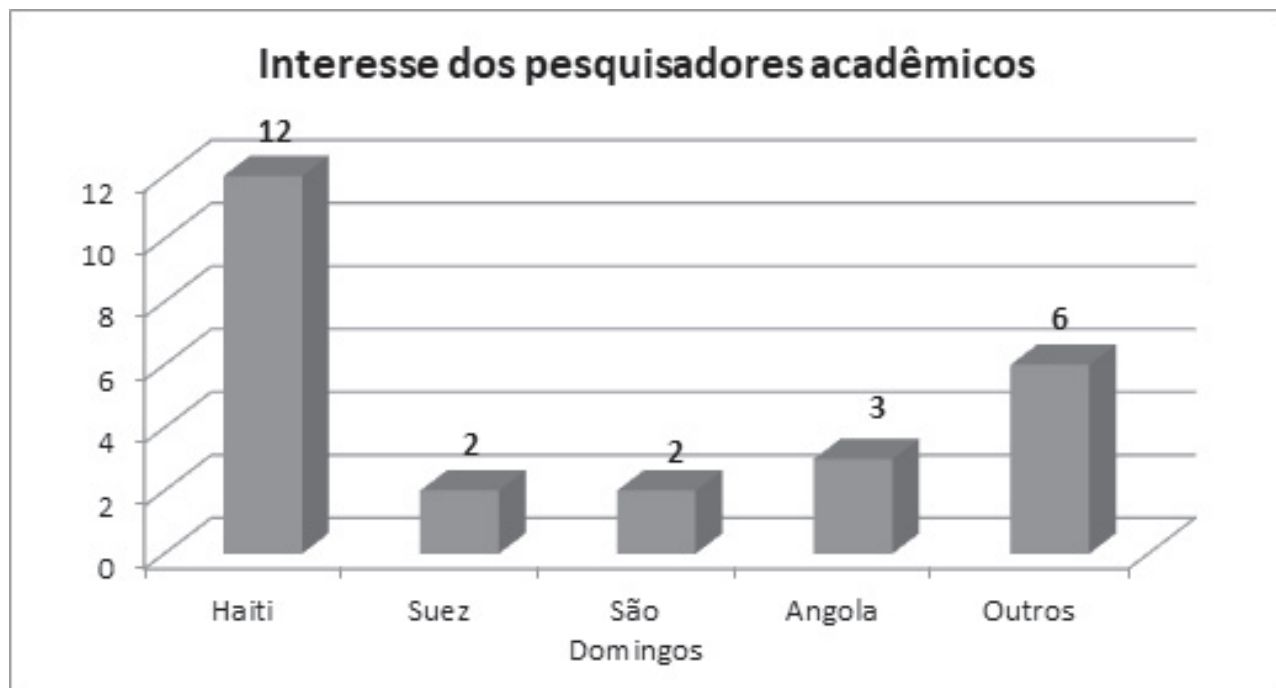


Gráfico 2 – Interesse dos pesquisadores acadêmicos

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Caderno de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Catálogo de teses e dissertações. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 11 jul 2019



Sob a ótica qualitativa, a diversidade de temas, associada aos distintos cursos de pós-graduação, fortalecem as possibilidades que possui a pesquisa científica com objeto nas operações de paz. Utilizando a mesma amostra, é possível observar, no **quadro 2**, a variedade temática e de campo, consubstanciada nas teses e dissertações produzidas a partir do ano 2000:

Título de pesquisa	Ano	Campo	Instituição
Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (2004-2011): problemas, progressos e desafios	2013	Relações Internacionais	UNESP
Haiti: da crise à MINUSTAH	2009	Relações Internacionais	URGS
A transformação da reforma do setor de segurança nos contextos de Operações de Paz da ONU: o caso do Haiti	2016	Relações Internacionais	UNESP
A atuação militar brasileira na MINUSTAH: estratégias de enfrentamento das gangues no Haiti	2015	Relações Internacionais	UNB
A primeira operação de manutenção de paz das Nações Unidas no Haiti (1995-1996)	2008	Relações Internacionais	UNESP
A intervenção da ONU em Angola (1988-1999)	2006	Relações Internacionais	URGS
Heróis ou Vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU	2009	Relações Internacionais	PUC-RJ
Construção do Estado e democratização do Haiti: uma análise das intervenções da ONU sob o Enfoque da Segurança Humana (1993-1996 e 2004-2008)	2009	Relações Internacionais	UNB
1989-1999: os 10 anos de Operações de Paz em Angola	2009	Relações Internacionais	UNESP
Batalhão Suez: História, memória e representação coletiva (1956-2000)	2006	História	UFPR
História, Memória e Deserto: Os soldados Brasileiros no Batalhão Suez (1957-1967)	2009	História	UFF
O uso da força em operações de manutenção da paz: uma análise comparada entre as missões das Nações Unidas no Haiti (1994-2010)	2010	História	UFRJ
Operações de paz à brasileira – uma forma antiga e particular ou uma nova projeção de poder? Um estudo de caso da MINUSTAH	2011	História	UFRJ
República Dominicana e Haiti: Tropas Brasileiras em Missões de Paz (1965-2005)	2013	História	FGV/RJ
Trabalho emocional dos militares do Exército Brasileiro nas missões de paz das Nações Unidas	2011	Administração	UFRJ
Malária em militares brasileiros integrantes de missão internacional de paz em Angola	2000	Medicina	UFRJ
O papel do Brasil na “pacificação” e reconstrução do estado haitiano através da MINUSTAH: a turva fronteira entre espaços de segurança nacionais e internacionais	2018	Ciências Sociais	UFABC
Comunicação social nas operações de paz: o discurso da MINUSTAH no Haiti (2004-2011)	2017	Ciências Sociais	UNESP
O Brasil e a intervenção na República Dominicana: a política externa brasileira no Governo Castelo Branco (1964-1967)	2007	Ciência Política	UFF
Força Militar de Paz no Haiti (MINUSTAH): stress e estressores dos quatro primeiros contingentes brasileiros	2008	Psicologia	UFRJ
Peacekeepers e controle do estresse nas Missões de Paz: um estudo das funções da religião no processo de enfrentamento	2016	Psicologia	USP
O emprego de tropas brasileiras no Oriente Médio: implicações e desdobramentos	2018	Ciências Militares	ECEME
A participação do Exército Brasileiro nas operações de paz da ONU pós-Guerra Fria: um vetor da diplomacia, por meio da “diplomacia de defesa”	2014	Ciências Militares	ECEME
O uso da força nas operações de paz das Nações Unidas. Estudos de caso: Somália.	2007	Direito	UERJ

Quadro 2 – Temas de pesquisa na pós-graduação *stricto sensu* acerca das operações de paz

Fonte: Elaborada pelo autor, com base em MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Catálogo de teses e dissertações*. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em: 11 jul 2019



Analisando as tendências do **quadro 2**, é possível verificar a predominância dos pesquisadores filiados às Relações Internacionais e à História, embora investigadores de outras áreas do conhecimento inicialmente menos previsíveis, como Medicina, Psicologia e Direito, também tenham elencado as operações de paz como seus objetos de pesquisa.

Diante desse cenário de renovação na pesquisa sobre temas de operações e forças de paz, passamos a apresentar e analisar três linhas epistemológicas²³ no campo da História, que encerram, em si, possibilidades viáveis de investigação e pesquisa, tendo, como objeto, as missões de paz, particularmente aquelas que tiveram o concurso das forças militares e policiais brasileiras. Mais do que estabelecer um modelo, pretendemos assinalar as possibilidades de diálogo com outros campos do conhecimento na pesquisa acerca do tema.

A HISTÓRIA MILITAR E SUAS NOVAS ABORDAGENS

Uma das possibilidades teóricas para estudar as operações de paz é a História Militar, um dos gêneros mais antigos da historiografia, cujo início pode ser creditado a Heródoto e Tucídides (Moreira, 2012). Nos textos antigos, a onipresença dos fenômenos bélicos reflete a importância que a guerra sempre desempenhou para o homem. Ela, no entanto, começou a ganhar um caráter autônomo no século XIX, na esteira dos movimentos nacionalistas, quando foi utilizada para legitimar o Estado nacional e construir sua identidade, e serviu em diversas oportunidades como elemento fundamental em narrativas a serviço da construção da nacionalidade (Teixeira, 1991).

O militar prussiano Carl von Clausewitz é um exemplo clássico desse posicionamento. Sua obra seminal *Da Guerra*²⁴, publicada na década de 1830, ocupa-se de estudar a formação e a consolidação do Estado, associando-as a um exame político e social da guerra e à normatização da forma de como levá-la a termo (Keegan, 2006).

Tradicionalmente, antes dele, a História Militar tinha seus estudos centrados nas guerras, campanhas, batalhas e nos feitos dos grandes generais. Para o historiador britânico John Keegan, “a história militar [...] tem, em última análise, de tratar da batalha” (Keegan, 2000, p. 28-30). Fortemente influenciada pela escola metódica²⁵, por se caracterizar por uma história descritiva em busca de apresentar o ideal dos “fatos como aconteceram”, a História Militar do século XIX ficou conhecida, depreciativamente, como “história-batalha”. A coletânea *Historiographies, concepts et débats*, organizada pelos historiadores franceses Christian Delacroix, François Dosse, Patrick Garcia e Nicolas Offenstadt, postula que “história-batalha” é uma expressão geralmente polêmica, que designa uma história centrada nos acontecimentos mais significativos e políticos da história, escrita em torno dos governantes e dos grandes personagens (Delacroix *et al.*, 2010).

²³No presente estudo, selecionei apenas três campos da História: História Militar, História Global e História do Tempo Presente. Existem, no entanto, outras possibilidades teórico-metodológicas de investigação, como a História Comparada, a História Política, a História das Instituições, a História Social, dentre outras.

²⁴CLAUSEWITZ, Karl von. *Da guerra*. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>>. Acesso em: 24 jul 2017.

²⁵A Escola Metódica Rankeana baseava-se no texto *O conceito da História universal*, do alemão Leopold von Ranke, publicado em 1831. Ranke estabeleceu como o historiador deveria se comportar diante do seu objeto de pesquisa, modelo que possibilitou a consolidação da História enquanto campo científico, e permaneceu como paradigma até a primeira metade do século XX, quando foi superada pela renovação metodológica e historiográfica processada pela escola dos Annales.



Com o surgimento dos *Annales*²⁶ e o advento da Nova História, derivada dos debates, no princípio do século XX, verificou-se uma forte rejeição à História Política e à história dos acontecimentos. Uma nova forma de fazer História surgiu, pretendendo ser uma “História Total”, rejeitando a divisão em histórias parciais: política, diplomática, militar, econômica, dentre outras (Guriêvitch, 2003). Propunha a construção de uma História elaborada “de baixo para cima”, ou seja, baseada nos feitos de pessoas comuns, e não apenas das grandes personalidades políticas e militares nacionais, bem como uma diversificação das fontes utilizadas²⁷. Sob esse novo enfoque, a História Militar, centrada no estudo da batalha, passou a uma condição de isolamento e marginalidade, sob a crítica de ser uma história factual, que não relacionava a dimensão militar da sociedade com seus aspectos mais amplos (Moreira, 2012).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e sob o impacto do trauma provocado pela Guerra do Vietnã, processou-se, nos Estados Unidos da América (EUA), uma importante renovação historiográfica²⁸, que favoreceu a transição da História de uma história tradicional, de caráter descritivo, para uma nova modalidade, de natureza crítica. Claramente influenciada pela Nova História Cultural, seus principais objetos de estudo eram as relações entre as instituições militares e a sociedade, na perspectiva de que, como instituição, o Exército refletia a cultura nacional e exercia um impacto sobre ela (Matalof, 1982). O fenômeno guerra evoluiu de uma dimensão unicamente militar para uma condição total, na qual as operações de combate não se restringiam mais ao campo de batalha, mas afetavam toda a sociedade, com os meios de destruição impactando-a em diferentes níveis (Pedrosa, 2011). Nessa perspectiva, essa renovação metodológica na História Militar trouxe importantes aportes para o estudo histórico das instituições militares, para muito além da batalha, ampliando o debate sobre temas militares, antes timidamente explorados, mas extremamente relevantes para a compreensão do papel dos exércitos em campanha.

Aprofundando ainda mais essa renovação metodológica no campo da História Militar, os historiadores brasileiros Arno Wehling e Marcos Sanches alertam que, ao lidar com a categoria “guerra”, é preciso estar atento ao fato de que a história da guerra, assim como a própria história, não é um fenômeno linear e universal, mas possui uma historicidade que varia de acordo com a temporalidade e, mais ainda, assume um significado diferente nas diversas culturas humanas²⁹. Assim, torna-se inviável pensar fenômenos sociais, como a guerra, sem o estabelecimento prévio de estreitos vínculos com estruturas maiores, sujeitas a uma dinâmica específica e histórica, como a sociedade e a cultura (Parente, 2006).

Nessa perspectiva teórica, as operações de paz podem ser estudadas sob diversos enfoques, com base no estudo de guerra e paz, da teoria do conflito, das instituições militares e da geopolítica, todos eles temas transversais, característicos da História Militar.

²⁶A escola dos *Annales* é um movimento historiográfico do século XX que se constituiu em torno do periódico acadêmico francês *Annales d'histoire économique et sociale*, tendo se destacado por incorporar métodos das Ciências Sociais à História. Fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, propunha-se a ir além da visão metódica da história como crônica de acontecimentos, substituindo o tempo breve da história dos acontecimentos pelos processos de longa duração, com o objetivo de tornar inteligíveis a civilização e as mentalidades.

²⁷Sob essa renovação teórico-metodológica, envolvendo a diversificação de fontes e uma História feita “de baixo para cima”, que vai além do estudo da trajetória das lideranças e grandes personagens, foi possível escrever a história de referências da História Militar brasileira, como o sargento Max Wolf Filho, do aspirante Francisco Mega e de D. Rosa da Fonseca.

²⁸Sobre a renovação da História Militar processada nos EUA, ver WEIGLEY, Russel (org.). *Novas dimensões da História Militar*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981; e PARET, Peter. *The history of war and the new military history*. In: PARET, Peter. *Understanding war: essays on Clausewitz and the history of military power*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

²⁹Ver WEHLING, Arno. *A pesquisa da História Militar Brasileira*. Revista Da Cultura, Rio de Janeiro, n. 1, p. 35-38, 2001; e SANCHES, Marcos Guimarães. *A Guerra: problemas e desafios do campo de história militar brasileira*. Revista Brasileira de História Militar, Rio de Janeiro, n. 1, p. 6-16, abr 2010.



AS FRONTEIRAS ABERTAS PELA HISTÓRIA GLOBAL

A chamada História Global desenvolveu-se a partir dos EUA, na década de 1980, como uma reação às guinadas pós-modernas, consideradas por alguns historiadores daquele país como demasiadamente abstratas e suscetíveis à elaboração de respostas vagas e pré-estabelecidas para os problemas formulados (Wilder, 2012). Promove a superação do nacionalismo metodológico (Conrad, 2016), problematiza e analisa eventos históricos e processos em uma perspectiva global, com caráter transnacional, privilegiando o estudo das conexões entre atores, civilizações, culturas, impérios, regiões e países distintos, suas influências e seus impactos (Hare; Wells, 2015).

Embora a História Global seja mais frequentemente instrumentalizada para estudar temas ligados à economia, à escravidão, à circulação de mercadorias, ao capitalismo e à sociedade, dentre outros, as relações internacionais, a diplomacia, as guerras e as operações de paz que envolvem atores estrangeiros são categorias bastante apropriadas para serem apreciadas pelo campo, uma vez que, essencialmente, são promovidos por agentes extranacionais, que exercem influência e são impactados entre si.

Em termos metodológicos, o campo propõe-se a analisar eventos e processos privilegiando uma dimensão global, em detrimento das dinâmicas locais e transcendendo as fronteiras nacionais e a história do Estado-Nação (Conrad, 2016).

Rafael Marquese observa a capacidade da História Global de transpassar as fronteiras nacionais, mas também desfaz uma tentação de confundir o campo com o conceito de globalização, tão difundido na década de 1990. Para ele (2019, p. 16), a abrangência da História Global

não pode ser apenas geográfica ou mascarar conflitos e contradições, sob o risco de se equiparar à já puída ideologia da globalização. Faz-se necessário construir uma perspectiva que seja capaz de contemplar diferentes dimensões temporais e espaciais, variando escalas de observação, articulando estruturas e eventos e evitando, ao mesmo tempo, o etnocentrismo e determinismos de ordens variadas.

No desenvolvimento conceitual da História Global, Marquese apresenta sua proposta para o estudo das histórias conectadas, reconhecendo a possibilidade de sistematização do campo.

A promessa da história global – eis meu argumento – reside no estudo das totalidades abertas, isto é, de fragmentos do globo integrados por meio de laços diversos (econômicos, sociais, políticos, culturais) que assumem uma dada configuração dinâmica e sistêmica (Marquese, 2019, p. 17).

O historiador alemão Sebastian Conrad (2016) centra suas análises globais nas conexões estabelecidas entre culturas, civilizações, regiões, mercados, impérios e países, e nas transformações estruturais proporcionadas por essas relações³⁰. Tal abordagem teórica abre um caminho para pensar a inserção do Brasil nas operações de paz por meio das conexões que possuía, em cada época, com outros países e regiões em uma escala global, sobrepondo-se à busca de explicações essencialmente nacionais, baseadas em uma dinâmica própria e doméstica.

³⁰CONRAD, *op. cit.*



Além de romper com o nacionalismo metodológico, a História Global empreende uma nova problematização acerca das questões de centralidade e periferias, resultando em uma abordagem diferenciada que procura superar o eurocentrismo e lançar um olhar sobre regiões consideradas periféricas pela historiografia tradicional, sobretudo a europeia (Ibid.). Assim, ao estudar o desenvolvimento das operações de paz nas quais o Brasil tomou parte, percebemos um deslizamento geográfico da Europa para os demais continentes do mundo, tradicionalmente considerados periféricos: Ásia, Oceania, África e Américas. Nesse contexto, é possível pensar, preliminarmente, que a participação do Brasil nas operações de paz também atendeu a uma orientação global.

A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE

Encontramos uma terceira possibilidade para se pensar a pesquisa histórica das operações de paz na História do Tempo Presente, campo de estudos históricos inaugurado na França com a criação do *Institut de l'histoire du temps présent* (1978-1980) por François Bédarida, com o objetivo de trabalhar sobre o passado próximo. Surgiu, dentre outras motivações, como uma demanda da sociedade, que buscava explicações para eventos catastróficos ocorridos na primeira metade do século XX, como as duas guerras mundiais e o holocausto promovido pelo nazismo, e em razão da ascensão de movimentos memoriais na Europa (Arend, 2009).

Nessa perspectiva, a História do Tempo Presente procura produzir um conhecimento provisório, uma história breve, ainda não acabada, que tem como propósito trazer respostas de curto prazo para a sociedade. Por meio dela, conforme postula o filósofo da história francês Henry Rousso (2016),

[...] historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua, a partir de uma compreensão sobre uma época que não é simplesmente a compreensão de um passado distante, mas uma compreensão que vem de uma experiência da qual ele participa como todos os outros indivíduos.

A História do Tempo Presente abarca, metodologicamente, uma pluralidade de fontes, com ênfase para o testemunho oral, alicerçado na memória, documentos e notícias veiculadas na imprensa, respeitadas as necessárias salvaguardas quanto às críticas interna e externa a elas vinculadas. A diversificação e a grande quantidade de fontes a serem analisadas e selecionadas representam verdadeiro desafio para o historiador do tempo presente, e produzem a sensação de um inesgotável armazém de análises e investigações possíveis (Chartier, 2006).

Assim, o campo de estudos torna-se bastante adequado para a pesquisa de operações de paz, quando os agentes e atores ainda estão vivos e disponíveis para serem entrevistados pela história oral.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 1948, o Brasil vem participando ativamente dos esforços mundiais para a manutenção da paz, vinculando-se e atuando sob o mandato de organismos internacionais de segurança coletiva. Nesse recorte de tempo, participou de mais de 50 operações de paz, culminando com a liderança na MINUSTAH, no Haiti, naquela que foi a maior das operações das quais o país tomou parte.

Mais do que discutir ou problematizar a participação das forças militares e policiais brasileiras em operações de paz, o presente estudo dedicou-se a analisar qualitativa e quantitativamente como a pesquisa científica no Brasil enquadra a atividade.

Mapeando e analisando a produção historiográfica sobre a UNEF em Suez, verifica-se a prevalência de relatos de experiência de cunho memorialista. A intervenção da OEA em São Domingos, na década de 1960, e o incremento de missões sob a égide da ONU na transição dos séculos XX para XXI, na África Meridional e no Timor, não foram acompanhados de uma produção correspondente ou relevante, não despertando grande interesse de pesquisa.

O protagonismo brasileiro na MINUSTAH e a longa duração da missão trouxeram, por outro lado, um renovado interesse na produção de relatos e experiências, seja de caráter memorial, jornalístico ou acadêmico.

Ainda que tardiamente, a partir de meados da primeira década do século XXI, verificou-se um despertar na academia para temas ligados às operações de paz, envolvendo as missões mais antigas (UNEF, FAIBRAS), mas, novamente, com predomínio de interesse na MINUSTAH.

Além de mapear a produção científica, como segundo objetivo do trabalho, procuramos apresentar possibilidades de pesquisa no campo da História, não como modelo a ser seguido, mas como oportunidade de diálogo epistemológico e metodológico com outros campos do conhecimento. Nesse sentido, destacamos os campos da História Militar, História Global e História do Tempo Presente como caminhos viáveis para a pesquisa científica tendo como objeto a participação do Brasil nas operações de paz.

Cabe ressaltar a importância da pesquisa sobre esse tema para o Exército Brasileiro e indicar caminhos a serem desbravados pelos pesquisadores, visto que existem dezenas de temas inéditos a serem explorados, como as operações em Angola, Moçambique e Timor-Leste, virtualmente sem produção científica adequada.

Por fim, entendemos que a História enquanto campo científico do conhecimento encerra em si uma grande capacidade de diálogo com outras disciplinas e constitui-se em valioso caminho para estudar a participação do Brasil nas operações de paz.

BIBLIOGRAFIA

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz (org.). *Brasil em Missões de Paz*. São Paulo: Editora Usina do Livro, 2005.

AGUILAR, Sergio Luiz Cruz. A participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro. *Brasiliانا – Journal for Brazilian Studies*, Copenhagen, v. 3, n. 2, p. 113-141, mar 2015.

ALVAREZ, Rodrigo. *Haiti, depois do inferno*. Rio de Janeiro: Globo, 2010.



AREND, Sílvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. Sobre a História do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201-216, jan/jun 2009, p. 202.

ARRAES, Ricardo. *Batalhão Suez: memória e representação dos soldados brasileiros (1957-1967)*. Teresina: Editora UFPI, 2014.

BASTOS, Expedito Stephani. *Blindados no Haiti: MINUSTAH, uma experiência real*. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOTEGA, Leonardo da Rocha; MORGENFELD, Leandro. *Argentina, Brasil e o conflito de Santo Domingo* (1965), *Opsis, Catalão*, v. 14, n. 1, p. 140-158, jan/jun 2014.

BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Exército Brasileiro – Missões de paz. *Missões encerradas*. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/missoes-encerradas>>. Acesso em: 10 jul 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa – Missões de paz. *O Brasil na Unifil (Líbano)*. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-unifil-libano>>. Acesso em: 11 jul 2019.

BRASIL. Ministério da Educação – Caderno de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Catálogo de teses e dissertações*. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 11 jul 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *O Brasil e as operações de manutenção de paz da ONU*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz>>. Acesso em: 10 jul 2019.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CLAUSEWITZ, Karl von. *Da guerra*. Disponível em: <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>. Acesso em: 24 jul 2017.

CONRAD, Sebastian. *What is Global History?* Princeton: Princeton University Press, 2016.

DELACROIX, Christian et al. *Historiographies: concepts et débats*, v. 1. Paris: Gallimard, 2010.

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO EXÉRCITO. *CEPHiMEx – Histórico*. Disponível em: <<http://www.dphcex.eb.mil.br/noticias/2-uncategorised/209-historico>>. Acesso em: 13 jul 2019.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Missões de paz. *Missões encerradas*. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/missoes-encerradas>>. Acesso em: 10 jul 2019.



FRANCO, Mariana; STOCHERO, Tahiane. *Missão de paz no Haiti: veja altos e baixos nos 13 anos de presença militar brasileira*. G1, Rio de Janeiro, 30 ago 2017.

GURIÊVITCH, Aaron. *A síntese histórica e a Escola dos Anais*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

HARE, J. Laurence; WELLS, Jack Wells. Promising the World: surveys, curricula, and the challenge of Global History. *History Teacher*, Long Beach, v. 48, n. 2, p. 371-388, fev 2015.

KEEGAN, John. *A face da batalha*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KETTNER, Joanne Gerardi. *Querido Haiti: uma missão de paz*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2013.

LOPES, Fabiano Luís Bueno. *Batalhão Suez: história, memória e representação coletiva (1956-2006)*. Curitiba: [?], 2006.

MATALOFF, Maurice. A natureza e o escopo da história militar. In: WEIGLEY, Russel (org.). *Novas dimensões da história militar*, v. 2. Rio de Janeiro: Bibliex, 1982.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Missões de paz. *O Brasil na Unifil (Líbano)*. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-unifil-libano>>. Acesso em: 11 jul 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Missões de paz. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz>>. Acesso em: 10 jul 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Caderno de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Catálogo de teses e dissertações*. Disponível em: <[https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/). Acesso em: 11 jul 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *O Brasil e as operações de manutenção de paz da ONU*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz>>. Acesso em: 10 jul 2019.

MOREIRA, Luciano. *Combate de paz: desejar a paz não era o suficiente, foi preciso fazê-la*. São Paulo: Baraúna, 2010.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri. Os múltiplos olhares sobre a história militar. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 16, n. 3, p. 271-282, set/dez 2012.

PAIVA, Norberto Soares. *Força de Paz, o outro lado de uma missão*. São Paulo: Biblioteca 24 Horas, 1989.

PARENTE, Paulo André Leira. Uma Nova História Militar? Abordagens e campos de investigação. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 93, p. 37-45, 2006.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *A história militar tradicional e a "nova história militar"*. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-16.



PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *Violência e pacificação no Caribe*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2015.

RIBEIRO, Sílvio. *Os boinas azuis no Oriente Médio*. Curitiba: Autores Paranaenses, 2013.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

RUPPENTHAL, Tailson. *Um soldado brasileiro no Haiti*. Rio de Janeiro: Globo, 2007.

STOCHERO, Tahiane. *DOPAZ: como a tropa de elite do Exército Brasileiro pacificou a favela mais violenta do Haiti*. São Paulo: Objetiva, 2008.

TEIXEIRA, Nuno. A história militar e a historiografia contemporânea. *A Nação e a Defesa*, Lisboa, n. 93, p. 37-45, 1991.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations (DPKO). *What is peacekeeping?* Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/what-is-peacekeeping>>. Acesso em: 10 jul 2019.

UNITED NATIONS. *History of the UN*. Disponível em: <<https://www.un.org/un70/en/content/history/index.html>>. Acesso em: 10 jul 2019.



Carlos Daróz é Coronel de Artilharia do Exército Brasileiro, historiador militar, escritor, professor e pesquisador. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, com estágio doutoral na Université Libre de Bruxelles, na Bélgica, com fomento do Programme Erasmus+ da União Europeia.

Atualmente, integra o grupo de investigação em História Militar da Universidade de Lisboa; dirige a Rede Hermes de pesquisadores internacionais de fronteiras, integração e conflitos; e chefia a Seção de Memória Institucional do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército.

ID Lattes: 6263305850710284.



**FORTIFICAÇÕES E ARTILHARIA NAS
NOVAS FRONTEIRAS DO BRASIL
(1750–1777)**

Pedro Marquês de Sousa



Resumo: O Período Pombalino, compreendido entre 1750 e 1777, representa um capítulo fundamental na história de Portugal e, por extensão, na sua vasta colônia na América do Sul, o Brasil. Esse período foi marcado pelo domínio e reformas inovadoras introduzidas pelo Marquês de Pombal, figura central na reestruturação do Império Português após o terremoto em Lisboa de 1755. Entre as inúmeras medidas adotadas, a construção e o reforço de fortificações no Brasil emergiram como alicerces essenciais para a preservação da soberania lusitana, em uma era de disputas coloniais e ameaças à integridade territorial. As fortificações eram peças-chave nessa empreitada, representando não apenas estruturas físicas de defesa, mas também símbolos de autoridade e soberania portuguesa, servindo como baluartes contra possíveis invasões estrangeiras. O presente artigo analisa a composição da artilharia e as principais fortificações construídas no Brasil na segunda metade do século XVIII, que materializaram suas novas fronteiras interiores.

Palavras-chave: Período Pombalino, artilharia, fortificações, Brasil Colônia.

Abstract: The Pombaline period, between 1750 and 1777, represents a fundamental chapter in the history of Portugal and, by extension, its vast colony in South America, Brazil. This period was marked by the domination and innovative reforms introduced by the Marquis of Pombal, a central figure in the restructuring of the Portuguese Empire following the earthquake in Lisbon in 1755. Among the numerous measures adopted, the construction and reinforcement of fortifications in Brazil emerged as essential foundations for the preservation of Lusitanian sovereignty in an era of colonial disputes and threats to territorial integrity. Fortifications were key pieces in this endeavor, representing not only physical defense structures, but also symbols of Portuguese authority and sovereignty, serving as bulwarks against possible foreign invasions. This article analyses the composition of the artillery and the main fortifications built in Brazil in the second half of the 18th century, which materialized its new interior borders.

Keywords: Pombaline period, artillery, fortifications, Colonial Brazil.

INTRODUÇÃO

No século XVIII, o Brasil era o território colonial mais importante do império português e, por isso, a sua defesa mereceu grande atenção no reinado de D. José I, sob a liderança política de Sebastião de Carvalho e Melo, como secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1750-1756), e depois como secretário de Estado dos Negócios do Reino (1756-1777). A invasão dos franceses no Rio de Janeiro em 1711 revelou a incapacidade do aparato militar para defender o principal porto colonial português naquela época, onde se embarcava o ouro para Lisboa. Esse acontecimento motivou um maior investimento militar no Brasil e, logo na primeira metade do século XVIII, foram enviados para a colônia diversos engenheiros militares, adquiridas novas peças de artilharia e foi criada, no Rio de Janeiro, a Aula do Terço. Mas seria mais tarde, com o Tratado de Madri (1750), que a política militar do Marquês de Pombal desenvolveria a construção de fortificações nas novas fronteiras no interior Brasil, em regiões onde era necessário impedir as incursões dos espanhóis e dos índios, garantir a segurança da exploração de ouro, do comércio e também da administração da Coroa.

Nesse contexto foram construídas e artilhadas diversas fortificações, segundo a influência de diversos especialistas portugueses, como José Fernandes Pinto Alpoim (1700-1765), fundador da Aula do Terço do Rio de Janeiro, José da Silva Pais (1679-1760), José Custódio de Sá e Faria



(1715-1792), e estrangeiros, como Enrico Antônio Galluzzi, Domingos Sambucetti, Gaspar Gronfeld e Filipe Sturm.

O período abordado neste trabalho coincide com o reinado de D. José I (1750-1777), normalmente designado por “época pombalina”, reconhecendo o grande protagonismo do futuro Marquês de Pombal, cuja ação no Brasil foi também relevante na atividade militar e na delimitação de fronteiras, num período de conflitualidade luso-espanhola também na Europa. Neste trabalho, apresentamos a artilharia e as principais fortificações construídas no Brasil na segunda metade do século XVIII, que materializaram as novas fronteiras do interior.

A PRESENÇA MILITAR NAS NOVAS FRONTEIRAS DO BRASIL

No período pombalino, a organização das forças militares no Brasil teve a influência de prestigiados militares estrangeiros, como o sueco Jaques Funck (1715-1788) e Johann Heinrich Böhm (1708-1783), oficial muito experiente, escolhido pelo Conde de Lippe, Friedrich Schaumburg-Lippe (1724-1777), para coadjuvá-lo em Portugal. Além das fortificações e da artilharia, esse período foi também relevante para o desenvolvimento da cartografia e da hidrografia, tão importantes no interior do Brasil, onde os rios eram as principais vias de comunicação e ao longo das quais foram construídas as fortificações na nova fronteira.

Além da vertente militar, as fortificações cumpriam a missão de fiscalização do comércio e recolha de impostos, contribuía para o povoamento e o desenvolvimento nas regiões onde estavam localizadas. As novas fortificações estabelecidas no interior se assentaram às margens dos principais rios que serviam de vias de comunicação, como eram os seguintes rios: Amazonas, Branco, Negro, Solimões, Guaporé, Paraguai e Iguatemi, junto dos quais foram construídos os fortes do Macapá (1761), de São José de Macapá (1764), na foz do rio Amazonas; São Joaquim (1775), no rio Branco; São Gabriel da Cachoeira (1763) e São José de Marabitanas (1763), ambos no rio Negro; o Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga (1776), no rio Solimões; o Forte Príncipe da Beira (1775), no rio Guaporé; o Forte Coimbra (1775), no rio Paraguai; e o Forte de Nossa Senhora dos Prazeres (1767), no rio Iguatemi.

Além das novas fortificações na fronteira interior, definida pelo Tratado de Madri, foram construídos e artilhados novos fortes noutras regiões do Brasil, tendo sido também bastante reforçado, nesse período, o sistema defensivo do Rio de Janeiro e da ilha de Santa Catarina. Durante a construção dos fortes, era comum nascer um aldeamento de militares e de trabalhadores civis, pelo que o reforço do aparelho militar esteve na origem de algumas das principais cidades da atualidade.

Na implementação da política militar pombalina, a missão das elites militares, incluindo muitos estrangeiros oriundos das principais escolas da Europa, refletia o caráter inovador dos ideais iluministas na arquitetura militar e civil, tão cultivados pelo Marquês de Pombal. A expedição científica e militar enviada ao Brasil tinha a missão de elaborar cartografia, realizar estudos astronômicos e geodésicos, e até estudar a fauna e a flora, contando com diversos especialistas, portugueses e estrangeiros, como Miguel Ângelo Blasco, Adam de Breuning, Manuel Fric Gotz, João Bartholomeu Havelle, Gaspar de Gronfeld, João André Schwebel, José Maria Cavagna, Henrique Antônio Galhizzi e Antônio José Landi. Na arquitetura militar, foi relevante a influência de engenheiros estrangeiros, como os italianos Henrique Antônio Galluzzi e Domingos Sambucetti,



que trabalharam nas principais fortalezas da Amazônia (Forte de S. José de Macapá e Forte Príncipe da Beira), e os alemães Gaspar João Geraldo Gronfeld e Filipe Sturm, que viveu 20 anos no Brasil e deixou obras de referência¹. O engenheiro militar Filipe Strum desenvolveu um trabalho importante na fundação de algumas localidades, assim como José Custódio de Sá e Faria, que fez o levantamento da região sul do Brasil e o plano de defesa da ilha de Santa Catarina, elaborando o plano da vila e o sistema de fortes para sua defesa.

O período pombalino foi importante no desenvolvimento da atividade militar, mas, no Brasil, já existia um legado muito importante no domínio das fortificações militares. Em 1699, foi criada, em Salvador, a Aula de Fortificação e Artilharia, na qual foi professor o Sargento-Mor José Antônio Caldas e, em 1738, foi criada, no Rio de Janeiro, a Aula do Terço², onde foi professor o Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim (1695-1765), que, para ministrar as aulas no curso de artilharia e fortificações, escreveu dois tratados para uso no Brasil: o *Exame de Artilheiros* (1744) e o *Exame de Bombeiros* (1748). José Alpoim chegou ao Brasil em 1738 trazendo a influência da obra de Pfefinger, editada em Lisboa em 1713³, e também de outros importantes autores, como Belidor, Francisco Malto (inglês inventor do morteiro) e os franceses François Brondel e Pierre Surirey de Saint Remy, sem esquecer as bases da obra do português Azevedo Forte: *O Engenheiro Português*.

Na sequência da invasão dos franceses ao Rio de Janeiro, em 1711, foram tomadas importantes diligências para reforçar o aparelho militar e a administração colonial, com a criação das Secretarias de Estado dos Negócios do Reino, dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos e dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, pelo alvará de 28 de julho de 1736. Foi realizado um reforço da artilharia por meio da aquisição de peças à Inglaterra, como testemunha um ofício de 1731, que dá conta da aquisição de 50 peças de artilharia: 25 de calibre 24 e 25 de calibre 18⁴.

Na segunda metade do século XVIII, as reformas da organização militar refletiram o processo de centralização político-administrativa na colônia, e algumas reorganizações militares foram influenciadas pela cultura militar prussiana, pela mão de Jaques Funck, inspetor-geral do Corpo de Engenheiros e da Artilharia, e de Johann Böhm, ao qual se devem grandes transformações e melhorias ao nível da disciplina e das modernas regras de recrutamento, formação e de justiça militar. Johann Böhm mandou reforçar a guarnição militar do Rio de Janeiro, ficando a capital da colônia com cinco regimentos de infantaria e um de artilharia, unidades que constituíram o núcleo central que foi ampliado gradualmente para uma estrutura militar que conferia, pela primeira vez, unidade a todo o território.

No âmbito específico da artilharia, podemos destacar o desenvolvimento da “artilharia de campanha”, vocacionada para operar no exterior das fortificações, acompanhando a tropa de infantaria. Em alguns fortes do interior, vamos encontrar peças montadas em reparos (estrutura de suporte das peças de artilharia) de “campanha”, que eram diferentes dos reparos “marinhos” da artilharia de guarnição, usados apenas no interior dos fortes.

¹Biblioteca Nacional de Lisboa Cota D257 V – Planta dos Quartis novos feitos por ordem do Ilmo Sr Joaquim de Mello e Povoas, Governador desta Capitania (2ª metade do sec XVIII).

²Decreto do Rei D. Joao V, de 13 de agosto de 1738, AHU, Cx 017, Doc. 3215, caixa 30.

³Pfefinger, *Fortificação moderna ou recompilação de diferentes métodos de fortificar que usão na Europa, os espanhoes, franceses, italianos, e holandezes. Com um dicionario alphabetico dos termos militares, ofensa, e defesa de Praças, construções de baterias, e minas, e forma de aquartelar exércitos*. Lisboa, 1713.

⁴AHU_ACL_CU_089 Cx 2. Doc 199. Ofício de julho de 1731.



Além do aparelho militar, as medidas de Pombal procuraram reforçar a estrutura da Coroa em regiões até então bastante periféricas, como aconteceu na Amazônia, com a criação de uma companhia de comércio, que funcionou entre 1755 e 1778, com a missão de introduzir escravos africanos a crédito, dinamizar a agricultura e incrementar o comércio na região. Para garantir a segurança dessas iniciativas e para demarcar as novas fronteiras, foi necessário reforçar a presença militar, tal como testemunha um ofício de 1756 do governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar sobre a delimitação dos limites e a necessidade da capitania ser socorrida pelo Grão-Pará com gente e artilharia⁵.

Na Amazônia, temos um bom exemplo da importância das guarnições militares junto das novas fronteiras do interior, com um sistema de fortificações localizado ao longo do perímetro fronteiriço, que garantia o controle dos principais acessos à região interior da Amazônia, no rio Branco (Forte São Joaquim), no rio Negro (Forte São José de Marabitanas, Cucuí e Forte São Gabriel), rio Solimões (Forte de Tabatinga) e rio Guaporé (Forte Príncipe da Beira).

Além da artilharia, as fortalezas dispunham de unidades de infantaria capazes de atuar fora dos fortes, e foram também estabelecidas pequenas guarnições militares, designadas por “registos”, que tinham a missão de fiscalizar e garantir a segurança nos povoados ou em postos de fronteira. Os “registos” eram pequenos postos militares, com alguns homens, apenas com armas leves, sem artilharia, como testemunha a relação de material militar existente na capitania do Rio Negro em 1779, que revela a existência de um “registro” dependente da capitania⁶.

AS FORTIFICAÇÕES NOS RIOS NA FRONTEIRA INTERIOR

As principais guarnições militares do interior foram localizadas junto aos principais rios, que eram as vias de comunicação no interior do território, por onde podiam entrar as ameaças e por onde circulava a atividade comercial e os movimentos das pessoas e da administração da Coroa portuguesa. Neste trabalho, apresentamos as 11 fortificações mais importantes construídas depois de 1750, e que representam a presença militar ao longo das novas fronteiras. Na **figura 1**, podemos observar a localização das principais fortificações, nas margens e nos cruzamentos dos grandes rios que penetravam no território através das novas fronteiras do interior.

1. Fortaleza de São José de Macapá
2. Forte de São Joaquim
3. Forte de São José dos Marabitanos
4. Forte de São Gabriel da Cachoeira
5. Forte da Barra do Rio Negro
6. Forte de São Francisco Xavier de Tabatinga
7. Forte Príncipe da Beira
8. Forte Bragança ou de Nossa Senhora da Conceição
9. Forte de Coimbra
10. Forte de Nossa Senhora dos Prazeres
11. Forte Jesus, Maria e José

⁵AHU_ACL_CU_010 Cx 9. Doc 534.

⁶AHU_ACL_CU_020 Cx 6. Doc 265. Mapa do material militar existente na Capitania do Rio Negro.



A foz do rio Amazonas tinha uma grande importância militar perante a ameaça dos vários poderes presentes na região, como eram os franceses, os ingleses e os holandeses, que, tendo pequenos territórios na costa atlântica, procuravam expandir a sua influência através do rio Amazonas, assim como as colônias da Espanha (Peru, Colômbia e Venezuela), que tinham interesse em criar uma via de comunicação através do Atlântico.

Essa fortaleza, concluída em 1764, resultou da adaptação de outro forte mais antigo (Forte do Macapá) construído em 1761, no local onde já existia, desde 1738, um pequeno reduto (Reduto do Macapá). Em estilo Vauban, era uma fortaleza abaluartada regular de quatro faces, com quatro baluartes (Nossa Senhora da Conceição, São José, São Pedro e Madre de Deus), cada um deles com 14 canhoneiras⁷. Na **figura 2**, podemos ver a existência, em cada baluarte, de três canhoneiras em cada flanco e quatro canhoneiras em cada face, permitindo, assim, o funcionamento de 14 bocas de fogo de artilharia em cada baluarte. Os baluartes serviam para cruzar fogos entre si, protegendo toda a linha de muralhas em redor da fortificação e, como era regra nas fortificações portuguesas e espanholas, os baluartes eram designados com o nome de santos.

A quantidade de artilharia desse forte foi variando e os autores apresentam dados diferentes. Em 1766, o forte recebeu 74 peças de artilharia de vários calibres e de diversas origens, e um trabalho de investigação realizado em 1997 identificou 53 peças de artilharia (em ferro) de diversas origens (francesa, inglesa, sueca e holandesa) produzidas muitos anos antes da construção desse forte (Costa, 2015):

- Peças francesas: 5 peças de 36 libras e 10 peças de 24 libras;
- Em medidas inglesas: 2 peças de calibre 12, 29 peças de calibre 9 e 6 peças de calibre 4.



Figura 2 – Fotografia atual do Forte de S. José de Macapá com seus baluartes

⁷A canhoneira ou bombardeira era a abertura entre os merlões do parapeito de uma fortaleza abaluartada, e servia para possibilitar o tiro das bocas de fogo.

FORTE DE SÃO JOAQUIM, NO RIO BRANCO (1775-1778)

O Forte de São Joaquim fazia parte do sistema de fortificações da fronteira da Amazônia para garantir o controle dos rios que conduzem ao seu interior: o rio Branco (Forte São Joaquim), rio Negro (Forte São José de Marabitanas e Forte São Gabriel), rio Solimões (Forte de Tabatinga) e rio Guaporé (Forte Príncipe da Beira).

A provisão régia de 14 de novembro de 1752 determinou a construção desse forte e estabelecia que ele fosse guarnecido com uma companhia do Regimento de Macapá, que era rendida anualmente, mas a fortificação só começou a ser construída em 1775, sendo concluída em 1778. Era muito importante devido à sua localização, junto aos territórios da Espanha (atualmente Peru, Venezuela) e as colônias da Inglaterra, da Holanda e da França. Possuía 16 canhoneiras e, segundo Adler Castro (2009), 10 canhões foram fundidos em outubro de 1763 na capital do Pará, inclusive 2 peças de bronze. Um documento de 1779 indica que dispunha de 12 peças em ferro: 4 de calibre 4, 6 de calibre 3, 1 de calibre 1 e 1 de calibre meio⁸. Na **figura 3** (maquete), podemos observar a disposição das canhoneiras da fortificação e concluir que o forte teria uma guarnição pequena, pois a quantidade de armas ligeiras de que dispunha era muito reduzida, como indica o citado documento de 1779.



Figura 3 – Maquete ilustrando o Forte de São Joaquim no rio Branco

⁸A canhoneira ou bombardeira era a abertura entre os merlões do parapeito de uma fortaleza abaluartada, e servia para possibilitar o tiro das bocas de fogo.

FORTE DE SÃO JOSÉ DOS MARABITANOS (1763), NO RIO NEGRO

Localizado numa região muito sensível, onde atualmente se cruzam territórios do Brasil, da Colômbia e da Venezuela, esse forte foi construído ao mesmo tempo em que o forte de São Gabriel da Cachoeira, ambos com a missão de controlar a entrada através do rio Negro (**figura 4**). Segundo a documentação que pesquisamos no Arquivo Histórico Ultramarino, em 1779 esse forte tinha 15 peças de artilharia: 13 peças em ferro de vários calibres e 2 pedreiros⁹.

Nessa data (1779), o efetivo do forte não seria superior a 50 homens, tendo em conta que existiam apenas 50 armas ligeiras e 50 baionetas. Havia vários tipos de munições de artilharia: balas, balas em chumbo para os pedreiros, lanternetas e metralhas. Segundo a mesma fonte, nos armazéns da Capitania do Rio Negro, existiam 8 peças em ferro (calibres 8, 3 e 2)¹⁰.

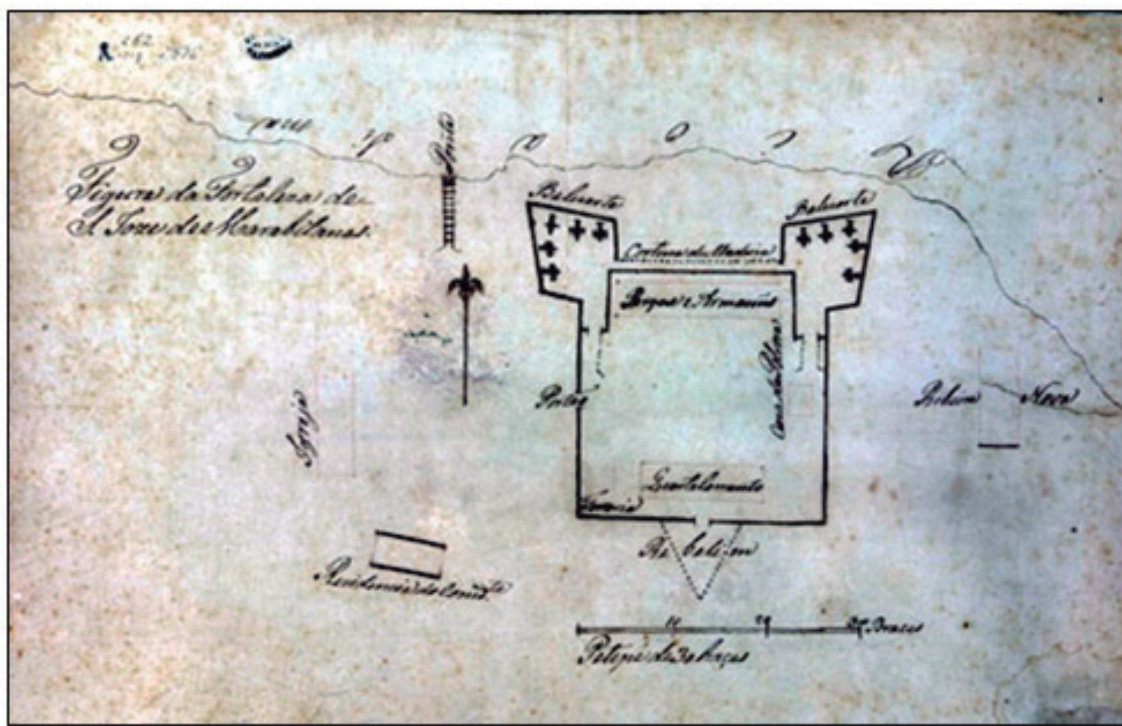


Figura 4 – Planta do Forte de São José dos Marabitanos

Em 1785, um relatório indica que o forte possuía apenas 2 baluartes e 6 peças de artilharia de calibres 6, 4, 3 e 2, sendo guarnecido por 30 homens (Oliveira, 1968) e, segundo Baena (2004), o forte era um quadrado, e o lado sobre o rio tinha 2 baluartes com 12 canhoneiras. O resto do perímetro era um muro com seteiras para tiro de espingarda. O forte tinha ainda, no exterior, 4 baterias: São Pedro, São Luís, São Simão e São Miguel.

⁹Ibid.

¹⁰Ibid.



FORTE DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (1763), NO RIO NEGRO

O Forte de São Gabriel da Cachoeira começou a ser construído em 1763 e, de acordo com Baena (2004), tinha um formato pentagonal irregular, cujo maior lado (do rio) era uma cortina com dois meio baluartes. Devido ao material empregado, o forte encontrava-se deteriorado em 1770, ano em que o governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernão da Costa de Ataíde Teive Sousa Coutinho (1763-1772), determinou reconstruí-lo em pedra (Ferreira, 1971). Os trabalhos de reconstrução iniciaram-se em 1775, criando uma nova estrutura de pedra e barro, com dois meio baluartes na frente.

Um documento de 1779 refere a existência de 10 peças de ferro montadas nas suas carretas: 6 de calibre 4 libras e 4 de 2 libras¹¹. Outra fonte de 1786 refere que havia dentro do forte um quartel para a guarnição, um parque d'armas e mais apetrechos de guerra. Uma pequena casa de pólvora, um calabouço e todas as casas, excetuando a da pólvora, eram cobertas de palha (Ibid.).

Esse forte teria um efetivo superior ao Forte de S. José dos Marabitanos, pois o citado documento de 1779 refere que, em São Gabriel da Cachoeira, existiam 150 armas ligeiras, indiciando que teria mais tropa de infantaria. A mesma fonte revela um ofício do encarregado das demarcações do rio Negro para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, que indica a artilharia existente na Capitania do Grão-Pará em 1778¹²: 16 peças em bronze e 14 em ferro, sendo que, das 16 peças de bronze, 8 estavam montadas em reparos de campanha (4 de calibre 6 e 4 de calibre 1) e as 14 peças em ferro estavam todas montadas em reparos “marinhos”.

Essa fonte revela também os vários tipos de reparos usados pela artilharia: os reparos “marinhos”, os reparos de “campanha” e os de “patesca” (ou de praça), que adiante se explicam. O documento refere que o forte dispunha de uma peça de bronze calibre 3 montada em reparo de “patesca”, e reparos “marinhos bastardos” para as peças de calibre 6, sendo os reparos “marinhos” usados nas peças de calibres menores.

FORTE DA BARRA (FORTE DO RIO NEGRO)

O Forte de São José da Barra do Rio Negro (**figura 5**) começou a ser construído em 1669 ou 1670 na margem esquerda da barra do rio Negro, junto à confluência com o rio Solimões, onde fica atualmente a cidade de Manaus (Estado do Amazonas).

Tinha a missão de controlar a confluência do rio Negro com o rio Amazonas de modo a garantir a segurança na entrada da Amazônia Ocidental. Era uma instalação pequena (pouco resistente, de terra e madeira) de forma quadrangular e muros baixos, com 4 peças de pequeno calibre (calibres 3 e 1). Teve inicialmente grande importância, e era a sua guarnição, de aproximadamente 300 homens, que fornecia pessoal para guarnecer os fortes no rio Negro, rio Branco e rio Solimões. Serviu de quartel às forças envolvidas nas demarcações da fronteira depois do Tratado de Madri (Barreto, 2011). Segundo uma informação de 1774, o forte tinha uma guarnição de cerca de 200 homens, incluindo a guarnição do forte e uma companhia de infantaria auxiliar (Sousa, 1885).

¹¹Ibid.

¹²Ibid.

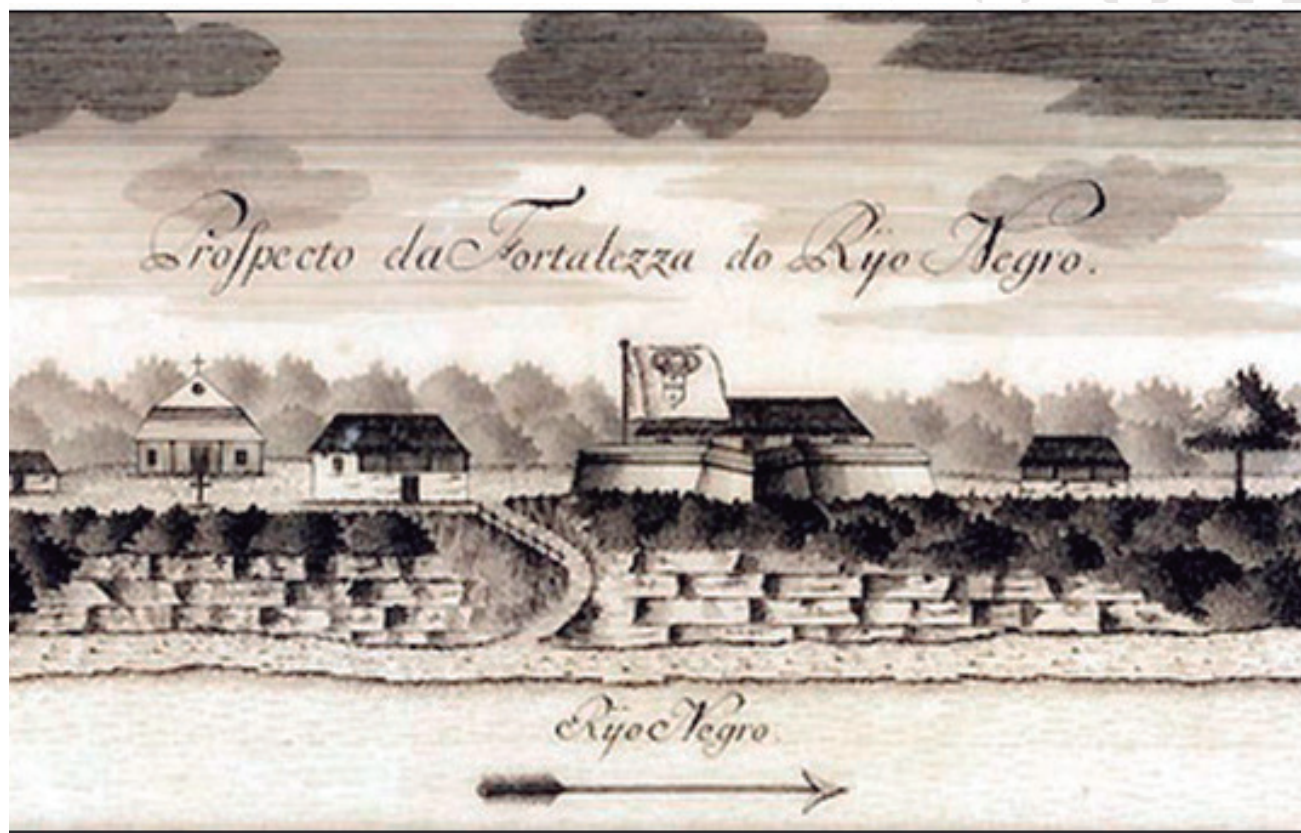


Figura 5 – Gravura do Forte de São José da Barra do rio Negro

FORTE DE SÃO FRANCISCO XAVIER DE TABATINGA (1766), NO RIO SOLIMÕES

Na zona de fronteira com o território colonial da Espanha (atualmente da Colômbia e do Peru), foi construído em madeira e terra, com missão militar e também para albergar uma filial da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Segundo Baena (2004), em 1839 existiam 9 peças de artilharia: 4 de bronze de calibre 6, 2 em ferro de calibre 1 e 3 de bronze de calibre 1 ½.

FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA (1775-76), NO RIO GUAPORÉ

O Forte Príncipe da Beira começou a ser construído em 1775 ou 1776 num local próximo do Forte de Bragança (1769)¹³, que se encontrava em ruínas. O novo forte, localizado a cerca de 2km a norte do antigo Forte de Bragança, veio a ser a maior fortificação portuguesa construída fora da Europa (**figura 6**), dada a importância da sua missão na fronteira do centro-oeste do Brasil com o antigo território colonial da Espanha. A sua designação revela a importância que tinha em homenagem ao filho primogênito da futura Rainha D. Maria I.

¹³O Forte de Bragança também tinha sido construído sobre as ruínas de outro forte, designado por Forte de Nossa Senhora da Conceição. Em alguns documentos (AHU) aqui citados, já em 1775 não consta a designação de Forte Bragança, mas sim de Nossa Senhora da Conceição.



Figura 6 – O Forte Príncipe da Beira foi a maior fortificação construída pelos portugueses fora da Europa

Um ofício de 1775 do governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar¹⁴ refere que são insuficientes as munições de guerra de que dispõe para defesa daquela “fronteira remota” tão “difícil de socorrer e de ser provida [abastecida]”. Era uma fortificação abaluartada segundo o sistema Vauban, com 4 baluartes (Nossa Sr^a da Conceição, St^a Bárbara, St^o Antonio de Pádua e St^o André Avelino), cada um com 14 canhoneiras¹⁵ (3 em cada flanco e 4 em cada face). Segundo a tradição portuguesa, cada baluarte era dedicado a um santo padroeiro, sendo o principal o de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Reino de Portugal, do lado da frente, tal como o de Santa Bárbara. Na parte de trás (nordeste), os baluartes de Santo Antônio, padroeiro dos militares, e o de Santo André Avelino, protetor da morte súbita e apoplexia, evocando as doenças desconhecidas que atingiam tantos militares.

Um ofício do governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso, enviado ao secretário de Estado dos Negócios do Reino (futuro Marquês de Pombal), em 1777, dá conta do estado das obras do Forte Príncipe da Beira e pede artilharia de bronze de pequeno calibre e espingardas com baionetas¹⁶. Essa informação confirma que, nas fortificações do interior, mesmo nas mais importantes, a artilharia era de menor calibre do que nos fortes do litoral.

As obras do forte só ficaram concluídas em agosto de 1783 e, apesar de estar preparado para receber 56 peças de artilharia, só em 1830 foi equipado com 4 bocas de fogo de calibre 24, enviadas do Pará e, posteriormente, recebeu mais 14 canhões de ferro, de calibre 12.

¹⁴AHU_ACL_CU_010 Cx18. Doc 1114.

¹⁵Alguns mapas antigos e planos de fortes relativos à Região Amazônica, existentes em arquivos do Brasil, Lisboa 1961, p. 32.

¹⁶AHU_ACL_CU_010 Cx18 Doc 1144

FORTE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (FORTE BRAGANÇA)

Devido à importância do rio Guaporé como via de entrada na região de Mato Grosso, a capitania resolveu criar um posto militar para controlar “a chave do sertão” do Mato Grosso, região ameaçada frequentemente por incursões espanholas e indígenas (junto à atual fronteira com a Bolívia). Depois do Tratado de Madri, os portugueses resolveram construir um forte na margem direita do rio Guaporé, que foi designado por Forte de Nossa Senhora da Conceição, e que, mais tarde (1767), foi reconstruído com a designação de Forte Bragança (**figura 7**).

A ameaça sobre a Capitania de Mato Grosso era vista com grande preocupação em Lisboa, como revela a mensagem do rei enviada em julho de 1765 ao governador da capitania, para este ter “todo o cuidado e vigilância para se prevenir contra surpresas e invasões dos castelhanos”¹⁷.

Na documentação relativa ao antigo Forte de Nossa Senhora da Conceição, entre 1765 e 1775, podemos verificar que seria um forte importante, pois duplicou a quantidade de artilharia, passando das 15 peças que tinha em 1765 para 32 peças em 1775. Relativamente à quantidade de espingardas, que estaria relacionada com o aumento da guarnição do forte, a ampliação foi ainda mais expressiva, pois, em 1765, possuía apenas 146 espingardas e 68 baionetas e, depois, em 1775, já dispunha de 600 espingardas e 580 baionetas¹⁸.

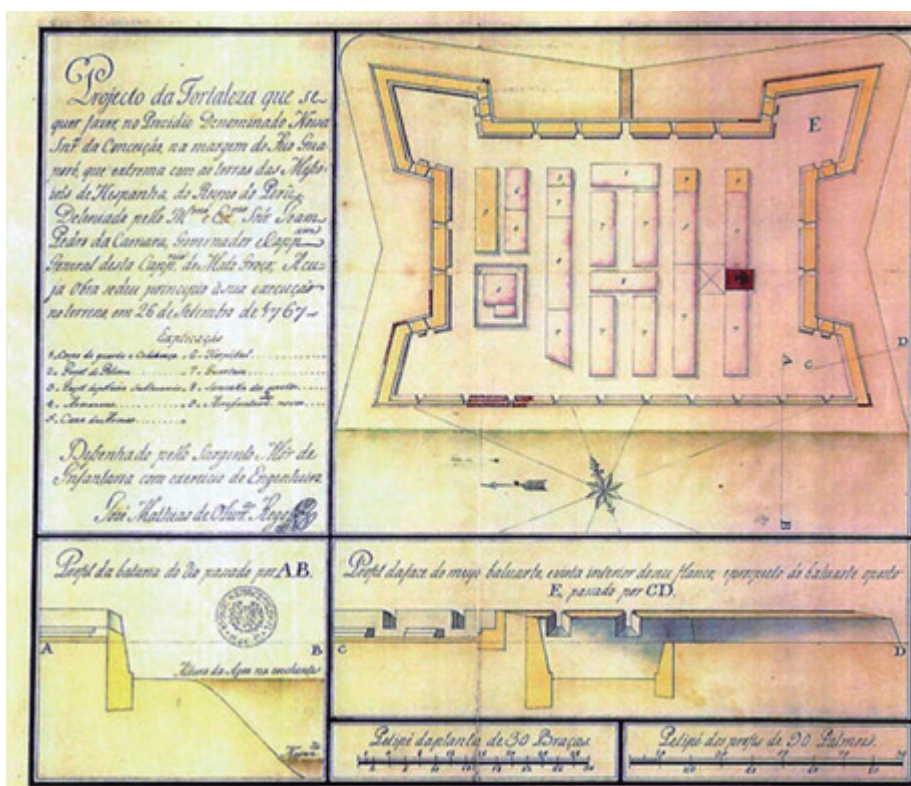


Figura 7 – Projeto do Forte de Bragança (antigo Forte de Nossa Senhora da Conceição)

¹⁷AHU_ACL_CU_010, Cx. 12 Doc. 751. Ofício de 5 de julho de 1765 do secretário de Estado da Marinha e Ultramar para o governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso.

¹⁸AHU_ACL_CU_010_Cx 12. Doc 746.



Um inventário de 1765 refere a existência das seguintes 15 peças de artilharia no Destacamento (Fortaleza) de Nossa Senhora da Conceição¹⁹:

Calibre	Quantidade	Balas
6	6	290
4	3	80
3	1	50
2	1	202
1	2	110
$\frac{1}{4}$	2	137

Tabela 1 – Mapa da artilharia (1765) da Fortaleza da Conceição

De acordo com outro inventário, do ano de 1773, da artilharia existente na Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição²⁰, existiam 32 peças de artilharia e 2.967 balas e, posteriormente, noutro inventário, de 1775, relativo à Fortaleza da Conceição e ao Presídio de Coimbra²¹, existiam 35 peças de artilharia, 7 em bronze e 28 em ferro.

Calibre	Quantidade	Balas
6	12	1.405
4	1	470
3	3	320
2	2	31
1	2	520
$\frac{3}{4}$	1	16
$\frac{1}{2}$	4	106
$\frac{1}{4}$	7	4

Tabela 2 – Mapa da artilharia (1773) da Fortaleza da Conceição

¹⁹Ibid.

²⁰AHU_ACL_CU_010_Cx 17. Doc 1037.

²¹AHU_ACL_CU_010_Cx 18. Doc 1114.



O artilhamento dessas fortalezas remotas era muito difícil, não apenas pelas grandes distâncias que as separavam do litoral, onde desembarcavam as peças vinda do arsenal de Lisboa ou do estrangeiro, mas também pelas dificuldades de transporte e das vias de comunicação. Numa curiosa carta enviada ao Rei D. José em fevereiro de 1765, o governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso relata que demorou 7 meses e 17 dias (de maio a dezembro de 1764) na viagem entre o Grão-Pará e a Vila Bela, porque traziam 8 peças de artilharia transportadas em canoas pelo rio e que, em algumas cachoeiras, tiveram que abrir passagem rasgando canais²².

O transporte da artilharia para as novas fortalezas do interior era um processo complicado e demorado, o que explica também que, na maioria das fortificações do interior, normalmente se encontrem peças mais leves e de calibres menores (abaixo do calibre 6).

Ainda sobre o Forte da Conceição (mais tarde designado de Forte Bragança), temos informação²³ de que, em 1766, recebeu mais seis peças vindas do Grão-Pará e que o governador da capitania, devido à falta de balas, até mandou fundir alguns sinos (bronze). Noutro ofício²⁴, o governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso pedia seis artilheiros, escrevendo “não há aqui soldados que saibam trabalhar com as peças” e pede balas dos calibres 6, 4, 3, 2, $\frac{3}{4}$, $\frac{1}{2}$ e $\frac{1}{4}$.

Esse forte é designado de modo diferente em documentos da mesma época, quer por Forte da Conceição, quer por Forte de Bragança, como testemunham as fontes citadas e o inventário sobre a artilharia existente na Capitania de Mato Grosso, onde o forte, em 1772, já é designado por Forte Bragança²⁵.

Forte Bragança	Vila Bela	Cuyaba
32 peças	1 peça	4 morteiros antigos (bronze)

Tabela 3 – Artilharia da Capitania de Mato Grosso em 1772

FORTE DE COIMBRA (1775), NO RIO PARAGUAI

Localizada no estreito São Francisco Xavier, na margem direita do rio Paraguai, essa fortificação surge com duas designações diferentes: “Forte de Coimbra” e “novo Forte de Coimbra”, sendo que o primeiro foi criado em 1775, e o “novo” construído a partir de 1791.

²²AHU_ACL_CU_010_Cx 12. Doc 736.

²³AHU_ACL_CU_010_Cx 13. Doc 787.

²⁴AHU_ACL_CU_010_Cx 13. Doc 754.

²⁵AHU_ACL_CU_Cx 16. Doc 983.



Figura 8 – Planta do Forte de Coimbra

O mais antigo foi inaugurado em setembro de 1775 para controlar o curso médio do rio Paraguai, no sentido de garantir à Coroa Portuguesa a posse das terras a oeste do rio, tendo em conta que, do lado espanhol (atuais Paraguai e Bolívia), existiam dois fortes: Fuerte Bourbon e Fuerte de San Carlos del Apa, sendo fundamental impedir o avanço dos espanhóis em busca de ouro em território português. Depois da violação do tratado de limites pelos espanhóis, em 1774, os portugueses quiseram garantir a posse de uma parte da margem direita do rio Paraguai e da margem esquerda do Guaporé e, diante da ameaça do lado espanhol e dos índios Paiaguás e Guaicurús, decidiram construir o Forte de Coimbra em 1775.

Mais tarde, foi construído o novo Forte de Coimbra (**figura 9**), com duas baterias em plano horizontal cruzando fogos sobre o rio, com oito canhoneiras pelo lado do rio e mais oito pelo lado de terra. A sudoeste, um fosso protegia a fortificação de um assalto pelo lado terrestre. Tinha a finalidade de dificultar o acesso espanhol navegando pelo rio Paraguai, impedir incursões de índios Paiaguás, garantir a posse do médio Paraguai e separar os espanhóis de Assunção dos de Chiquitos e Moxos, enfraquecendo-os estrategicamente. Era ainda importante para garantir a segurança afastada de Vila Bela (capital de Mato Grosso) e também a construção do Forte Príncipe da Beira (1776-1797).



Figura 9 – Foto atual do Forte de Coimbra, na margem do rio Paraguai

FORTE DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES (1767), NO RIO IGUATEMI

Localizado no limite sul da capitania de Mato Grosso, na margem esquerda do rio Iguatemi (a 12km acima da confluência com o rio Paraná, próximo da foz do rio das Bagas, no Mato Grosso do Sul), tinha a finalidade de proteger o transporte de ouro pelos rios, de Minas Gerais para S. Paulo. Foi construído entre 1765 e 1770 com materiais pouco resistentes, com uma planta de um polígono heptagonal irregular, com cinco baluartes e dois meio baluartes nos vértices. Foi oficialmente fundado em 1767 e, segundo um relatório do governador Luiz Pinto de 1770, estava artilhado com 14 peças de diferentes calibres (Sousa, 1885).

Há também informação de que o Morgado de Mateus²⁶ remete para Ararituaba, em fins de 1772, artilharia, munições e mais petrechos destinados ao Iguatemi, para onde seriam transportados por 12 canoas, conjuntamente com 70 presos destinados a preencher os claros da guarnição, dizimada pela malária. Foi gradualmente perdendo importância e, em 1775, sabe-se que não tinha nem meios nem pessoal em quantidade adequada, sendo ocupado em outubro de 1777 por uma força de 3.000 homens do Paraguai.

²⁶A construção do forte ficou a cargo da Capitania de S. Paulo, da qual era governador o Capitão-General D. Luiz Antônio de Souza Botelho e Mourão, o Morgado de Mateus.

FORTE JESUS, MARIA E JOSÉ

Esse forte começou a ser construído em 1737 na margem esquerda do rio Jacuí, próximo da foz do rio Pardo, onde nasceu a atual cidade de Rio Pardo (no Estado do Rio Grande do Sul). Era inicialmente um forte de campanha (temporário) em terra e madeira e, durante as Guerras Guaraníticas (1753-1756), enfrentou e combateu os índios Tapes com sucesso (Batalha de Caiboaté). Depois desse conflito e da Campanha das Missões (1756-1759), foi reconstruído com materiais mais resistentes (pedra e terra) com quatro baluartes (**figura 10**).

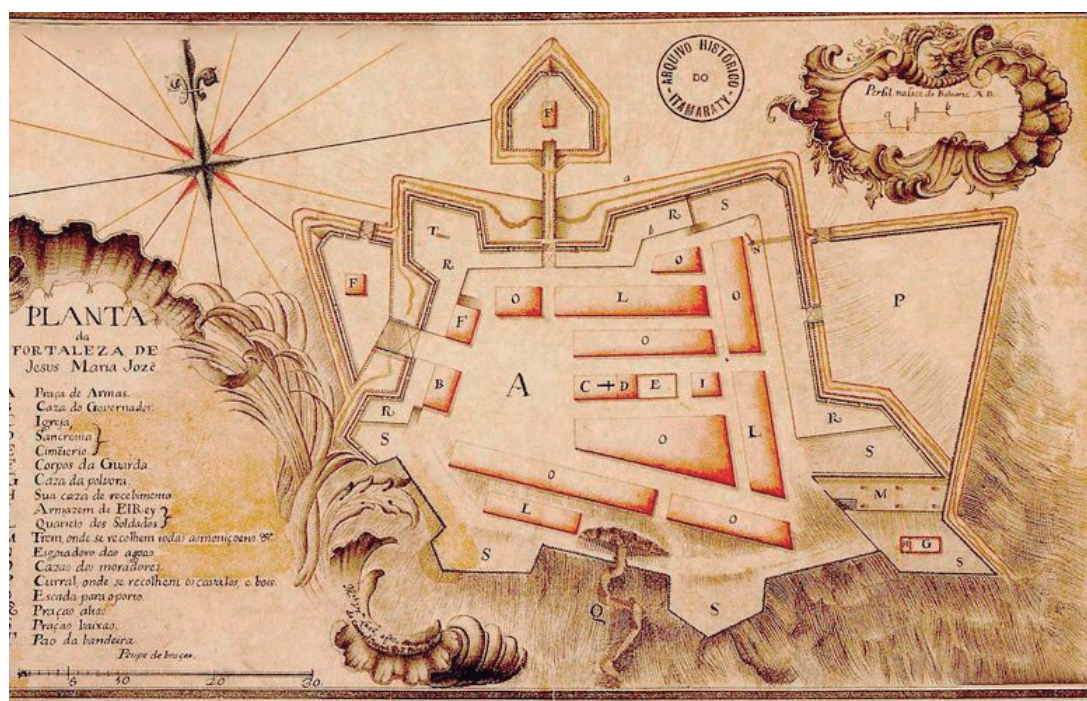


Figura 10 – Planta do Forte Jesus, Maria e José

Nesse forte, esteve aquartelado o Regimento de Dragões do Rio Pardo, que, durante a invasão espanhola (1763-1776), teve um papel determinante perante as forças do governador da Província de Buenos Aires, sucesso que lhe deu fama com a designação de “Tranqueira Invicta”. Durante a invasão espanhola (1763-1776) que partiu da Fortaleza de Santa Tecla, os castelhanos conquistaram Santa Tereza, Rio Grande e São José do Norte, mas a resistência da Fortaleza Jesus, Maria e José foi decisiva, pois suas tropas derrotaram as forças castelhanas e os índios, recuperaram a Fortaleza de Santa Tereza e a vila do Rio Grande. Em 1776, as forças portuguesas cercaram a Fortaleza de Santa Tecla, vencendo os castelhanos.



A ARTILHARIA NAS FRONTEIRAS DO BRASIL

Na primeira metade do século XVIII, a grande dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra também se refletia na aquisição de material de artilharia, como testemunha a compra de 50 peças de artilharia, feita em 1731 (de calibre 24 e de calibre 18). Na Inglaterra, entre 1761 e 1764, o sistema Armstrong estabeleceu os calibres 3, 4, 6, 9, 12, 18, 24, 32 e 42 libras, e na França, em 1732, o sistema Vallière regulamentou para as peças de artilharia os calibres 4, 8, 12, 16 e 24 libras, e para morteiros os calibres 8 e 12 e 16.

Assim, os calibres mais comuns entre franceses e ingleses eram os calibres 4, 12 e 24, e, nos séculos XVII e XVIII, o calibre de 24 libras era o mais comum nos sistemas de artilharia francês, britânico, espanhol, português e de outras origens, quer na artilharia naval, quer na artilharia das fortificações. Também no principal forte em Portugal (Elvas, em 1767), as peças de artilharia que existiam em maior quantidade eram em bronze, de calibre 12 e de calibre 24 (Sousa, 2013) e, na colônia do Brasil, as peças de artilharia mais usadas nas fortificações eram de calibre 24, 12, 9, 6 e 4.

Podemos, em síntese, reunir alguns dados sobre as peças de artilharia mais usadas nas fortificações do Brasil no século XVIII, sendo que os calibres 24 e 18 eram mais comuns nos fortes do litoral, enquanto no interior predominavam os calibres abaixo de 6.

Calibre (em libras)	Calibre (em milímetros)	Peso da bala (kg)	Alcance (metros)	
			Tiro direto	Tiro curvo
Calibre 24	150 a 155	10 a 12	400	2.000
Calibre 12	120	5 a 6	350	1.800
Calibre 6	100	3	300	1.200
Calibre 4	80 a 85	1 a 2	250	1.000

Tabela 4 – Peças de artilharia mais utilizadas nas fortificações do Brasil no século XVIII

Os calibres maiores (36, 24, 18 e 12), mais vocacionados para bater navios, estavam nos fortes de defesa da costa e do litoral, alguns com peças de calibre 36, mas a maior parte da artilharia tinha como calibre máximo o 24, que era o mais comum entre os maiores. Os fortes do litoral possuíam também peças de 8, 6 e 4, mas as peças abaixo desses calibres eram mais usadas nos fortes do interior, onde a ameaça não eram navios, mas sim tropa apeada e pequenas embarcações. Assim, nas fortificações do interior do Brasil, os calibres mais comuns da artilharia eram 6, 4, 3, 2, 1, $\frac{3}{4}$, $\frac{1}{2}$ e $\frac{1}{4}$ libras.

A utilidade dos calibres menores (calibres 1 e $\frac{1}{2}$) das peças mais leves continuava a tradição do modelo “falconete”, um tipo de arma mais antiga (século XVI), que, por ser bastante versátil, era ainda usada no século XVIII (diâmetro interior do tubo com cerca de 9cm) para fazer tiro mais rápido (peças de amiudar).



Forte	Artilharia	Baluartes e canhoneiras
São José Macapá (1764) (Rio Amazonas-Capitania do Grão-Pará)	Peças de artilharia: – 6 de calibre 4 – 29 de calibre 9 – 2 de calibre 12 – 10 de calibre 24 – 5 de calibre 36	4 baluartes, cada um com 14 canhoneiras
São Joaquim do Rio Branco (1775) (Rio Branco-Capitania do Rio Negro)	10 canhões (incluindo 2 peças de bronze) de calibres 6 e 4 Um inventário de 1779 refere 12 peças: – 4 peças ferro calibre 4 – 6 peças ferro calibre 3 – 1 peça ferro calibre 1 – 1 peça ferro calibre ½	16 canhoneiras
São José de Marabitanas (Rio Negro)	6 peças calibres 6, 4, 3 e 2 Um inventário de 1779 refere 15 peças: – 13 peças em ferro de diversos calibres – 2 pedreiros	2 baluartes Do lado do rio, tinha 2 baluartes (12 canhoneiras) e, no exterior, tinha 4 baterias
São Gabriel da Cachoeira (Rio Negro)	10 peças em ferro: 6 peças de calibre 4 e 4 de calibre 2	2 meio baluartes
São Francisco Xavier Tabatinga (1766) (Rio Solimões-Capitania do Rio Negro)	9 peças de artilharia: 4 de bronze de calibre 6, 2 em ferro de calibre 1 e 3 de bronze do calibre 1 ½	2 baluartes
Nossa Senhora da Conceição ou Forte Bragança (Rio Guaporé-Capitania do Mato Grosso)	Em 1773, tinha 32 peças: – 12 de calibre 6 – 1 de calibre 4 – 3 de calibre 3 – 2 de calibre 2 – 2 de calibre 1 – 1 de calibre ¾ – 4 de calibre ½ – 7 de calibre ½	- x -
Príncipe da Beira (1776) (Rio Guaporé-Capitania do Mato Grosso)	Destinado a receber 56 canhões, em 1913, foi dali levado um canhão de ferro fundido. Para o Museu Nacional, foi um canhão calibre 24 de provável procedência inglesa, pelas alegadas inscrições "GR" (George Rex) encimada por coroa. Só em 1830, teve artilharia: 4 peças de calibre 24, enviadas do Pará. Mais tarde ali foram ter mais 14 canhões de ferro, de calibre 12.	4 baluartes cada um com 14 canhoneiras (3 em cada flanco e 4 em cada face)
Forte de Coimbra (Rio Paraguai-Capitania do Mato Grosso)	- x -	2 baterias cruzando fogos sobre o rio, com 8 canhoneiras pelo lado do rio e mais 8 pelo lado de terra. Tinha 4 baluartes: Santa Ana, São Gonçalo, São Tiago e Nossa Senhora da Conceição.
Nossa Senhora dos Prazeres Iguatemi	14 peças de diferentes calibres	5 baluartes e 2 meio baluartes nos vértices.

Tabela 5 – Artilharia e baluartes na fronteira interior do Brasil

Durante a primeira metade do século XVIII, houve um grande investimento nas defesas do Rio de Janeiro, continuado na segunda metade do século, quando a cidade passou a ser a capital, num período em que se realizou também um grande esforço para artilhar as novas fronteiras do interior, processo complexo pela grande distância a que ficavam do litoral, onde desembarcavam todos os meios vindos da Europa.

Uma relação (inventário)²⁷ da artilharia existente na Capitania do Rio de Janeiro em 1765 dá conta da seguinte distribuição das peças (todas em ferro), que equipavam o sistema defensivo da capital da colônia:

	Cal 36	Cal 24	Cal 18	Cal 16	Cal 8	Cal 6	Cal 4
Ilha das Cobras	7	15	29	3	8	24	24
Villegagnon	2	4	9	-	-	-	-
Santa Cruz	12	15	13	3	9	-	-
São João	-	15	33	-	-	-	-
Lage	-	18	-	-	3	-	-
Total	21	67	84	6	20	24	24

Tabela 6 – Artilharia existente na Capitania do Rio de Janeiro em 1765

O documento anteriormente citado referia que havia muitas faltas e que uma parte dessa artilharia (ainda toda em ferro) era “broqueada” e estava “comida da ferrugem”, sendo necessário ser substituída por artilharia em bronze, discriminando que eram necessários 3 obuses e 12 peças de bronze de 1 libra de “amiudar atrombetadas”, de pequena dimensão (com apenas 6 palmos de comprimento do tubo).

Esse documento refere, assim, a existência de 246 peças de artilharia na defesa da capital, mas observava que, para melhorar aquele sistema, faltavam mais 130 peças dos seguintes calibres:

Quantidade	Calibre
21 peças	24
25 peças	18
41 peças	8
43 peças	4 e 6

Tabela 7 – Artilharia que fazia falta na Capitania do Rio de Janeiro em 1765

²⁷AHU_ACL_CU_017 Cx 64 Doc 6107.



Quando Portugal se envolveu na Guerra dos Sete Anos, a Capitania do Rio de Janeiro dispunha do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro e de duas companhias de artilheiros (uma de Lisboa e outra de Lagos), e tinha de enviar peças e artilheiros para guarnecer também as fortificações de Santos, de Santa Catarina e do Rio Grande de S. Pedro (Sul), pelo que, em 1763, o governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e S. Paulo enviou um ofício²⁸ ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, solicitando a seguinte artilharia para as fortalezas sob a sua responsabilidade, “a fim de conservarem as ditas praças em costado da melhor deffenção, quando os nossos públicos e declarados inimigos tentem fazer qualquer ataque, que é muito presumível na conjuntura presente”.

A artilharia e munições solicitadas no ofício anteriormente citado era a seguinte:

- peças de amiudar de 1 libra: 12 e 2.000 balas;
- peças de calibre 4: 30 e 1.500 balas;
- peças de calibre 6: 30 e 1.500 balas;
- peças de calibre 8: 40.

As peças usadas nos navios eram muito semelhantes àquelas que eram usadas nos fortes, como testemunham as trocas de material de artilharia entre os meios navais e os fortes do litoral, observadas em 1759 com as peças da nau *Nossa Senhora da Lampadosa*²⁹, que foram usadas para a defesa da ilha das Cobras, no Rio de Janeiro³⁰.

Durante os anos de 1765 e 1766, foram feitas várias diligências para melhorar as defesas do Rio de Janeiro, que tinham ficado desfalcadas, depois de ter enviado artilharia para Santa Catarina, para a nova Colônia do Sacramento, para o Rio Grande de S. Pedro (Sul), Santos e Espírito Santo. Um ofício do vice-rei do Estado do Brasil ao secretário da Marinha e Ultramar solicita o envio de peças de artilharia para o Rio de Janeiro e refere em particular que, para a nova Fortaleza da Praia Vermelha, eram necessários 40 canhões³¹. Em 1766, foi também pedida artilharia de campanha e munições para o Rio de Janeiro, Santa Catarina e para a Colônia (Sacramento), nas seguintes quantidades³²:

4 peças (bronze)	1 libra	2.000 balas
4 peças (bronze)	2 ou 3 libras	2.000 balas
4 peças (bronze)	6 libras	–
2 obuses	8 polegadas	600 bombas

Tabela 8 – Artilharia de campanha pedida para o Brasil em 1766

²⁸AHU_ACL_CU_017 Cx 66 Docs 1763 e 6183.

²⁹A nau *Nossa Senhora da Lampadosa*, lançada à água em Lisboa em 1727, tinha 50 peças de artilharia e participou na Campanha do Rio da Prata (1736-1737), ficando incapacitada em 1759, no Rio de Janeiro.

³⁰AHU_ACL_CU_011 Cx 11. Doc 47.

³¹AHU_ACL_CU_017 Cx 76. Doc 6909.

³²AHU_ACL_CU_017 Cx 77. Doc 6943.

O desenvolvimento da artilharia de campanha ocorreu certamente por influência do Tenente-General Johann Heinrich Böhm e do Brigadeiro Jaques Funck, oficiais estrangeiros muito experientes que serviram no Brasil, no âmbito das reformas militares do Conde de Lippe. Por intermédio de diversos documentos, podemos confirmar como o Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro desenvolveu capacidades no âmbito da artilharia de campanha, valorizando não apenas a defesa do litoral, mas também a defesa terrestre do lado do campo, “onde a defesa da cidade está completamente aberta.”³³ Em 1766, a defesa da barra da capital era considerada adequada, como refere um ofício do vice-rei do Estado do Brasil ao secretário da Marinha e Ultramar, em caso de ataque de navios castelhanos às fortificações da barra do Rio de Janeiro e Forte da Praia Vermelha, estas estariam bem guarnecidas, mas destaca a necessidade de um novo forte na foz do rio Macaé e a reativação do sistema de defesa do litoral, desde Cabo Frio até o Rio de Janeiro.

Nesse sentido, foi pedido o reforço de tropas no Rio de Janeiro, por meio de novos Terços Auxiliares e de Ordenanças³⁴, e foi recebida de Lisboa a seguinte artilharia em 1767³⁵:

16 peças em bronze	40 peças em ferro	2 morteiros em bronze	2 obuses em bronze
8 peças calibre 1 4 peças calibre 3 4 peças calibre 6 4.000 balas calibre 1 2.000 balas calibre 2	8 peças calibre 6 10 peças calibre 9 10 peças calibre 24 12 peças calibre 36	2 morteiros ½ polegada e 1.000 bombas	2 obuses 8 polegadas e 600 bombas

Tabela 9 – Reforço de artilharia no Rio de Janeiro em 1767

Sobre o investimento na artilharia de campanha, relacionado com a defesa do Rio de Janeiro do lado terrestre, merece destaque um curioso documento de 1768 sobre os procedimentos e a organização das guarnições dos artilheiros, do qual podemos extrair a composição das guarnições dos diversos tipos de peças³⁶. Na **tabela 10**, podemos conhecer a quantidade de homens da guarnição de cada tipo de peça:

Calibre	Artilheiros	Soldados	Total de homens
24	2	6	8
16	2	6	8
12	2	4	6
8	1	4	5
4	1	4	5

Tabela 10 – Procedimentos e organização das guarnições dos artilheiros em 1768

³³ AHU_ACL_CU_017_Cx 84. Doc 7452.

³⁴ AHU_ACL_CU_017_Cx 80. Doc 7188.

³⁵ Ibid.

³⁶ AHU_ACL_CU_017_Cx 84. Doc 7445



Nessa época, o Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro possuía um efetivo de cerca de 750 militares e guarnecia não só as fortalezas do sistema defensivo da cidade, mas também fornecia cerca de 240 homens para Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento³⁷.

Em 1768, podemos conhecer com rigor a situação da artilharia no Rio de Janeiro, por intermédio do exame (estudo) realizado pelo Brigadeiro Funck sobre o material de artilharia necessário para a defesa dos fortes da capital da colônia,³⁸ por meio do qual aquele prestigiado oficial pedia 84 peças, 10 obuses, 28 morteiros, 2 pedreiros de calibre 15 (não existia nenhum), cerca de 97.000 balas para peças e 15.000 bombas para morteiros. No ano de 1768, quando foi realizado o referido inventário sobre a artilharia, o governador do Rio de Janeiro contava com cerca de 5.000 militares, enquadrados em 5 regimentos de infantaria (cada um com 600 a 800 homens), 1 regimento de artilharia (750 homens), a Companhia de Artilheiros de Lisboa (60 homens) e a Companhia de Artilheiros de Lagos (82 homens). Conforme indicam os documentos³⁹, parte dessa tropa estava destacada no Rio Grande de S. Pedro, em Minas Gerais, em Santa Catarina, na Colônia do Sacramento e nas diversas fortificações do litoral.

Peças	36	27	24	20	18	16	12	10	8	6	4	3	2	1	½	Total
Existentes	21	6	67	6	46	18	39	17	37	21	5	4	3	14	12	316
Pedidas	19	-	13	-	34	-	-	-	-	-	6	6	6	-	-	84

Tabela 11 – Quantidade de peças existentes e pedido de 84 peças de artilharia em 1768

A **tabela 12** mostra a quantidade de balas pedidas (97.154), além das 65.173 existentes em 1768.

Balas	36	27	18	16	12	8	6	4	3	2	1	½	Total
Pedidas	20.000	40.000	40.000	7.200	15.600	14.800	10.117	3.249	3.000	1.800	2.800	2.400	97.154

Tabela 12 – Quantidade de balas pedidas em 1768

Obuses	7 ½	5 ½
Existentes	2	6
Pedidos	4	6

Tabela 13 – Quantidade de obuses existentes e pedidos

³⁷AHU_ACL_CU_017 Cx 85. Doc 7522. Mapa do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro (1768).

³⁸AHU_ACL_CU_017_Cx 84. Doc 7496.

³⁹AHU_ACL_CU_017_Cx 85. Doc 7522.

Morteiros	12 ½	11	8 ½	7 ½	4 ½	Bombas
Existentes	2	1	4	2	10	7.407
Pedidos	4	2	4	8	10	15.010

Tabela 14 – Quantidade existente de morteiros e suas munições e pedidos

Os pedidos anteriormente referidos foram satisfeitos apenas em parte, pois, de acordo com a documentação consultada⁴⁰, podemos saber, com rigor, qual foi o material de artilharia enviado de Lisboa para o Rio de Janeiro entre 1775 e 1777, como apresentado na **tabela 15**.

40 Peças em Bronze	130 Peças em Ferro	4 Morteiros em Bronze	8 Obuses em Bronze
6 peças calibre 1 14 peças calibre 3 8 peças calibre 6 8 peças calibre 9 4 peças calibre 12	24 peças calibre 9 58 peças calibre 12 36 peças calibre 18 12 peças calibre 24	4 morteiros de 12 polegadas	8 obuses de 6 polegadas

Tabela 15 – Quantidade de artilharia enviada de Lisboa para o Rio de Janeiro (1775-1777)

Além da artilharia, o documento refere que foram também enviadas 19.000 balas (para as peças de artilharia), 2.600 bombas (para morteiros e obuses) e 12.455 espingardas.

Relativamente às munições, a artilharia usava, nessa época, balas de ferro e de chumbo, estas para armas de calibres menores (pedreiros), lanternetas (ou lanternadas) e metralhas (**figura 11**). As lanternetas e metralhas eram usadas para bater a ameaça de grupos de tropa apeada e índios, muito comuns no interior.



Figura 11 – Balas em ferro de quatro tipos de calibres

⁴⁰ Relação da artilharia que foi enviada do Arsenal Real do Exército para o Rio de Janeiro entre 1775 e 1777. AHU.

No que diz respeito aos reparos (estruturas de madeira onde assentavam as peças de artilharia), nas fortificações eram usados três tipos, como a seguir se apresenta:

– Carretas: eram reparos de madeira com quatro rodas pequenas, também designados de carreta de marinha. Modelo muito utilizado nas fortificações, eram designados nos documentos da época como reparos marinhos, usados também nos navios, de onde deriva seu nome. No final do século XVIII (depois de 1761), surgem reparos desse tipo, mas em ferro, substituindo a madeira.



Figura 12 – Canhões em reparos marinhos

– Patesca (de Praça): eram reparos com duas grandes rodas sólidas na parte frontal. Em alguns casos, o reparo possuía também outras duas rodas menores na parte posterior, com uma lança (armão), que servia para ajudar a conduzir o deslocamento da peça de artilharia (manobrar).

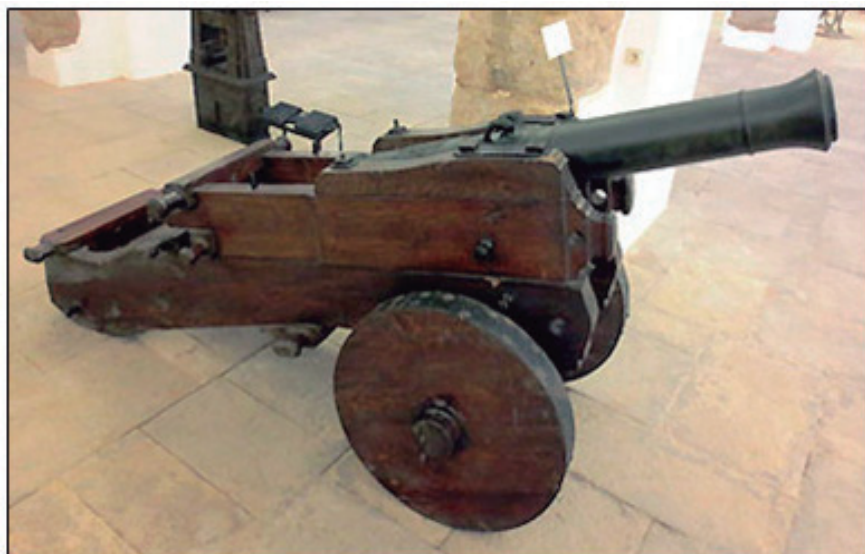


Figura 13 – Artilharia em reparo de patesca

– Campanha: eram reparos de duas rodas, mas, de modo diferente dos reparos patesca, possuíam rodas de madeira de raio (não sólidas), normalmente de raio superior ao de patesca para melhor se deslocarem no transporte das peças de artilharia, em regra, tracionadas por animais.



Figura 14 – Artilharia em reparo de campanha

Os fortes do interior tinham artilharia mais ligeira com maior cadência de tiro, devido ao menor peso das balas e das armas, permitindo fazer tiro de modo mais rápido do que com as peças mais pesadas. Podemos comparar os dados de uma peça de 24 libras com uma de 4 libras para mostrar como era muito diferente o seu desempenho, devido ao peso das balas, assim como o seu alcance em tiro direto e em tiro curvo. Numa peça de calibre 4, o peso da bala (1 a 2kg) era muito menor do que o peso de uma bala de calibre 24 (10 a 12kg) e, apesar do alcance ser metade do da peça mais pesada, é fácil compreender porque nos fortes do interior os calibres menores eram mais utilizados.

Calibre (em libras)	Peso da bala (kg)	Alcance (metros)	
		Tiro direto	Tiro curvo
Calibre 24	10 a 12	400	2.000
Calibre 4	1 a 2	250	1.000

Tabela 16 – Comparativo entre peças de 24 e 4 libras

FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE ARAÇATUBA (1744), NA ILHA DE SANTA CATARINA

A Fortaleza de Araçatuba foi planejada pelo Brigadeiro José da Silva Pais, primeiro governador da Capitania de Santa Catarina. Foi construída entre 1742 e 1744 e artilhada com 10 peças de ferro e bronze, portuguesas e holandesas: 4 de calibre 18, 3 de calibre 12 e 3 de calibre 8.

Era uma das fortalezas que constituíam o sistema defensivo da barra da ilha de Santa Catarina, constituído pela Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, Fortaleza de Santo Antônio de Ratones e Fortaleza de São José da Ponta Grossa. A ilha de Santa Catarina era fundamental para a garantia da presença portuguesa no sul do Brasil e sobre a Colônia do Sacramento. Uma provisão real de 1750 determinou que a guarnição desta fortificação fosse composta por 60 soldados, 1 capitão, 1 alferes, 1 tenente e 2 sargentos, e que “tivesse, ademais, 1 sargento-mor e 1 ajudante, igualmente cientes da artilharia e da infantaria, para que os soldados ficassem conhecendo ambas as armas”.

Em 1760, o governador da Capitania do Rio de Janeiro, Capitão-General Gomes Freire de Andrade (1733-1763), mandou fazer um levantamento das fortificações planejadas pelo Brigadeiro Silva Pais na ilha de Santa Catarina, determinando alguns reparos em 1761 e um reforço da artilharia.



Figura 15 – Canhão sobre uma carreta (reparo marinho) no Forte de Santo Antônio, na ilha de Santa Catarina

Nas fortificações construídas na segunda metade do século XVIII em Santa Catarina, os calibres mais comuns eram de 6, 8 e 12 libras, como podemos ver a seguir (Tonera; Oliveira, 2015):

- Forte de Santana (1761): em 1786, estava artilhado com 10 canhões, sendo 4 deles de bronze (1 de calibre 8 libras e 3 de calibre 6 libras); e 6 canhões de ferro, todos de calibre 12 libras;
- Forte de São Luiz (1771): o Forte de São Luís foi construído na Praia de Fora e tinha 5 peças em ferro: 1 de 8 libras e 4 de 6 libras.



- Forte de Santa Bárbara (antes de 1774): artilhado com 1 peça de bronze de 6 libras, e 12 de ferro (1 de 12 libras, 2 de 4, 5 de 3, 3 de 2, e 1 de 1 libra);
- Forte de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (1775): artilhado com 4 peças de ferro montadas em carretas (reparos marinhos), sendo 3 de calibre 12 libras e 1 de 8 libras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na segunda metade do século XVIII, a maior parte das bocas de fogo de artilharia no Brasil era dos calibres 24, 18, 12, 8 e 6, sendo que existiam, em menor quantidade, peças de pequenos calibres 1, 2, 3 e 4. Nos fortes do litoral, predominavam as peças de calibres maiores, como as de 12, 18 e 24 e, em menor quantidade, as peças de calibre 6, 8 e 36. Tendo em conta a ameaça (navios), essas fortificações não tinham normalmente baluartes, que eram mais comuns nos fortes do interior, onde a ameaça terrestre exigia que o poder de fogo defensivo funcionasse em todas as direções (360º) ao redor do forte.

No litoral, os fortes possuíam sua artilharia apenas voltada para o mar, mas, em muitos fortes das fronteiras do interior, a artilharia devia ser capaz de fazer fogo em todo o perímetro dos baluartes, havendo, em alguns casos, peças de artilharia que estavam montadas em reparos de campanha, o que traduz a possibilidade de serem usadas fora da fortificação em operações de combate terrestre, acompanhando tropa de infantaria.

Nas fortificações do interior, as peças de artilharia possuíam calibres menores como $\frac{1}{2}$, 1, 2, 3, 4 e 6. Como vimos neste trabalho, com exceção do Forte Príncipe da Beira, nenhum dos outros fortes do interior dispunha de calibres 12 e 24. O caso do Forte de São José de Macapá, dada a sua localização e a sua missão de controle da “entrada” do Amazonas, tinha artilharia semelhante à de um forte do litoral, com calibres 36, 24, 12 e 9, mas possuía baluartes, pois estava também vocacionado para se defender de ameaças vindas por terra. O caso do Forte Príncipe da Beira é também singular, pois, sendo uma fortificação do interior, localizada numa zona plana, necessitava possuir poder de fogo ao redor de toda a fortaleza e, dado o seu estatuto de grande base militar, era artilhado com peças de grande diversidade de calibres ($\frac{3}{4}$, $\frac{1}{2}$, 1, 2, 3, 4, 6, 12 e 24), combinando artilharia de vários tipos, caso singular relativamente aos restantes fortes do interior, que tinham apenas calibres abaixo de 6 libras.

Nos fortes do interior, a ameaça era muito diferente dos fortes do litoral, pois os ataques eram realizados por forças apeadas (espanhóis e índios), eventualmente apoiados por pequenas embarcações (canoas) através dos rios, sendo que estes eram também obstáculos naturais, que dificultavam os ataques aos fortes, o que explica a ausência de baluartes nas partes voltadas para os rios, existindo, em alguns casos apenas, para o lado da terra. A enorme dificuldade logística de transportar artilharia determinava também que, nas fortificações do interior, não existissem peças mais pesadas, assim como também não existiam morteiros.

Assim, os fortes do interior tinham artilharia de menor alcance, mas dispunham de maior cadência de tiro, devido ao menor peso das balas e das armas, permitindo maior flexibilidade e rapidez de emprego. Normalmente as fortificações do interior tinham mais homens do que no litoral, pois, além dos artilheiros, reuniam também tropa de infantaria para atuar fora das muralhas em missões de combate, de fiscalização comercial e segurança nos povoados.



FONTES

Arquivo Histórico Militar (AHM)

PT/AHM/DIV/1/06/50/02.

PT/AHM/DIV/2/01/04/08.

PT/AHM/DIV/2/01/01/20.

PT/AHM/DIV/4/1.

PT/AHM/DIV/4/1/23/105.

PT/AHM/FE/010/B01.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

AHU_ACL_CU Cx 16 Doc 983.

AHU_ACL_CU_010 Cx 12 Doc 736.

AHU_ACL_CU_010 Cx 12 Doc. 751.

AHU_ACL_CU_010 Cx 13 Doc 754.

AHU_ACL_CU_010 Cx 13 Doc 787.

AHU_ACL_CU_010 Cx 17 Doc 1037.

AHU_ACL_CU_010 Cx 18 Doc 1114.

AHU_ACL_CU_010 Cx 9 Doc 534.

AHU_ACL_CU_011 Cx 11 Doc 47.

AHU_ACL_CU_017 Cx 30 Doc 3215.

AHU_ACL_CU_017 Cx 66 Doc 1763 e 6183.

AHU_ACL_CU_017 Cx 76 Doc 6909.

AHU_ACL_CU_017 Cx 77 Doc 6943.

AHU_ACL_CU_017 Cx 80 Doc 7188.

AHU_ACL_CU_017 Cx 84 Doc 7445.

AHU_ACL_CU_017 Cx 84 Doc 7452.

AHU_ACL_CU_017 Cx 84 Doc 7496.

AHU_ACL_CU_017 Cx 85 Doc 7522

AHU_ACL_CU_020 Cx 6 Doc 265.

AHU_ACL_CU_089 Cx 2 Doc 199.

Biblioteca Nacional de Lisboa Cota D257 V, Planta dos Quartis novos feitos por ordem do Ilmo Sr Joaquim de Mello e Povoas, Governador desta Capitania (2^a metade do séc. XVIII).



BIBLIOGRAFIA

ALCÂNTARA, Dora Monteiro e Silva. *Fortaleza de São José do Macapá*. Rio de Janeiro: H. J. Cole, 1979.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da Província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*, v. 30. Brasília: Senado Federal, 2004.

BARBOSA, Francisco de Assis; NUNES, José Maria de Souza. *Real Forte Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Spala Editora/Fundação Emílio Odebrecht, 1985.

BARRETTO, Anibal. *Fortificações do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

BARROS, Joaquim Pereira de. *Plano do Forte de S. Joaquim do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [s.d.].

BENTO, Cláudio Moreira. *Amazônia Brasileira: conquista consolidação e manutenção (história militar terrestre da Amazônia 1616-2003)*. Porto Alegre: Genesis. 2003.

BOTELHO, José Justino Teixeira. *Novos subsídios para a história da artilharia portuguesa*. Lisboa: Comissão de História Militar. Lisboa, 1944.

CASTRO, Adler Homero Fonseca. *Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações no Brasil de 1504 a 2006*, v. 2 – Regiões Norte e Nordeste. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

COSTA, Graciete da. *Fortes portugueses na Amazônia Brasileira*. Tese (pós-doutoramento) Universidade de Brasília, 2015.

FARIA, Miguel. Príncipe da Beira: a fortaleza para além dos limites. *Revista Oceanos*. Lisboa, n. 28, out-dez 1996.

FERREIRA, Arnaldo Medeiros. *Fortificações portuguesas no Brasil*. São Paulo: Edições ELO, 2004.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: 1783-1792* (2 v.). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

GARRIDO, Carlos Miguez, *Fortificações do Brasil*. Separata do Vol. III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

OLIVEIRA, José Lopes de. Fortificações da Amazônia. In: ROCQUE, Carlos (org.). *Grande Enciclopédia da Amazônia* (6 v.). Belém: Amazônia Editora Ltda, 1968.



PFEFFINGER, Mr. (composta por). *Fortificação moderna ou recompilação de diferentes métodos de fortificar que usão na Europa, os espanhoes, franceses, italianos, e holandezes. Com um dicionario alphabetico dos termos militares, ofensa, e defesa de Praças, construções de baterias, e minas, e forma de aquartelar exércitos*. Lisboa, 1713

Relação das Fortificações existentes em cada Província do Império, suas denominações, artilharia que têm posições e importância (1863). Arquivo do Itamaraty.

SOUSA, Augusto Fausto de. *Fortificações no Brazil*. Revista do IHGB. Rio de Janeiro, tomo XLVIII, Parte II, 1885.

SOUSA, Pedro Marquês de. A artilharia da praça de Elvas. In: *Fortificação do Território*. Lisboa: Museu da Presidência da República, 2013.

TONERA, R.; OLIVEIRA, M. M. (orgs.). *As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2015.

VITERBO, Souza, *Expedições científico-militares enviadas ao Brasil*. Lisboa: SNI, 1962.



Pedro Marquês de Souza, Tenente-Coronel de Artilharia do Exército Português. Professor doutor, investigador de História Militar, autor de diversos livros e artigos sobre assuntos militares, artilharia, história militar e música. Músico nas horas livres, é especialista no saxofone.



**O PAPEL MILITAR DE JOSÉ
BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA
DURANTE A GUERRA PENINSULAR
(1808-1811)**

Hermes Leôneo Menna Barreto Laranja



Resumo: José Bonifácio de Andrada e Silva, paulista, nascido na então Capitania de São Paulo, no Estado português do Brasil, é muito conhecido, especialmente por seu papel como Patriarca da Independência do país, em 1822. Além disso, há relatos sobre sua destacada atuação como cientista e professor na Universidade de Coimbra, onde se formou, lecionou e viveu por décadas. Em paralelo, desempenhou diversas funções públicas cumulativas, nem sempre remuneradas, em prol do Reino de Portugal. Entretanto, este artigo pretende divulgar uma faceta sua menos conhecida, em que pese sua importância histórica, e que certamente ajuda na compreensão do seu papel político posterior. Esta vem a ser seu desempenho, como militar voluntário, diante das invasões francesas a Portugal. Levado a participar da reação popular ao invasor, desde o início colaborou como pôde com o esforço de guerra da Universidade de Coimbra, culminando com a criação de um Corpo Militar Acadêmico. Nessa unidade militar única, foi de sargento a comandante, tendo passado por diversos episódios que influenciaram a campanha de reação luso-britânica ao invasor francês, em especial na Ofensiva do Marechal Soult, no Vale do rio Douro, na primavera e no verão de 1809.

Palavras-chave: Bonifácio, Coimbra, Corpo Acadêmico, Guerra Peninsular.

Abstract: José Bonifácio de Andrada e Silva, a “paulista” born in the then Captaincy of São Paulo, in the Portuguese state of Brazil, is well known, especially for his role as Patriarch of the country’s Independence in 1822. There are also reports of his outstanding work as a scientist and professor at the University of Coimbra, where he graduated, taught and lived for decades. At the same time, he performed various public functions, not always remunerated, on behalf of the Kingdom of Portugal. However, this article aims to divulge a lesser-known side of him, despite his historical importance, which certainly helps in understanding his later political role. This is his performance as a military volunteer during the French invasions of Portugal. Prompted to take part in the popular reaction to the invaders, he initially collaborated as best he could with the war effort at the University of Coimbra, culminating in the creation of an Academic Military Corps. In this unique military unit, he rose from sergeant to commander, having been involved in several episodes that influenced the Portuguese-British reaction campaign to the French invader, especially in Marshal Soult’s Offensive in the Douro River Valley in the spring and summer of 1809.

Keywords: Bonifácio, Coimbra, Academic Corps, Peninsular War.

INTRODUÇÃO

Quando o Brasil acaba de completar 200 anos de sua emancipação política de Portugal, devemos buscar celebrar a vida, as decisões e os feitos dos principais personagens que protagonizaram essa história. Além do próprio Imperador Dom Pedro I, da Imperatriz Leopoldina e de outras personalidades menos lembradas, um nome que sempre vem à memória comum dos brasileiros é o do Patriarca da Independência: José Bonifácio.

O nome de José Bonifácio de Andrada e Silva (**figura 1**), ou simplificada, como visto logo acima, José Bonifácio, quase sempre, para o brasileiro médio, remete ao seu papel como um dos pais fundadores da Independência do Brasil. É importante acrescentar, contudo, que o renomado estadista, nascido na Vila de Santos, na Capitania de São Paulo, no ano de 1763, afora essa faceta política, também desempenhou várias outras tarefas meritórias, especialmente durante seu longo período a serviço da Coroa Portuguesa.

Infelizmente, por circunstâncias do destino, que separaram as duas nações aparentadas, a partir da segunda década do século XIX, esses papéis de José Bonifácio não são muito conhecidos no Brasil, nem tampouco em Portugal. E é importante lembrar que este então súdito do rei português, por vicissitudes históricas, tornado súdito do imperador brasileiro, muito tenha realizado por Portugal!



Figura 1 – José Bonifácio de Andrada e Silva, herói da Independência do Brasil

Fonte: Biblioteca Nacional (Brasil)

Antes de avançar, é importante dizer que o escopo deste artigo é tão somente divulgar um período da vida de José Bonifácio, pouco explorado nas literaturas pertinentes ao santista, não deixando de destacar que esse foi um curto, mas intenso período desse grande brasileiro. Infelizmente, e também no caso de José Bonifácio, os relatos pessoais dos diversos participantes da chamada Guerra Peninsular em Portugal não são muito abundantes, nem precisos, havendo diversas lacunas ainda a serem preenchidas.

A trajetória de José Bonifácio em solo português começa com sua chegada ao Reino em 1783, com a finalidade de iniciar seus estudos junto à renomada Universidade de Coimbra, os quais perduram até 1788. Antes disso, e como grau preparatório para os anos em Coimbra, o jovem Andrada e Silva foi mandado para São Paulo de Piratininga, onde recebeu uma educação nos estudos clássicos no Seminário mantido pelo Bispo Dom Frei Manuel da Ressureição.

Quem foi esse religioso? Segundo consta, ele era o bispo metropolitano da Vila de São Paulo de Piratininga (hoje São Paulo), onde “mantinha a sua custa escolas para o ensino da Lógica, da Metaphysica, da Ethica e da Rethorica, leccionando êlle mesmo a língua francesa” (Sousa, 1922a, p. 342). Já, segundo a Arquidiocese de São Paulo, o bispo abriu um Seminário no Palácio Episcopal e “prosseguiu com o ensino na cidade, chegando ele mesmo a lecionar algumas matérias como língua francesa, Teologia Moral e Sagradas Escrituras. As ideias iluministas foram incentivadas pelo bispo na capital paulista” (Arquidiocese de São Paulo, 2023).



Em Coimbra, inicialmente, José Bonifácio cursou a Faculdade de Leis, onde ingressou em outubro de 1783, tendo iniciado no ano seguinte, simultaneamente, a Faculdade de Filosofia Natural e a de Matemática. Desse modo, ao longo desses anos, concluiu, com excelente aproveitamento, não somente a Faculdade de Leis (em julho de 1788), mas também a de Filosofia Natural (julho de 1787), tendo ainda cursado diversas cadeiras da Faculdade de Matemática (Souza, 2015).

Tendo em vista o seu brilhante desempenho em Coimbra, e também com ajuda de conhecidos na capital do Reino, logo após a conclusão dessas faculdades, foi prontamente admitido na Academia Real de Ciências de Lisboa, por indicação do próprio Duque de Lafões. Esse nobre, cujo nome era João Carlos de Bragança, um dos sobrinhos do Rei Dom João V, por seu intelecto e vivência internacional, inclusive militar, era tido em alta conta na Corte de Portugal (Coelho, 1877, p. 6).

Por sinal, a então Real Academia de Ciências, na época sediada numa das alas do Palácio das Necessidades, em Lisboa, fora precipuamente organizada, com a ajuda do Duque de Lafões, para tentar alavancar em Portugal as pesquisas científicas num tempo governado pelos ideais iluministas. Nesse sentido, é muito provável que essa Academia muito deve ter se inspirado no que chegou a se ensinar, e experimentar, nas chamadas “Aulas da Esfera”, que ficaram famosas no Colégio de Santo Antão, *ex-libris* da educação jesuíta, em Lisboa.

Logo após a sua admissão na Academia Real de Ciências, ainda como fruto de sua amizade com o Duque de Lafões, ele e mais dois companheiros, tidos como das mais brilhantes cabeças do Reino (sendo um deles também brasileiro), foram designados para uma viagem científica que percorreu a Europa, entre 1790 e 1800 (Sousa, 2022b, p. 385). O objetivo de tal empreitada seria buscar conhecimentos científicos e tecnológicos com a finalidade de transplantá-los para Portugal, onde, ao longo dos séculos XVII e XVIII, por motivos variados, a pesquisa e a inovação científica ficaram bastante atrasadas (Sousa, 1922a).

Segundo Sousa, o Duque de Lafões vira em Bonifácio alguém cujo intelecto a Coroa podia ter certeza que identificaria as melhores práticas para serem trazidas para o Reino. Além disso, “era tão grande sua notoriedade que ninguém extranharia vê-lo apontado para desempenhar as mais altas comissões dentro ou fora do país” (Sousa, 1922a, p. 347), como de fato acabou ocorrendo.

De forma resumida, a viagem de estudos ocorreu da seguinte maneira: inicialmente, a equipe de pesquisadores foi para a França revolucionária (1790 e 1791), depois esteve na Confederação Germânica, futuro núcleo da Alemanha atual (1792 a 1794), passando a seguir pela Áustria e pelo atual norte da Itália (1795). Entre 1796 e 1798, estiveram na Suécia, indo a seguir para a Dinamarca (1799), passando, de retorno a Portugal, em 1800, pela Grã-Bretanha (Souza, 2015).

De volta ao Reino de Portugal e, posteriormente, ao longo de quase 20 anos, José Bonifácio, foi designado pelo próprio Príncipe Regente, entre diversas outras funções, sobretudo, para ser o Intendente-Geral das Minas e Metais do Reino. Nesse encargo, o santista ficara “encarregado de dirigir, e administrar as Minas, e Fundições de Ferro de Figueiró dos Vinhos; e de propor [ao Príncipe Regente] todas as providencias, e regulamentos que [julgasse] necesarios para pôr em acção, o valor produtivo das mesmas Ferrarias” (Lisboa, 1802). Além disso, em paralelo:

deveria organizar e consolidar o ensino da cadeira de Metalurgia na Universidade de Coimbra durante seis anos, findos os quais, deveria ocupar-se unicamente da Intendência Geral das Minas e Metais, ocupando-se particularmente das Ferrarias de Figueiró dos Vinhos, localizadas junto da Foz de Alge, bem como da abertura das minas de carvão de pedra” (em Buarcos) – (Figueiró dos Vinhos, 2023).

Desse modo, ao verificarmos sua vasta folha de serviços em Portugal, entre 1800 e 1819, exerceu as seguintes funções remuneradas: lente de metalurgia na Universidade de Coimbra, intendente-geral das minas do reino e a de superintendente do rio Mondego – bem como das obras públicas de Coimbra (vivência que o ajudará em suas missões militares, como será visto adiante) e desembargador do Tribunal da Relação do Porto.

Além das funções citadas, e de forma cumulativa, mas sem remuneração, recebeu os encargos de: membro do Tribunal de Minas para todos os domínios portugueses (órgão nunca de fato ativado), administrador da mina de carvão de pedra de Buarcos, superintendente das Ferrarias de Figueiró dos Vinhos (Machuca e Foz de Alge) – (**figura 2**), Avelar e Tomar, professor de docimasia metalúrgica (quantidade de metais nas ligas metálicas) no Real Laboratório da Casa da Moeda de Lisboa, administrador da sementeira de pinhais do Reino, diretor hidráulico das obras do encaçamento do rio Mondego, provedor de Maralhões, que, por sinal, também deveria superintender (Sousa, 1922b, p. 385; Arquivo Nacional, 2023).

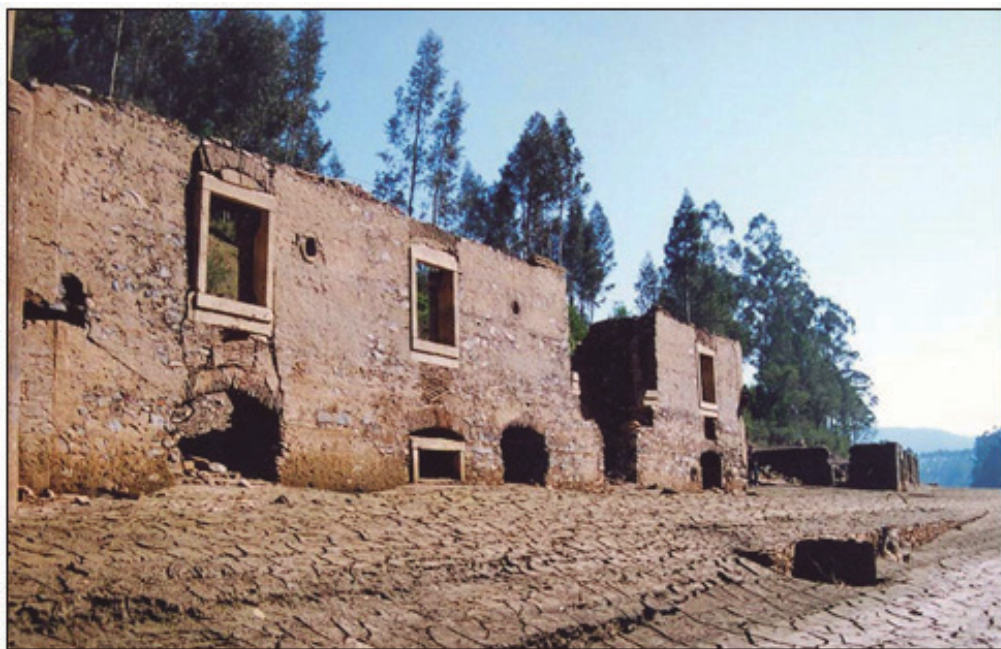


Figura 2 – Ruínas da Ferraria da Foz de Alge em Figueiró dos Vinhos

Fonte: Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos

Conforme Carvalho, em sua interessante descrição sobre a tentativa de recuperação, com muitos óbices, das Ferrarias de Alge: “não se podia exigir mais dum único homem: obrigado a estar na cidade do Mondego entregue a seus alunos, ele tinha, simultaneamente, de orientar as obras em Figueiró, o curso de docimasia na Casa da Moeda, e a Intendência em Lisboa!” (Carvalho, 1953).

Já que mencionamos florestas, na medida em que era o responsável pela Ferraria de Foz de Alge, movida, sobretudo, a carvão vegetal, devia cuidar das florestas circunvizinhas àquela instalação. Talvez por isso, e por ser estudioso do assunto, acabou se tornando, igualmente, o responsável pelo reflorestamento de Portugal, a partir de sementeiras de pinhais, como a que geriu no Couto de Lavos (perto da foz do rio Mondego).



Por oportuno, e por ter reflexos mais à frente, em Coimbra, onde tinha diversos de seus encargos, Bonifácio adquirira uma propriedade fora daquela cidade (a Quinta do Almegue), cujos vestígios ainda são hoje evidentes, na margem esquerda do Mondego, onde, nas poucas horas vagas, entre leituras e experimentos científicos, vivenciava o plantio de pinheiros, flores, cereais, legumes e vegetais (Souza, 2015, p. 85).

No que tange aos trabalhos científicos de José Bonifácio em Portugal, podemos exemplificar, brevemente, os seguintes estudos sobre Mineralogia, dentre o conjunto total de sua obra: *Sobre as Minas em Portugal*, *Sobre a nova mina na outra banda do Tejo*, *Sobre os veeiros e jazigos metallíferos de Traz-os-Montes*, *Viagem Mineralógica pela Extremadura até Coimbra*, *Memória sobre Minerographia da serra que decorre do monte de Santa Justa...até Santa Comba* e *Viagem geognóstica aos Montes Euganeos* (Coelho, 1877, p. 14; Sousa, 1922a).

Foi no auge dessas muitas missões acadêmicas, científicas e administrativas que sobreveio o pior da crise diplomática entre Portugal e França, com participação da Espanha, decorrente do então secreto Tratado de Foutainebleau (que estabelecia a partilha de Portugal entre os signatários – França e Espanha). Na verdade, as relações de Portugal com a França de Napoleão Bonaparte já tendiam, novamente, à guerra havia tempos, visto que o Reino português continuava aliado histórico do principal inimigo dos franceses: a Grã-Bretanha.

No decorrer desse longo e custoso conflito, que, mais do que parece no Brasil, marcou profundamente Portugal, esse país sofreu três grandes incursões militares francesas, entre os anos de 1807 e 1811. Em consequência dessa guerra: milhares de portugueses foram mortos, feridos ou presos; parte valiosa do patrimônio histórico-cultural secular do Reino foi roubada, queimada ou destruída; e a economia, a sociedade e a política portuguesas sofreram profundamente.

O conflito tem origens remotas na Revolução Francesa, uma catástrofe política ocorrida na França monárquica de 1789, com desfecho sangrento, que logo se espalha por boa parte da Europa, nos finais do século XVIII. Tal escalada ocorreu como resultado da reação francesa à intervenção estrangeira em seu território, sobretudo após a execução dos reis franceses, no começo de 1793. A contar desse ano, começou a ocorrer uma série de conflitos militares, envolvendo diversos países, em coligações sucessivas, quase sempre com a Grã-Bretanha a liderar a coalizão, mas sempre contra a França Revolucionária e, posteriormente, Imperial.

Durante a primeira dessas guerras de coligação, Espanha e Portugal, com apoio britânico, invadiram a França, a partir dos Montes Pireneus, na chamada Campanha do Rossilhão. Essa invasão (entre 1793 e 1795), no contexto de uma ofensiva geral das monarquias europeias contra a França Revolucionária, obteve êxito inicial, mas acabou rechaçada, tendo a Espanha assinado uma paz em separado com a França, deixando Portugal, tecnicamente, em guerra com os franceses (Vicente, 1993).

A partir de 1799, com o Golpe do 18 de Brumário¹, Napoleão Bonaparte assumiu o poder total na França, dando um novo impulso às guerras empreendidas pelos franceses para expandir a “Revolução” e, sobretudo, a nova ordem jurídica, por toda a Europa, em flagrante desafio aos regimes monárquicos do chamado Antigo Regime (Pontes, 2021).

No que tange à Península Ibérica, como essa porção da Europa já havia sido envolvida no conflito amplo com a Campanha do Rossilhão, os franceses, com ações furtivas (político- diplo-

¹O golpe de Estado de 18 de Brumário, do ano VIII do calendário da Revolução Francesa, ocorreu na data correspondente a 9 de novembro de 1799, no calendário gregoriano, e é geralmente considerado como o início da Era Napoleônica na França e na Europa (nota do autor).



máticas) e ostensivas (militares), gradualmente submeteram a Espanha a seus interesses. Inicialmente, no âmbito maior da Guerra da 2ª Coligação, forçaram a Espanha a uma breve guerra contra Portugal, a chamada “Guerra das Laranjas” (1801), quando os portugueses foram derrotados, perdendo territórios históricos (como a cidade fronteiriça de Olivença).

Mais à frente, com a derrota das esquadras francesa e espanhola, pela britânica, na Batalha de Trafalgar (1805), inviabilizando a invasão das Ilhas Britânicas, surgiu um grande entrave aos planos de guerra de Bonaparte contra a Grã-Bretanha. Como resultado, em Berlim, em novembro de 1806, Napoleão Bonaparte decretou o famoso Bloqueio Continental, visando derrotar economicamente a Grã-Bretanha. Por tal decreto, nenhuma nação europeia deveria manter relações comerciais com o Reino da Grã-Bretanha, o que foi prontamente acatado por toda a Europa, com a exceção de Portugal, da Suécia e da Rússia.

Como consequência imediata, Portugal tornou-se, abertamente, um objetivo a ser, no mínimo, influenciado pelos franceses, resultando na assinatura do já citado Tratado de Fontainebleu (partilha de Portugal entre a França e Espanha) e o início dos preparativos para a primeira invasão francesa de Portugal. Ao longo do ano de 1807, o governo de Lisboa passou a ser pressionado para cumprir o determinado pelos franceses. Nesse ínterim, o Príncipe Regente Dom João realizou uma diplomacia dúbia: ora adulando os franceses, ora os ingleses, decidindo, por fim, acertadamente, partir para o Brasil (Vicente, 1993, Martins, 1944a).

Assinado o Tratado de Fontainebleu em julho, já em novembro de 1807, as tropas francesas (o chamado *Corps d'Observation de la Gironde* ou Corpo de Observação da Gironda) e espanholas invadiram Portugal, praticamente sem resistência, vindo a ocupar Lisboa e, em seguida, todo o país, no final daquele mês. Já então, a Família Real portuguesa e parte considerável da elite do país haviam seguido para o Rio de Janeiro (Vicente, 1993).

Inicialmente, por ordem real, não houve resistência aos invasores, que ocuparam Lisboa em 30 de novembro de 1807, formalizando, a partir daí, gradualmente, o controle sobre o Reino. Inicialmente, o comandante francês, o então *Général de Division* Jean-Andoche Junot procurou dar um certo tom de conciliação na governança exercida, o que gradualmente começou a mudar com o passar dos meses, com destaque para o evento do hasteamento da bandeira francesa no alto do Castelo de São Jorge, que gera distúrbios em Lisboa (Barreiros, 1918).

Com isso, a passividade inicial portuguesa começou a dar lugar a uma crescente animosidade para com o invasor, o que explode em junho de 1808 com a chegada das notícias acerca da insurreição espanhola que começara em Madri. Partindo da cidade do Porto, em 6 de junho, rapidamente, a revolta se alastrou de norte para sul do país, tendo a insurreição chegado a Coimbra em meados de junho (Martins, 1944a, p. 77).

Coimbra, por sinal, na época das invasões francesas, contava com “cerca de 12.000 habitantes (que) viviam na cidade distribuídos pelas freguesias da Sé Nova, S. Pedro, S. Salvador, S. João de Almedina, S. Cristóvão, S. Bartolomeu, S. Tiago, S. João de Santa Cruz, Santa Justa”. Mantendo suas características medievais, a cidade, que nasceu e cresceu às margens do rio Mondego, ao menos desde a antiguidade romana, apresentava as partes baixa (áreas residenciais e comerciais) e alta (moradas, paços e dependências da Universidade) – (Martins, 1944a, p. 115).

Cidade estratégica, Coimbra estava no limiar entre a Beira Alta (ou interior) e a Beira litorânea. Mais além, era ponto de passagem obrigatória na estrada que existia, desde a antiguidade romana, entre Lisboa e o Porto. Certamente, tal confluência de vias de acesso e situação geográfica

(sem esquecer do peso político da cidade) certamente influenciaram na decisão de sediar em Coimbra, definitivamente, em meados do século XVI, a principal universidade portuguesa. Com o passar dos séculos, cresceu a importância da ligação viária entre Lisboa e o Porto (unindo o sul e o norte de Portugal). Por isso, a Estrada Real entre as duas cidades foi nomeada, no século XIX, como Estrada Real nº1.

Tal estrada, no começo do século XIX, ainda bem precária, partia de Lisboa, passava, *grosso modo*, por: Sacavém, Alverca, Alhandra, Alenquer, Porto-de-Mós, Leiria, Pombal e Coimbra. A partir dessa cidade ribeirinha, ainda bem rústica, percorria um trecho com grande importância histórica para Portugal, passando por: Fornos, Mealhada, Anadia, Avelãs de Caminho, Sardão, Águeda, Mourisca do Vouga, Serém, Albergarias – velha e nova –, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, Grijó, Vila Nova de Gaia até chegar ao Porto.

Entre essas duas últimas cidades, aliás, inicialmente, a ligação era feita por balsas ou pontões, depois por uma ponte flutuante de pontões, evoluindo até as modernas pontes que começaram a cruzar o rio Douro, a partir de meados do século XIX.

Contagiados pela febre revolucionária vinda do norte do país, em 23 de junho, uma massa de populares conimbricenses, rebelada, invadiu o Colégio de São Tomaz e capturou os cerca de 100 franceses que ali estavam em guarnição. Posteriormente, a turba entrou no “Colégio Franciscano, chamado dos Pimentas, onde José Pedro (de Jesus) – (uma das lideranças populares da revolta) lhe pôe à disposição as armas dos três regimentos de cavalaria das províncias do Norte, que, no princípio do ano, ali tinham sido desarmados” (Martins, 1944a, p. 144).

A própria Universidade de Coimbra também havia aderido à revolta, apesar da aceitação inicial ao invasor francês por uma parte do Corpo de Professores (incluindo o reitor) por seus valores, supostamente, mais liberais. Segundo Martins, já na fase seguinte, antifrancesa, ou nacionalista, da universidade, inicialmente organizou-se o “Corpo de Voluntários Acadêmicos”, comandado por Tristão Álvares da Costa da Silveira, que era lente de Matemática, mas também tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros (Martins, 1944a, p. 151). Posteriormente, em meados de julho, criou-se um Corpo Militar de Lentes, Opositores, Doutores e Professores, sob o comando do vice-reitor, com um efetivo de cerca de 60 docentes e funcionários da universidade, com missões de segurança junto ao estabelecimento de ensino e sua direção (Araujo, 2009, p. 286).



Figura 3 – Fachada atual do Laboratório Químico que virou fábrica de pólvora e munições leves em 1808-1809

Fonte: Foto do autor



No Corpo de Voluntários Acadêmicos, os estudantes foram organizados em 6 (seis) companhias de infantaria, 1 (um) esquadrão de cavalaria, 1 (uma) bateria de artilharia e 1 (uma) companhia de artífices. Esta última, sob o comando do doutor Tomé Sobral, trabalhava na produção de pólvora e outros itens bélicos junto ao Laboratório de Química. Nesse trabalho, em cerca de 3 meses, o Laboratório Químico, mobilizado para a guerra (**figura 3**), produziu cerca de 803.000 cartuchames para mosquete e cerca de 100 arrobas de pólvora (Martins, 1944b, LXVII)², sendo que, em média, eram produzidos e encaixotados, diariamente, 6.000 a 7.000 cartuchos (Silva, 1812, p. 77).

Cabe aqui mencionar que outra importante frente dessa campanha de resistência às invasões francesas foi travada pela Imprensa da Universidade, que, a partir de julho de 1809 até maio de 1811, passou a publicar, regularmente, um jornal chamado *Minerva Lusitana*. Nessa publicação, com edições com frequência variável (de diária a eventual, dependendo da época), saíam notícias sobre o esforço militar acadêmico, feitos dos estudantes em armas, conjuntura nacional e, por vezes, internacional, quando dava destaque a eventos como batalhas travadas em Espanha ou em outras partes da Europa (Araújo, 2009).

Voltando ao esforço fabril, a primeira pólvora foi produzida pelo Laboratório Químico já na noite do dia 26, tida como de excelente qualidade pela tropa nos dias subsequentes. Quanto ao cartuchame, este foi entregue à responsabilidade do doutor José Bonifácio de Andrada e Silva, que, com apoio de soldados portugueses convalescentes, ou em licença na cidade, ourives e funileiros locais, bem como um sargento que trabalhava na Ferraria de Tomar rapidamente produziram cerca de 3.000 cartuchos (Martins, 1944a, p. 152).

Apesar de sediado em Coimbra, os acontecimentos de junho de 1808 na cidade do Mondego encontraram José Bonifácio em Tomar, onde estava, como anteriormente citado, com muita dificuldade, por vários anos, tentando reativar a produção das antigas ferrarias (que, além de Tomar, existiam em Machuca e Foz de Alge, mais para o norte), que tanto ajudaram o desenvolvimento de Portugal nos séculos XVII e XVIII (Carvalho, 1953).

Conforme descrito por Sousa, naquele mesmo mês de junho, “de Thomar (Bonifácio) enviou solicitamente para Coimbra, onde a vigorosa reação dos estudantes universitários se organiza, um punhado de armas e alguns espingardeiros que os industriassem no manejo dellas” (Sousa, 1922a, p. 397). Nos meses seguintes, já em Coimbra, até a Convenção de Sintra, e depois desta, apoiou o vice-reitor da Universidade, participou das tomadas de decisão, tendo ainda sido incorporado ao Corpo Militar de Lentes, no posto de sargento (Martins, 1944a).

Já segundo outra literatura, por essa época (julho de 1808 em diante) teria assumido a função de sargento-mor, com o que, por meio das orientações do então Governador das Armas de Coimbra, Nuno Freire de Andrada, teria sido fundamental para exigir dos integrantes do Corpo de Lentes “disciplina e regularidade em todos os exercícios, paradas, guarnições e marchas, que passaram também a ser registados em livros de ordens do dia” (Araújo, 2009, p. 286; Barreiros, 1918).

No que tange à interdição dos acessos à cidade, a Fábrica de Fiação local começou a produzir material de guerra com essa finalidade, com destaque para a produção de cavalos de frisa,

²Na obra referenciada, consta toda a variada produção do laboratório entre os meses de julho a setembro (inclusive) de 1808.

guarnecidos com pontas de ferro. Igualmente nesse sentido, fossos são cavados e abatizes (corte de árvores sobre o leito da estrada) lançados, cortando, desse modo, os acessos pelas estradas que vêm de Mortágua (a nordeste) e da Ponte da Mucela (a leste). Além disso, os próprios moradores fecham as ruas internas da cidade com meios improvisados (barricas de vinho, cadeiras, carroças e tudo o mais assemelhado) – (Carvalho, 1944, p. 152-154).

Vale destacar que houve todo um estudo de situação para tais decisões de interdição de vias, especialmente porque se achava que a tropa francesa mais próxima, capaz de intervir na libertação de Coimbra, seria aquela sob o comando do General Conde Louis-Henri Loison, o famoso “Maneta”. Logo, como essas tropas francesas (uma das brigadas da 2ª Divisão, do *Corps d’Observation de la Gironde*) estavam guarnecendo a Beira Alta, a partir da praça-forte de Almeida, achava-se que qualquer ameaça imediata só poderia vir dessas estradas interditadas a leste e nordeste (Barreiros, 1918 e Amaral, 2010).

Simultaneamente, à execução desses frenéticos preparativos no terreno e nas oficinas, os voluntários acadêmicos, aproveitando a quase ausência de tropas francesas no centro de Portugal, começaram a lançar destacamentos do Corpo de Voluntários para libertarem as principais cidades no entorno de Coimbra. Inicialmente, os patriotas conimbricenses organizam uma expedição com cerca de 40 voluntários, sendo, destes, cerca de 25 estudantes, para se deslocarem para Figueira da Foz, para tomar o forte local (Barreiros, 1918).

O Destacamento Acadêmico, ao comando do acadêmico e antigo Sargento de Artilharia Bernardo Antônio Zagalo, partiu para a foz do Mondego na tarde do dia 25 de junho. Ao longo do percurso, beirando a margem direita do rio Mondego, acolheu centenas de milicianos, armados ou não, o que facilitou o cerco e a rendição do Forte de Santa Catarina, na Figueira da Foz (Silva, 1812, p. 36; Martins, 1944a, p. 150).



Figura 4 – Planta de Coimbra no começo do século XIX

Fonte: Martins, 1944a



A tomada do importante forte permitiu aos acadêmicos, além da aquisição de armamentos leves e pólvora, a obtenção de alguns canhões para reforçar o seu módico arsenal. Além do aspecto material, em termos estratégicos, a ocupação da foz do Mondego também facilitou a ligação com os britânicos, sem falar no incentivo a novas sublevações de patriotas (o que logo ocorreu em Condeixa, Ega, Soure, Pombal, Leiria, Marinha Grande e Nazaré) – (Silva, 1812).

Desse modo, considerando a aberta sublevação dos espanhóis e portugueses contra a ocupação francesa, tropas britânicas, ao comando do Tenente-General Sir Arthur Wellesley, o futuro Duque de Wellington, iniciaram os preparativos para intervir em Portugal. Deve-se reforçar que tal desembarque com tropas foi também muito facilitada pela já mencionada ação do Corpo de Voluntários Acadêmicos, em Figueira da Foz, no mês anterior, permitindo a aproximação naval britânica a Lavos, com muito maior segurança.

Ao longo desse intenso mês de julho, com a partida dos contingentes espanhóis, que estavam no Algarve e norte do país (para conter a rebelião na Espanha), os franceses só tinham tropas em Lisboa e no Alentejo, as quais o General Junot mandou reunir para tentar rechaçar os britânicos. A partir de agosto, isolado da França, com a presença do Corpo de Wellington, com cerca de 18.000 homens, reforçados por cerca de 2.500 portugueses, os franceses foram sucessivamente derrotados no combate da Roliça (17 de agosto) e na Batalha do Vimeiro (21 de agosto).

Com essas derrotas, a situação militar tornou-se insustentável para os franceses. Desse modo, o General Junot entrou em negociações com os britânicos, o que resultou na assinatura da chamada Convenção de Sintra (30 de agosto de 1808). Essa convenção, assinada à revelia dos portugueses, sem a participação direta do General Wellesley, resultou na contestada evacuação dos franceses, assistida pela Marinha britânica, levando boa parte do saqueado aos portugueses.

Com o advento do ano de 1809, nova invasão francesa sobre Portugal se anunciou, pois Napoleão Bonaparte, após sua breve intervenção pessoal na Espanha, efetivamente designou o 2^{eme} *Corps d'Armée*, do Marechal Soult, para a tarefa. Isso porque, após a Batalha de La Coruña e a morte do General Moore, as forças britânicas foram evacuadas da península. Em resposta à provável ameaça, os portugueses mobilizaram as tropas que conseguiram reunir e confirmaram a nomeação do General britânico William Carr Beresford como comandante supremo de suas forças, tendo-o nomeado marechal.

Nessa toada, a partir de 2 janeiro de 1809, o Corpo Militar Acadêmico fora reativado, por pedido da Regência (Basto, 1926, p. 10), sendo José Bonifácio incluído em seu rol de oficiais superiores como major. Logo no começo (em janeiro), seus efetivos iniciais incorporados chegaram a 242 alunos, tendo atingido, dois meses depois, 761 alunos e 150 professores, que passaram a realizar marchas, manobras e guarnecer postos de segurança na cidade de Coimbra e seus arredores (Araújo, 2009, p. 291).

Voltando aos franceses, em março, após dura resistência das milícias portuguesas na fronteira do Minho em fevereiro, o 2^{eme} *Corps d'Armée*, com cerca de 25.000 homens, retrocedeu pela Galícia, mas avançou laboriosamente, dessa feita, pelo Vale do Tâmega, via Chaves, a seguir ocupando Braga, e, por fim, entrando no Porto em fins daquele mês.

Desde as primeiras incursões na fronteira do Minho, em fevereiro, e na invasão efetiva pelo eixo Chaves-Braga-Porto – em sua maior parte em lindas paisagens, mas bastante acidentadas –, as tropas francesas foram implacavelmente fustigadas pelas milícias portuguesas, causando grandes retardos e perdas significativas (Martins, 1944, p. 92). No final de março, a queda do



Porto – e a resultante morte de centenas de civis refugiados, ao cruzarem o Douro, na chamada “Tragédia da Ponte das Barcas” – causou grande comoção nacional, que chegou rapidamente a Coimbra por refugiados vindos pela Estrada Real. Nessa ocasião, desde janeiro, o Corpo Militar Acadêmico vinha se adestrando, guardando os acessos à cidade e reforçando a interdição militar desses locais (Silva, 1809, p. 6-7).

Tais trabalhos de interdição, aliás, por ordem do Coronel Nicholas Trant, que assumira o Governo Militar de Coimbra, em 26 de março, foram bastante intensificados. O então Major José Bonifácio de Andrada e Silva, por sua experiência, e, talvez, ligação, em tempos de paz, com as obras públicas de Coimbra, recebeu a responsabilidade pela execução dessas missões. Entre esses trabalhos, destacou-se a construção de um reduto para artilharia e o agravamento e a proteção das margens da Ribeira Velha, ou de Coselhas, que passava sob a Ponte de Água de Maias (hoje desaparecida e que estaria onde atualmente temos a rotunda, próxima ao atual Jardim da Casa do Sal), então acesso mais a norte da cidade de Coimbra (Silva, 1812, p. 86).

Segundo Sarmento, além desse Plano de Barreiras, sumariamente organizado, Trant ordenou a José Bonifácio que levantasse todos os vaus existentes naquele momento no rio Mondego, bem como mandasse reunir todas as embarcações disponíveis naquele curso d’água, pensando talvez numa evacuação rio abaixo, para evitar seu uso pelas divisões francesas (Sarmento, 2009, p. 24).

Entrementes, enquanto essas tarefas defensivas ocorriam, em 31 de março de 1809, o Corpo Acadêmico e as milícias de Coimbra e Viana do Castelo (ali estacionadas) seguiram pela Estrada Real para a região dos Fornos, situada a cerca de uma légua da cidade, onde acamparam em terrenos do comerciante conimbricense Luís José da Cunha Freitas (Martins, 1944a, p. 226). Trant, então, ordenou que um destacamento de reconhecimento fosse organizado, com 150 homens escolhidos do Corpo Acadêmico e dos regimentos de milícia, para ficarem sob seu comando direto (Araujo, 2009, p. 291).

Em poucos dias, mais tropas de 1ª e 2ª linhas portuguesas, inclusive 2 (dois) esquadrões de cavalaria, reforçaram a diminuta divisão de Trant, que, no dia 6 de abril, ordenou o avanço dessa divisão com o objetivo de, juntamente com as milícias locais³, estabelecer uma cortina de resistência mínima ao longo do corte do rio Vouga, cerca de 50 quilômetros ao norte.

Nessa época, como anteriormente mencionado, a estrada pública que ia de Coimbra ao Porto era uma das principais do Reino, tendo derivações, a partir de certos marcos, para diversos destinos secundários, como era o caso da estrada para Aveiro (que começava entre as localidades de Sargento-Mor e Carqueijo, um pouco além da localidade dos Fornos).

Segundo Sarmento, as tropas que compunham a Divisão de Milícias de Trant por essa época eram: Corpo Militar Acadêmico, Regimento de Milícias de Coimbra (reduzido), Regimento de Milícias de Viana do Castelo (reduzido), Corpo de Ordenanças de Lafões, um Batalhão de Infantaria de Linha misto, um Batalhão de Infantaria de Linha de Peniche, dois Esquadrões de Cavalaria (um do Regimento de Cavalaria – RC nº4 e um do Regimento de Cavalaria – RC nº10) – (Sarmento, 2009, p. 28; Silva, 1812, p. 88). Com esses efetivos, considerados diminutos, portanto, para a missão prevista, Trant dividiu suas tropas em dois destacamentos: Oeste (rumando para Aveiro) e Leste (rumando para Águeda).

³Para uma melhor descrição sobre os diversos tipos de tropas portuguesas e, em especial, sobre as milícias e ordenanças, ver PIRES, Nuno Lemos. *Milícias e Ordenanças no Norte de Portugal durante as primeiras invasões francesas*. 2009.

O Destacamento Oeste, comandado pessoalmente pelo Coronel Trant, foi composto pelo Comando da Divisão e Destacamento de Reconhecimento, Corpo Militar Acadêmico, duas Companhias de Granadeiros dos Batalhões de Linha e as Companhias de Caçadores das Milícias, tendo na vanguarda o esquadrão de cavalaria proveniente do RC nº10. Todas as demais tropas, incluindo a pouca artilharia e os trens de suprimento e destacamento sanitário, seguiram com destino a Águeda, sob o comando do Tenente-Coronel John Campbell (Sarmiento, 2009, p. 31).

O Destacamento Oeste devia proteger o avanço do Destacamento Leste contra possíveis investidas de flanco da cavalaria francesa, até a chegada do Destacamento Leste para a guarnição, juntamente com as milícias do Vouga, de três pontes estratégicas, consideradas como as que estariam no eixo de avanço principal francês (pela Estrada Porto-Coimbra-Lisboa): a Ponte de Segadães, as Pontes de Marnel e Lamas do Vouga e a Ponte de Barcas (em Macinhata do Vouga) – todas no corte do rio Vouga. O Destacamento Oeste, posteriormente, avançaria, a partir dos arredores de Aveiro, subindo pela margem esquerda do rio até se reunir às posições de bloqueio anteriormente mencionadas.

Como todo planejamento militar, o de Trant sofreu a ação do imponderável: na manhã de 7 de abril, tropas francesas, que estavam a guarnecer posições avançadas nas localidades de Albercaria-a-Velha, realizaram um agressivo reconhecimento, que foi até Serém, na margem direita do Vouga (na altura da Ponte de Barcas). Apesar das forças francesas (elementos de cavalaria) terem recuado, tropas e milícias portuguesas que já haviam se posicionado nas alturas de Serém, na margem direita do Vouga, recuaram atabalhoadamente sobre a localidade de Macinhata do Vouga (na margem esquerda), causando o pânico na população local.



Figura 5 – Vista atual da Ponte do Marnel, onde, em seus arredores, esteve em posição o Corpo Militar Acadêmico, em maio de 1809
Fonte: Vitor Oliveira

O pânico logo se espalhou por meio do sinal de alarme convencionado, típico das aldeias portuguesas: o badalar dos sinos das igrejas locais. Com tal mecanismo acústico, o rebate falso ou boato se alastrou por léguas, chegando ao Destacamento Oeste, que havia pernoitado de 6 para 7 de abril na aldeia da Venda Nova (hoje, Freguesia de Sepins e Bolho), na estrada para Aveiro.



Em meio a sua marcha planejada, na altura da Vila da Palhaça, chegaram crescentes rumores, na verdade sem o menor fundamento, de supostas tropas francesas em avanço para o sul. Com isso, o Major José Bonifácio, que seguira com o Corpo Acadêmico, enquanto o grosso das tropas entrou em linha de batalha, se voluntariou para realizar reconhecimentos, que, ao fim e ao cabo, confirmaram o alarme falso.

Mesmo assim, o Coronel Trant cancelou o avanço sobre Aveiro, mandando o destacamento voltar para Venda Nova, onde pernitoou de 7 para 8 de abril. No dia seguinte, Trant e os acadêmicos marcharam na direção leste, para o eixo da Estrada Real, pernitoando em Avelãs de Caminho, onde, inicialmente, haviam ficado os trens de suprimento de Trant, inclusive as munições da divisão, antes do rio Vouga.

Finalmente, a 9 de abril, a divisão de Trant começou a se reunir, com a chegada do Destacamento Oeste ao rio Águeda, onde se situa a cidade com mesmo nome (em sua margem direita). A intenção agora pareceu ter sido focar na montagem das posições de bloqueio nesse eixo central (coincidindo com a Estrada Real nº1), que era a direção tática de avanço mais provável de ser seguida pelos franceses.

No dia 11 de abril, toda a divisão de Trant foi reunida e perfilada nos arredores da aldeia da Mourisca do Vouga, localidade central no dispositivo defensivo de Trant, a cerca de 4 quilômetros de Águeda e outros tantos das margens do rio Vouga. Fora dessa revista, ficaram os esquadrões de cavalaria, uma vez que se achavam, por grupos, patrulhando as margens desse rio obstáculo. Nesse dia, na revista, o comando da divisão computou cerca de 3.600 homens em armas, afora os cavalarianos (Silva, 1812, p. 92).

Por esses dias, Trant ordenou que ocorressem as devidas promoções no Corpo Militar Acadêmico, de modo a completar os claros, em especial de oficiais superiores (que, segundo o alistamento de janeiro, deveriam ser preenchidos por diversos professores e acadêmicos, que, todavia, sequer cogitaram de seguir para o Vouga). Assim Fernando Saraiva Fragoso de Vasconcellos, promovido a coronel, assumiu o comando do Corpo, e José Bonifácio de Andrada e Silva foi a tenente-coronel, tendo passado a ser o subcomandante da unidade (Martins, 1944b, p. CXXVIII).

No dia 12, tendo em vista o constante afluxo de refugiados vindo das regiões ocupadas pelos franceses, bem como as constantes querelas entre as diferentes unidades militares em presença, o Coronel Trant estabeleceu um “Conselho Permanente de Segurança e Polícia do Exército”. Coube a José Bonifácio, promovido a tenente-coronel, a chefia dessa comissão, que funcionou junto ao Quartel Divisionário em Águeda (Martins, 1944a, p. 228), com deveres muito semelhantes aos de uma seção de inteligência (ou assuntos civis, atual).

A 17 de abril, já com as promoções efetivadas, o grosso do Corpo Acadêmico marchou para a localidade da Trofa e, depois, para um ponto de bloqueio sobre a ponte do Vouga em Segadães (mais a oeste). Em 23, o corpo foi mandado voltar para leste, para a localidade de Pedações, onde ficou a seu encargo a guarda das pontes do Marnel e a seguinte a ela (Lamas), e, a partir de onde, ficou cumprindo diversas missões de segurança.

O Corpo Acadêmico ficou em Pedações até 8 de maio, quando foi mandado cruzar o Vouga e ocupar posições nas alturas de Serém. Ali, já à espera das unidades avançadas do Exército Britânico, sua missão foi impedir os exploradores inimigos de espreitar o terreno. Ao longo do dia 9 de maio, foram muito bem sucedidos nesse intento.

Com isso, no alvorecer do dia seguinte (10), as tropas francesas em Albergaria-a-Velha (a cavalaria ligeira do General Franceschi e elementos da infantaria de linha do General Mermet) foram surpreendidas pelo decidido avanço das forças de 1ª linha anglo-portuguesas (divisão de cavalaria britânica e regimentos portugueses), sob o comando do Major-General Stapleton Cotton, sendo incluído, na ordem de batalha, em reforço, o Corpo Militar Acadêmico (Basto, 1926, p. 10).

No dia 11, o Corpo Acadêmico seguiu o avanço aliado, que empurrou as posições avançadas francesas na direção do Porto, vencendo o Combate de Grijó. Nesses dias, a unidade acadêmica marchou pelas localidades de Oliveira de Azemeis, Santa Maria da Feira e Corvo, onde bivacou de 11 para 12 de maio.

No dia 12 de maio, logo cedo, a bateria de artilharia do Corpo Acadêmico, com três peças de pequeno calibre, reforçou os fogos da artilharia britânica a partir da Serra do Pilar. Enquanto isso, outras cinco peças apoiaram a ofensiva sobre a cidade, cruzando o rio, perto do meio-dia, para, a partir da Ribeira do Porto, apoiar as tropas da Divisão de Guardas do General Sherbrooke (Basto, 1926, p. 208). Nesse meio tempo, a subunidade de voluntários do Corpo Acadêmico, em reforço aos batalhões de caçadores britânicos, da divisão do General Hill, já havia cruzado, mais cedo, o Douro para colaborar na violenta retomada da cidade, a partir do Seminário Católico (Silva, 1809, p. 21; Araújo, 2009, p. 294; Corte Real *et al.*, 1809).

Nessa ofensiva, chamada 2ª Batalha do Porto, ou Batalha do Douro (**figura 6**), a artilharia do Corpo Acadêmico, além de seu dever, tomou parte na perseguição ao inimigo pelos arruamentos da cidade até a freguesia do Rio Tinto (Silva, 1809, p. 21; Araújo, 2009, p. 294). Em paralelo, em outra coluna de avanço (a do General Hill), cerca de 100 caçadores acadêmicos, incluindo o comandante do destacamento, o Tenente-Coronel José Bonifácio de Andrada e Silva:

[...] embarcarão elles com os Cassadores Ingleses em Quebrantôens, appor-tarão no Prado, combaterão no Alto do Seminário de São Bruno, em o largo da Oliveira, no Padrão de Campanham, na Ponte das Pullas, na estrada do Bonfim, descobrirão as embuscadas do Inimigo e segurião sêo alcance até Rio Tinto, huma légua além do Porto (Martins, 1944b, p. CXXIV).

No meio da tarde do dia 12, os franceses haviam evacuado, atabalhoadamente, o centro do Porto, abandonando bagagens e butim, sendo empurrados na direção de Amarante (estrada do Valongo), pelas colunas aliadas. Com isso, no fim da tarde, o grosso da Divisão Ligeira de Trant, juntamente com o restante do Exército do General Wellesley, pôde cruzar o rio para o Porto, incluindo os seus trens de suprimento e enfermaria de campanha (Silva, 1809, p. 22; Corte Real *et al.*, 1809).

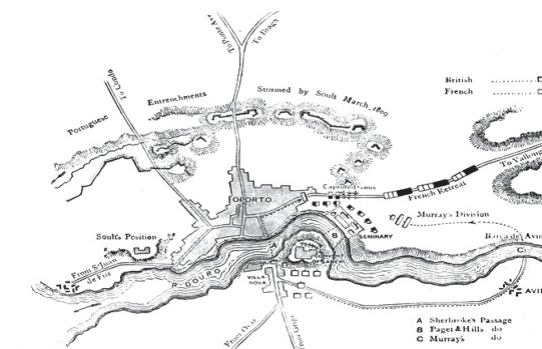


Figura 6 – Esquema de manobra da Batalha do Douro, travada em 12 de maio de 1809

Fonte: James Grant, coleção Mechanical Curator



Após a retomada do Porto (**figura 7**), o Corpo Militar Acadêmico passou à prestação de tarefas de guarnição e segurança na área da referida cidade, tendo o Tenente-Coronel José Bonifácio sido convocado para reassumir a função de desembargador, que já desempenhava, anteriormente, na cidade. Além disso, segundo suas próprias palavras, José Bonifácio, em paralelo às funções que exercia, com a falência da ordem pública na cidade conflagrada, é chamado a restabelecer a situação. Segundo o paulista, em petição por sua aposentadoria, de 1816, ao Rei Dom João VI:

[...] conquistado o Porto, tendo fugido a maior parte dos Magistrados daquela cidade, foi o suplicante (Bonifácio) nomeado Intendente interino de Polícia, Superintendente da Alfândega e da Marinha, em que serviu gratuitamente e foi também encarregado de arrecadar e tomar posse dos armazéns do inimigo (Souza, 1922, p. 388).

Em 24 de julho, os acadêmicos, já começando a ficar desfalcados, por baixas diversas, receberam ordens de se dirigir para a praça-forte de Almeida, onde, inicialmente, desempenhariam tarefas de guarnição daquela fortaleza. Desse modo, os acadêmicos, que não tinham permissão para operarem no estrangeiro, liberariam contingentes de tropas regulares para reforçar os limitados efetivos do Exército Português do Marechal Beresford (Araújo, 2009, p. 297).

Na prática, o Tenente-Coronel José Bonifácio, embora tenha tentado acompanhar o Corpo Militar Acadêmico em seu deslocamento entre o Porto e suas novas posições na fronteira da Beira Alta, solicitou ao Marechal Beresford o seu afastamento definitivo, com honras, da unidade. É que, conforme está descrito na Ordem do Dia daquele comandante, de 4 de agosto de 1808:

como o seu emprego primitivo de Desembargador da Relação do Porto, e instruções que lhes forão dadas pela Regência do Reino o chamão às suas obrigações Ministeriaes: o Sr. Marechal lhe concede que se retire fazendo assim publico ao Exército a grande aprovação que merecerão os seus bons serviços, como os da sua Corporação tão digna de louvor (Santos, 1809, p. 88).

Nas semanas seguintes, foi o próprio Corpo Militar Acadêmico, enquanto desempenhava tarefas de guarnição, já na Beira Baixa, mais precisamente no Fundão, que foi mandado desmobilizar. Em Ordem do Dia de 24 de agosto de 1809, o Marechal Beresford mandou desmobilizar o Corpo, recolhendo suas armas e apetrechos junto à Universidade de Coimbra, de modo que “alli estejam prontas, se o inimigo tentar ainda a invasão destes Reinos, não duvidando que a mesma lealdade ao seu Príncipe e amor da Pátria, que tem já dirigido este Corpo, o renimará para tomar as armas” (Silva, 1812, p. 158 e Santos, 1809).

Nos dias seguintes, o Corpo seguiu para Coimbra, onde se desmobilizou solenemente, no dia 3 de setembro, incluindo nesses eventos uma missa de *Te Deum* na histórica Igreja do Real Mosteiro da Santa Cruz, não por acaso o local onde estão enterrados os dois primeiros reis portugueses: Dom Afonso Henriques e Dom Sancho I.

No começo de 1810, havia, na Península Ibérica, nove corpos de exército franceses: “três comandados por Massena, destinavam-se a invadir Portugal, ao norte do Tejo, ao passo que outros três, sob a direção de Soult, deviam concorrer também para essa conquista” (Vicente, 1993, p. 38). Napoleão Bonaparte, contudo, havia ordenado que a invasão francesa ocorresse somente no outono, certamente para preservar as tropas invasoras quanto ao desgaste ante o histórico forte calor do verão na Península Ibérica.



Figura 7 – A Tomada do Porto em 12 de maio de 1809

Fonte: J. C. Stradler

Enquanto, todavia, não vinha uma nova invasão francesa, o então Visconde Wellington, comandante supremo das Forças Anglo-Portuguesas, em outubro de 1809, determinou, secretamente, o início da construção das Linhas de Torres. Essas fortes posições defensivas, constituídas por uma 1ª Linha (norte de Ericeira a Alverca) e – como não veio, de imediato, a invasão – uma 2ª Linha (litoral de Torres Vedras a Alhandra) e 3ª Linha (Oeiras-Carcavelos), visavam impedir a conquista de Lisboa.

O objetivo dessa estratégia defensiva era, por meio do judicioso uso do terreno acidentado da Estremadura portuguesa, potencializada pelas fortificações, impedir o acesso francês às poucas vias de acesso que levavam à capital portuguesa. E, na eventualidade de o inimigo se apresentar com força avassaladora, a 3ª Linha garantiria o reembarque britânico para evitar uma desastrosa captura (Lobo, 2015).

Enquanto tudo isso se passava, José Bonifácio tentava, com muita dificuldade, cumprir as ordens recebidas e retomar a rotina de suas missões administrativas e burocráticas, especialmente no que tange à navegação do Mondego e a retomada da produção fabril, pelas quais lhe cabiam inúmeras responsabilidades. De forma previdente, já em 1809, mandara evacuar sua residência preferida em Coimbra, a Quinta do Almegue, do que lhe fosse de maior valor, incluindo sua esposa e filhas, que foram mandadas para Lisboa.

Na verdade, até agosto de 1810, a maior parte da população de Coimbra partira da cidade, bem como de diversas outras localidades, até as Linhas Defensivas de Torres Vedras, por ordem do Visconde Wellington. Tal medida, ordenada pelo comandante supremo dos exércitos anglo-portugueses, serviria para aumentar a lassidão a ser enfrentada pelos franceses na estrada para Lisboa.



A 3ª invasão francesa começou, efetivamente, bem antes do determinado por Napoleão Bonaparte, em maio de 1810, com o cerco francês à praça-forte espanhola de Ciudad Rodrigo. Esta, em meados de julho, acabou sucumbindo, tendo dado Massena ordens para que o seu 8^{me} Corps d'Armée avançasse, sem perda de tempo, para sitiar a praça-forte de Almeida, já em Portugal (Martins, 1944a, p. 282).

Almeida foi cercada pelos franceses, em meados de agosto, e acabou caindo, lamentavelmente, bem antes da longa resistência esperada, em 28 de agosto. É que, no entardecer de 26 de agosto, após um disparo fortuito da artilharia de sítio francesa ter atingido o paiol da praça-forte, isso causou uma devastadora explosão, que aniquilou a estrutura fortificada e boa parte de seus ocupantes. Dada a devastação causada, a fortaleza se rendeu prematuramente, o que permitiu ao exército de Massena, com cerca de 65.000 homens, avançar pela Estrada da Beira, no rumo de Lisboa.

Ao avançarem sobre a Beira, pegaram a estrada da margem direita do rio Mondego (sentido Mortágua-Coimbra), sendo barrados pelos exércitos de Wellington, nas alturas da Serra do Bussaco. Em combate sangrento, porém indecisivo, os franceses sofreram grandes perdas, mas acharam como desbordar a excelente posição anglo-portuguesa (por Boialvo), ameaçando os aliados e Coimbra com seu avanço inexorável pela estrada pública Porto-Lisboa (Martins, 1944a, p. 286-291).

Com o recuo ordenado dos aliados no rumo da Linha de Torres, a cidade de Coimbra foi efetivamente ocupada pelos franceses em 1º de outubro, tendo a cidade, especialmente a sua parte baixa, sido impiedosamente saqueada pelas forças francesas, carentes de suprimentos mínimos. Graças à intervenção de alguns oficiais portugueses, a soldo francês, a área acadêmica, situada na parte alta, sofreu relativamente poucos danos oriundos de saque.

Entre os saques e confiscos perpetrados pelas tropas francesas em Coimbra, especial atenção parece ter sido dada a residências e propriedades de lentes e diretores da Universidade de Coimbra que serviram ao Corpo Militar Acadêmico. Dentre as propriedades violadas, destacaram-se: a residência dos lentes José Bonifácio de Andrada e Silva (Metalurgia), a Quinta do Almegue, e Tomé Rodrigues Sobral (Química), que tiveram especial destaque na resistência, e também o Laboratório Químico da Universidade, que foi incendiado (Brandão, 1938; Martins, 1944a; Silva, 1812).

Em 4 de outubro, as forças de Massena seguiram em perseguição aos anglo-portugueses, a essa altura já em vias de mobiliar completamente as Linhas de Torres. Como o grosso das forças de Massena seguira no rumo de Lisboa, a cidade de Coimbra ficara guarnecida por “uma pequena companhia composta por 61 praças do batalhão de marinheiros, que acompanhava o exército invasor, além dos doentes e feridos da Batalha do Bussaco” (Brandão, 1938).

Não obstante e meio que inesperadamente, Coimbra foi libertada em 6 de outubro, quando parte das forças irregulares portuguesas, sob o comando do Coronel Trant, estimados em cerca de 3.500 homens (dos regimentos de milícias de Coimbra, Aveiro, Porto, Oliveira de Azemeis, Maia, Penafiel), retomaram a cidade (idem). Tal ação foi facilitada certamente pela diminuta guarnição deixada pelos franceses na cidade.

Segundo o próprio Bonifácio, durante esse interregno entre a nova invasão francesa e a sua retirada, um pouco antes de 27 de outubro de 1810, recebeu ordens de reativar o Corpo Militar



Acadêmico, por ordem do ministro dos Negócios da Marinha e da Guerra, Miguel Pereira Forjaz. Entretanto, mesmo após o Tenente-Coronel José Bonifácio haver publicado dois editais, foram relativamente poucos os estudantes que se apresentaram para mais essa reunião do Corpo, tendo ainda havido dificuldades para aquartelar e equipar os que se apresentaram (Martins, 1944a, p. 302-305; Sousa, 1922, p. 397).

A partir de dezembro, o Corpo Acadêmico, longe de estar com seu efetivo completo (provavelmente com duas companhias de fuzileiros, quando muito), foi destacado para cumprir tarefas de guarnição militar em Óbidos e Peniche (Sousa, 1922b, p. 388). De lá, entre dezembro e janeiro, o Corpo Militar incompleto foi anexado às tropas do Brigadeiro-General Blunt, com tropas que tinham a missão de guarnecer e fustigar o flanco direito das tropas francesas que estavam posicionadas em frente à Linha de Torres, impedindo e fustigando suas operações de rastreo e saque de provisões (particularmente em Pederneira, Alcobaça, Marinha Grande e Rio Maior) – (Martins, 1944a, p. 309).

Entre 7 de fevereiro e início de abril de 1811, com a retirada de Massena, o Corpo Militar Acadêmico de Coimbra foi mandado realizar treinamentos na área de Autoguia das Baleias, nos arredores de Óbidos, visando qualquer eventualidade em curto prazo. Finalmente, em 15 de abril de 1811, o secretário de Negócios da Guerra ordenou a José Bonifácio que mandasse dissolver a unidade militar de voluntários, ato que ele cumpre ao longo dos meses de abril e maio, até pela questão dos pagamentos devidos aos estudantes que haviam efetivamente se apresentado (Martins, 1944a, p. 316-317).

Um fato notável é que, nas três edições do Corpo Militar Acadêmico, além de José Bonifácio, chegaram a combater, no mínimo, 20 estudantes brasileiros, de diversas províncias do Estado do Brasil. Entre esses, o destaque vai para José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, sobrinho do Andrada; José Clemente Pereira, português que teve, posteriormente, destaque na Independência do Brasil e desempenhou diversos cargos públicos; Alexandre Tomás de Moraes Sarmiento, nobre português, mas nascido na Bahia, e autor de relato da campanha dos acadêmicos que consta na bibliografia (Lima, 1941); e João Cândido de Deos e Silva, nascido no Grão-Pará, mas que serviu posteriormente como juiz e político na então província imperial brasileira do Piauí (Miranda, 2020).

Em discurso realizado perante a Academia Real das Ciências (hoje Academia de Ciências de Lisboa), em 1819, ou seja, logo antes de seu retorno ao Brasil, Bonifácio relembra seu serviço militar contras os franceses. Ali, demonstrando o orgulho que sentia de sua folha de serviços militares naquele período, afirmou que “em tão arriscadas circunstancias mostrei, senhores, que o estudo das letras não desaponta as armas, nem embotou um momento aquella valentia, que sempre circulara em nossas veias, quer nascessemos áquem ou além do Athlantico” (Coelho, 1877, p. 19; Cruz, 1979; Sousa, 1922).

Importante citar, de forma completa, a título de conclusão, o que sobre José Bonifácio escreveu o Coronel Henrique Campos Ferreira Lima. Esse oficial, quando diretor do Arquivo Histórico Militar do Exército Português, na Alfama, em Lisboa, realizou diversos estudos sobre personagens e assuntos diversos, baseados no acervo militar que dirigiu. Em fechamento de um breve estudo que fez sobre a faceta militar do herói luso-brasileiro afirma:



Nada mais consegui apurar sobre a sua carreira militar, mas o que fica relatado parece-me suficiente para poder afirmar, em conclusão, que o sábio luso-brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva, que tanto contribuiu para a Independência do Brasil, bem merece a gratidão e o reconhecimento de Portugal pela notável e patriótica acção militar que, em prol da independência da terra portuguesa, desenvolveu na época calamitosa e memorável das invasões francesas (Lima, 1941, p. 10)

Desse modo, esperamos que este trabalho possa ter contribuído para a divulgação um pouco mais acentuada de mais essa faceta do personagem José Bonifácio de Andrada e Silva, que, além de professor, cientista, metalurgista, viajante, administrador, jurista, poeta e escritor, também pode, e deve, ser conhecido por sua breve, mas intensa vivência militar em prol de Portugal.

FONTES MANUSCRITAS

EXÉRCITO PORTUGUÊS. *Descrição das diferentes fases da campanha realizada de 1809 a 1811 com a constituição dos distritos, armamentos, guarnição e fim especial das obras e reconhecimento das linhas de Torres Vedras*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar. Caderno Manuscrito digitalizado. 1809 (?). 39p.

LISBOA. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. *Alvará de Regimento com Força de Lei no qual o Príncipe Regente, em consideração ao abatimento das minas e estabelecimentos metálicos, é servido estabelecer...* Coleção de Leis 1222-1926. Maço 9. Documento 000042. Janeiro de 1802. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=8174225>. Acesso em: 10 jul 2023.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Correspondência de José Bonifácio de Andrada e Silva para D. Miguel Pereira Forjaz, ministro e secretário de estado dos negócios da guerra...* 10 jan 1811. Disponível em: <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=179416>. Acesso em: 26 jul 2023.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Manuel. *O Corpo de Observação da Gironda*. In: Portal de História. 2010. Disponível em: <https://www.arqnet.pt/exercito/odb-cog07.html>. Acesso em: 20 out 2023.

ARAUJO, Ana Cristina. A participação do Batalhão Acadêmico de Coimbra na derrota dos franceses no Porto. In: OLIVEIRA, Valente de. *O Porto e as Invasões Francesas*. Volume 2. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto. 2009. p. 275-308.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Dom Frei Manuel da Ressurreição*. c.2023. Disponível em: <https://arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/bispos-diocesanos/dom-frei-manuel-da-ressurreicao>. Acesso em: 9 jul 2023.



ARQUIVO NACIONAL. Casa da Moeda, Minas e Bosques. *Glossário de História Luso-Brasileira*. c.2023. Disponível em: <http://historialuso.an.gov.br/glossario/index.php/verbetes/14-verbetes-iniciados-em-c/1213-casa-da-moeda-minas-e-bosques>. Acesso em: 10 jul 2023.

BARREIROS, Fernando. *Notícia Histórica do Corpo Militar Acadêmico de Coimbra (1808-1811)*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar. 1918. 184p.

BASTO, Arthur de Magalhães. *1809: O Porto sob a segunda invasão francesa*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1926. 238p.

BRANDÃO, Mário. *Um documento acérca dos prejuízos causados à universidade pela terceira invasão francesa*. Coimbra: Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra. 1938. 84p.

CARVALHO, J. Silva. *A Ferraria da Foz do Alge*. Porto: Edições Marânus. 1953. Separata facs. 3-4 do volume VIII de "Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro". 83p.

COELHO, José Maria Latino. *Elogio Histórico de José Bonifácio de Andrada e Silva*: lido na sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira. 1877. 108p.

CORTE REAL, José Bernardo; ANDRADE, Joaquim Navarro de; CORAÇÃO DE MARIA, Luis do. *Minerva Lusitano*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1809, nº108. 19 maio 1809. Disponível em: <https://am.uc.pt/item/65329>. Acesso em: 29 dez 2023.

CRUZ, Guilhermes Braga da. Coimbra e José Bonifácio de Andrada e Silva. In *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Classe de Letras. Tomo XX. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1979. 276p.

FIGUEIRÓ DOS VINHOS. *Ferrarias Foz de Alge*. c.2023. Disponível em: <https://www.cm-figueiro-dosvinhos.pt/index.php/descobrir2/patrimonio-e-cultura/ferrarias-foz-de-alge>. Acesso em: 10 jul 2023.

LIMA, Henrique Campos Ferreira. José Bonifácio de Andrada e Silva, militar. In *Estudos*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, Volume II. 1941. Edição Limitada. 10p.

LIMA, Henrique Campos Ferreira. *José Bonifácio de Andrada e Silva*: major, tenente-coronel e comandante do Corpo Militar Acadêmico em 1809-1810. Coimbra: Editora Coimbra, 1942. Edição Limitada. 24p.

LOBO, Francisco de Souza. *A Defesa de Lisboa – Linha de Torres Vedras, Lisboa, Oeiras e Sul do Tejo (1809-1814)*. Cascais: Tribuna da História. 1ª edição. Julho de 2015. 344p.

MARTINS. Maria Ermelinda de Avelar S. Fernandes. *Coimbra e a Guerra Peninsular*: volume I. Coimbra: Tipografia da Atlantida. 1944a: il., fac-sim. ; 26 cm. 391p.

MARTINS. Maria Ermelinda de Avelar S. Fernandes. *Coimbra e a Guerra Peninsular*. Volume II. Coimbra: Tipografia da Atlantida. 1944b: il., fac-sim. ; 26 cm. 318p.

MIRANDA, Reginaldo. Dr João Cândido de Deos e Silva. In: *Entretextos* – Dilson Lage Monteiro.



PIRES, Nuno Lemos. Milícias e Ordenanças no Norte de Portugal durante as primeiras Invasões Francesas. In: OLIVEIRA, Valente de. *O Porto e as Invasões Francesas*. Volume 1. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto. 2009. p. 157-192.

PONTES, Evandro F. de. *Os Pilares da Independência do Brasil*. Brasília: FUNAG. 2021. 1ª edição. Coleção Bicentenário: Brasil 200 anos 1822-2022. 344p.

SANTOS, Antônio Nunes dos. *Colecção das Ordens do Dia do Ilmo e Exmo Senhor Guilherme Carr Beresford – Anno de 1809*. Lisboa: Quartel-General. 1809. 226p.

SARMENTO, Alexandre Tomás de Moraes. *Relação das Medidas de Defesa do Vouga contra o Exército de Soult, em 1809*. Porto: Deriva Editora. 2009. 71p.

SILVA, Ovídio Saraiva de Carvalho e. *Narração das Marchas e Feitos do Corpo Militar Acadêmico desde 31 de março, em que sahio de Coimbra, até 12 de maio, sua entrada no Porto*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade. 1809. 26p.

SILVA, Ovídio Saraiva de Carvalho e. *O Patriotismo Acadêmico consagrado ao ilustríssimo e excellentíssimo senhor D. João de Almeida de Mello de Castro*. Rio de Janeiro: Impressao Regia, 1812. 184p.

SOUSA, Alberto. *Os Andradas*: obra comemorativa do 1º centenário da independência do Brasil. Santos, Volume I. Santos: Câmara Municipal de Santos, 1922. 539p.

SOUSA, Alberto. *Os Andradas*: obra comemorativa do 1º centenário da independência do Brasil, Volume II. Santos: Câmara Municipal de Santos, 1922. 882p.

SOUZA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*: José Bonifácio, Volume 208. Brasília: Edições do Senado Federal, 2015. 321p.

VICENTE, Antonio Pedro. Invasões Francesas. In: MEDINA, João (Org.). *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Volume X. Portugal Liberal (I). A Tempestade Napoleônica. Amadora: Ediclube Editora. 1993. 482p.



Hermes Leôneo Menna Barreto Laranja Gonçalves é Coronel de Engenharia do Exército Brasileiro. Formado na Academia Militar das Agulhas Negras, cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, onde concluiu o Curso de Comando e Estado-Maior, e, em paralelo, o Mestrado Acadêmico em Ciências Militares, este pelo Instituto Meira Mattos.

Atualmente, é o Oficial de Ligação para Assuntos Culturais e Doutrinários do Exército Brasileiro na República Portuguesa.



CLAUSEWITZ E SUAS TRADUÇÕES

Wagner Alcides de Souza



Resumo: O objetivo do presente trabalho consiste em apresentar a obra de Carl von Clausewitz, em especial seu principal livro, *Da Guerra*, editado postumamente, indicando principalmente quando se deu sua tradução em diversos idiomas, o que demonstra o impacto que o texto de Clausewitz exerceu sobre o fenômeno guerra e de como essa passou a ser compreendida. Analisa também como sua tradução ocorreu para o português, sobretudo no Brasil, de maneira tardia quando em comparação com outros idiomas, buscando compreender as razões para tal.

Palavras-chave: Clausewitz, pensamento militar, bibliotecas militares, publicações, livros militares.

Abstract: The aim of this paper is to present the work of Carl von Clausewitz, especially his main book, *On War*, published posthumously, indicating mainly when it was translated into various languages, which demonstrates the impact that Clausewitz's text had on the phenomenon of war and how it came to be understood. It also analyzes how it was translated into Portuguese, especially in Brazil, late compared to other languages, in an attempt to understand the reasons for this.

Keywords: Clausewitz, military thinking, military libraries, publications, military books.

INTRODUÇÃO

“A guerra é a simples continuação da política por outros meios”¹.

Esse axioma de Clausewitz por vezes é mais conhecido que seu autor, que, em muitos casos, permanece um desconhecido devido ao fato de que seu livro e suas ideias possuem, em especial na língua portuguesa, uma penetração muito tênue, mesmo que seja dentro de um público mais inteirado de sua importância no entendimento do fenômeno da guerra por ele estudado, e que o torna um autor fundamental para sua análise.

O objetivo deste estudo é apresentar quando Clausewitz começou a ser citado no Brasil e, sobretudo, quando ocorreram no país as edições da sua principal obra, *Da Guerra*, historicizando sua obra.

Em um primeiro momento, precisamos apresentar quem foi Clausewitz e as origens de seu livro. Nascido em 1780 na cidade de Burg, próxima de Berlim, Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz era filho de um tenente da reserva que “exercia função secundária no serviço de fazenda prussiano, [quando] ainda com 12 anos de idade, no ano de 1793, teve sua primeira experiência com a guerra” (Ferezin, 2017, p. 26).

Clausewitz desde jovem, portanto, tinha a guerra como um fenômeno presente no seu cotidiano. Participou das campanhas de enfrentamento às forças napoleônicas, combatendo um exército que apresentava uma característica nova, a do povo em armas, o que diferia muito dos exércitos tradicionais do século XVIII (Murray; Knox, 2022, p. 24).

Clausewitz entrou para a escola militar de Berlim em 1801 e se formou em 1804, sendo um dos primeiros da turma. Foi designado como ajudante do Príncipe Augusto da Prússia, passando a frequentar a Corte, e ali conheceu sua esposa Marie Brühl, tendo a oportunidade de escrever artigos militares (Paret, 2001, p. 261-262).

¹CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. Lisboa: Editora Perspectiva e Realidades, 1976, p. 87.

Participou das campanhas militares contra Napoleão e foi assistente pessoal de Scharnhorst, tendo ainda, por indicação dele, sido designado para o corpo docente da nova Escola de Guerra e, posteriormente, tornou-se tutor do príncipe herdeiro e membro da comissão encarregada pelos novos regulamentos para a infantaria e a cavalaria (Ibid., p. 266).



Figura 1 – Folha de rosto da primeira edição da obra de Clausewitz, *Vom Kriege*, de 1832
Fonte: Raptis Rare Books

Clausewitz, portanto, teve uma carreira militar que lhe permitiu participar das campanhas militares napoleônicas, que traziam as novidades oriundas da Revolução Industrial e da Revolução Francesa e de estar em centros de estudo, o que lhe proporcionou condições de produzir uma teoria do fenômeno guerra.

Faleceu de cólera precocemente aos 51 anos de idade em 1831, tendo então sua esposa Clara von Clausewitz reunido os seus escritos e providenciado a edição no ano seguinte ao do seu falecimento, 1832 (figura 1).

Nessa primeira edição, sua obra foi dividida em três livros, sendo os demais tomos editados em 1833 e 1834², tendo como editor Ferdinand Dümmler³.

²*Vom Kriege*. Berlin: Dümmlers Verlag, 1832.

³Friedrich Heinrich Georg Ferdinand Dümmler (1777-1846) nasceu em Batgendorf, na Turíngia. Aprendeu o ofício de livreiro desde a Páscoa de 1792 em Leipzig, e, após seis anos de aprendizado rigoroso, ingressou na Realschulbuchhandlung, em Berlim, onde se encontrou com Georg Reimer, um camarada e amigo. De lá, foi para Göttingen, onde dirigiu a Dieterichsche Buchhandlung por vários anos, onde atuou como gerente e sócio oculto. O chamado da Guerra da Libertação levou-o, prestes a abrir seu próprio negócio em Berlim, a se juntar ao Corpo Livre de Lützow como caçador voluntário na primavera de 1813. Na Batalha de Kitzén (17 de junho de 1813), ele e muitos outros foram feitos prisioneiros pelos franceses, arrastados com seus companheiros de armas até Fenestrelles e Sisteron, na Provença, e só recuperaram a liberdade em 21 de abril de 1814, quando os austríacos, sob o comando de Bubna, aproximaram-se. Ao retornar do campo de batalha, adquiriu a livraria recém-fundada por Julius Eduard Hitzig, que, na época, era assessor do Tribunal da Câmara, e assumiu o controle, em 1º de janeiro de 1815, para administrá-la, o que ocorreu até sua morte por derrame, em 15 de março de 1846 (tradução livre do autor). Disponível em: <https://www.deutsche-biographie.de/sfz11979.html#adbcontent>. Acesso em: 6 set 2023.



Segundo Michel Howard:

A primeira edição, com 1.500 cópias, ainda não estava esgotada 20 anos depois, quando os editores decidiram publicar uma outra. Dessa vez, muitos dos trechos obscuros existentes no texto original – obscuridade talvez inevitável na publicação póstuma de um trabalho tão vasto e complexo, realizada por uma viúva dedicada, mas inexperiente – foram esclarecidas por meio de revisões e correções liberais feitas pelo cunhado do autor, o Conde Frederico von Brühl (Howard, [2001?], p. 27).

Essa segunda edição foi realizada em 1853 e novamente publicada pela *Verlagsbuchhandlung Ferdinand Dümmler*, em Berlim (Strachan, 2008, p. 15), sendo, portanto, uma edição mais bem fundamentada que a primeira edição de 1832, com os esclarecimentos e a organização do Conde Frederich von Brühl.

Da Guerra, porém, foi um livro que não teve um imediato reconhecimento. Na realidade, demorou quatro décadas para ter sua importância reconhecida:

Da Guerra revelou-se um livro de efeito retardado. Somente depois de 40 anos de sua publicação [...] que se tornou amplamente conhecido e de uma forma indireta. Helmuth von Moltke, Chefe do Estado-maior prussiano [vencedor da França em 1871], revelou que, além da Bíblia e de Homero, o livro que mais o influenciara fora *Da Guerra*. A fama póstuma de Clausewitz estava garantida (Keegan, 1996, p. 37).

AS PRIMEIRAS TRADUÇÕES

De alguma maneira, o Exército Francês tentou superar e compreender o desastre da derrota de Sedan em 1870 e, para tal, incentivou seus oficiais a falar alemão e estudar “os autores alemães com afinco” (Goya, 2018, p. 48). Clausewitz passou a ser, pois, de fundamental importância para os Exército Francês, devido, em especial, ao estudo que possuía das campanhas napoleônicas.

A primeira tradução para o francês ocorrera bem antes da Guerra Franco-Prussiana, sendo feita pelo Major de Artilharia do Exército Belga Jean Baptiste Charles François Neuens⁴ e editada por J. Corréard, em Paris, 1849-1851⁵.

A segunda tradução de *Da Guerra* para o francês foi realizada pelo Tenente-Coronel Vatry⁶ entre os anos de 1886 e 1887, e foi editada em Paris por L. Baudoin⁷, em três volumes. Essa tradução, em especial, angariou grande notoriedade no Exército Francês, tendo, inclusive, sido bastante citada pelo General Foch, comandante das forças aliadas na frente ocidental (Goya, 2018, p. 82).

Com relação a sua tradução para o inglês, ela se deu no ano de 1873, realizada pelo Coronel J. J. Graham⁸, edição que se tornou esgotada⁹ devido a sua pequena tiragem, tendo sido inicialmente impressas apenas 254 cópias, das quais o tradutor ficou de posse de 32 exemplares. Posteriormente,

⁴Do original em alemão Neuens war Professor, aber auch Übersetzer, Autor, Erfinder und Lieutenant-Général in der belgischen Armee. Gelebt hat er von 1812 bis 1881, “Neuns foi professor, mas também tradutor, autor e inventor e tenente-general do exército belga. Ele viveu de 1812 a 1881” (tradução livre do autor). Disponível em: <https://www.mywort.lu/en/mywort/mersch/news/gedenktafeln-wer-war-jean-baptiste-charles-francois-neuens-58fe2fdda5e74263e13b8962>. Acesso em: 7 set 2023.

⁵CLAUSEWITZ, Général Charles de. *De la Guerre publication posthume*. Traduite de l'allemand par le Major d'Artillerie Neuens. Paris: J. Corréard, 1849-1851, 3 vol. Disponível em: https://www.bibliore.com/cat-vent_drouot21-06-07-2.pdf. Acesso em: 20 out 2023.

⁶Marc-Joseph-Edgard Bourdon Vatry (1828-1891) foi ordenança de Napoleão III e chegou ao posto de tenente-coronel. Disponível em: <https://man8rove.com/fr/profile/bcqs29tjl-edgar-bourdon-de-vatry>. Acesso em: 7 set 2023.

⁷CLAUSEWITZ, Général Charles de. *Theorie de la Grand Guerre*. Traduction de L. Colonel de Vatry. Précedé d'une Lettre du Général Pierron, Tome Premier. Paris: Librairie Militaire de L. Baudoin et C., 1886. O terceiro e último tomo foi publicado em 1887. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k750238/f4.item>. Acesso em: 21 out 2023.



foram produzidas mais 440 cópias¹⁰.

Graham realizou essa tradução, mas não há motivação aparente para que a tenha realizado, visto que não há na publicação nenhum indicativo da razão para tal, nem de ter ocorrido na ocasião um aumento do interesse inglês por Clausewitz, tendo possivelmente ocorrido uma coincidência com o fim da Guerra Franco-Prussiana¹¹.

A segunda edição em inglês manteve a tradução de Graham e foi publicada em 1908¹², com o acréscimo das notas do Coronel Maude¹³, já dentro de uma perspectiva de maior interesse britânico em Clausewitz. Essa versão de *Da Guerra* tornou-se um grande sucesso e foi reeditada diversas vezes nos anos de 1911, 1918, 1940, 1962 e 1966, além de servir como base para edições resumidas do livro¹⁴.

Da Guerra foi tão difundido no início do século XX que os japoneses, quando da Guerra Russo-Japonesa de 1904, usaram seus ensinamentos, pois já havia uma tradução do livro para o japonês (Paret, 2001, p. 39). Tal tradução, contudo, era de circulação restrita entre os membros do Exército Japonês¹⁵.

⁸J.J. (James John) Graham (1808-1883). Do original em inglês, He entered Sandhurst in 1822, served in the West Indies as deputy judge-advocate, and evidently served briefly as an engineer. [...] and then served as military secretary to Sir Robert Hussey Vivian, commander of the British "Turkish Contingent" in the Crimean War. [...] Graham's book *Elementary History of the Progress of the Art of War* (1858) is a rather sophisticated work. Perhaps it was too sophisticated, particularly for the distinctly anti-intellectual tastes of the British army in this period. His other major work, *Military Ends and Moral Means* (1864), is a classic statement of the reformist critique of the British army, "Ingressou em Sandhurst em 1822, serviu nas Índias Ocidentais como juiz-advogado adjunto e, evidentemente, trabalhou por um breve período como engenheiro. [...] e depois serviu como secretário militar de Sir Robert Hussey Vivian, comandante do 'Contingente Turco' britânico na Guerra da Crimeia. [...] O livro de Graham, *Elementary History of the Progress of the Art of War* (1858), é uma obra bastante sofisticada. Talvez tenha sido sofisticada demais, especialmente para os gostos nitidamente anti-intelectuais do Exército Britânico nesse período. Sua outra obra importante, *Military Ends and Moral Means* (1864), é uma declaração clássica da crítica reformista do Exército Britânico." (tradução livre do autor). Disponível em: [https://www.clausewitz.com/readings/OnWar1873/Translator.htm#:~:text=Colonel%20J.J.%20\(James%20John\)%20Graham,an%20elusive%20character%2C%20surprisingly%20so](https://www.clausewitz.com/readings/OnWar1873/Translator.htm#:~:text=Colonel%20J.J.%20(James%20John)%20Graham,an%20elusive%20character%2C%20surprisingly%20so). Acesso em: 14 out 2023.

¹⁰Carl Von Clausewitz, Translated by Colonel J.J. Graham, From the third german edition London: N. Trubner & Co., 1873.

¹¹Conforme informação disponível em: [https://www.clausewitz.com/readings/OnWar1873/Translator.htm#:~:text=Colonel%20J.J.%20\(James%20John\)%20Graham,an%20elusive%20character%2C%20surprisingly%20so](https://www.clausewitz.com/readings/OnWar1873/Translator.htm#:~:text=Colonel%20J.J.%20(James%20John)%20Graham,an%20elusive%20character%2C%20surprisingly%20so). Acesso em: 14 out 2023.

¹²CLAUSEWITZ, General Carl von. *On War*. New and revised edition with introduction and notes by Colonel F. N. Maude. [GRAHAM, Colonel J. J., translator]. London: Kegan Paul, Trench, Trübner and Co., 1908.

¹³Coronel F. N. (Frederick Natusch) Maude (1854-1933). Do original em inglês, Maude was for many years the book review editor for the *Journal of the Royal United Service Institution*. He seems to have been a bit eccentric: He was the inventor of a smoke-eating machine and a proponent of a "science of organization" called "andrology." His *Who's Who* entry reads "Recreations: nil." Maude was associated with the mystic Aleister Crowley, who introduced the young J.F.C. Fuller to him around 1906 to 1908. Maude's garrulous and argumentative books were critical of just about everyone. A fervent admirer of the German military system, he saw Germany as England's deadliest natural enemy. A relentless reformer, he was critical of the British army but harsh on the "half-baked" ideas of most other military reformers. An energetic proponent of the study of Clausewitz, Maude pointedly rejected key portions of *On War* (notably its argument on the power of the defense). In his reformist views, however, he seems to have been a fairly typical British Clausewitzian, "Maude foi, por muitos anos, editor de resenhas de livros do *Journal of the Royal United Service Institution*. Ele parece ter sido um pouco excêntrico: foi o inventor de uma máquina sugadora de fumaça e um defensor de uma 'ciência da organização' chamada 'andrologia'. Seu registro no *Who's Who* diz: 'Recreações: nada'. Maude era associado ao místico Aleister Crowley, que apresentou o jovem J.F.C. Fuller a ele por volta de 1906 a 1908. Os livros jocosos e argumentativos de Maude criticavam praticamente todo mundo. Admirador fervoroso do sistema militar alemão, ele via a Alemanha como o inimigo natural mais mortal da Inglaterra. Reformador incansável, ele criticava o exército britânico, mas era severo com as ideias "incompletas" da maioria dos outros reformadores militares. Defensor enérgico do estudo de Clausewitz, Maude rejeitou claramente partes importantes de *On War* (especialmente seu argumento sobre o poder da defesa). Entretanto, em suas opiniões reformistas, ele parece ter sido um clausewitziano britânico bastante típico" (tradução livre do autor). Disponível em: <https://www.clausewitz.com/readings/OnWar1873/MaudeIntro.htm>. Acesso em: 14 out 2023.

¹⁴Conforme disponível em: <https://www.clausewitz.com/readings/OnWar1873/MaudeIntro.htm>. Acesso em: 14 out 2023.

¹⁵Com relação a essa tradução japonesa restrita ao exército, há a seguinte informação, conforme original do inglês *On War* itself was translated by Mori Ogai (a medical officer in the Imperial Army better known as a novelist and poet as Senso ron beginning in 1899. Mori had earlier (1888) translated portions of the book orally at the request of Japanese officers in Germany. Mori produced copies, but it does not appear to have been officially published as a book; parts of it appeared as a serial in a local newspaper, *Moji Shinpo*, in February-May, 1904. Shimada Kinji, Amerika Ni Okeru Akiyama Saneyuk (Tokyo: Asahi Shinbunsha, 1975), 252-253.) It appears in Mori's collected works. There appear to be at least two other Japanese translations of *On War*: Karl von Clausewitz, trans. Shinoda Hideo, Senso ron (Tokyo: Iwanami Shoten, date uncertain), 3 vols. [Encyclopedia Japonica (Tokyo: Shogakukan, 1968), v.6, p. 273]; trans. Tantoku Saburo, Senso ron, Genda in No Tame No Koten Sirizu 10 (Tokyo: Tokuma Shoten, 1965), "O próprio *On War* foi traduzido por Mori Ogai (um oficial médico do Exército Imperial, mais conhecido como romancista e poeta como Senso ron, no início de 1899. Mori havia traduzido anteriormente (1888) partes do livro oralmente, a pedido de oficiais japoneses na Alemanha. Mori produziu cópias, mas não parece ter sido publicado oficialmente como livro; partes dele apareceram como uma série em um jornal local, *Moji Shinpo*, de fevereiro a maio de 1904. Shimada Kinji, Amerika Ni Okeru Akiyama Saneyuk (Tôquio: Asahi Shinbunsha, 1975), 252-253). Aparece nas obras coletadas de Mori. Parece haver pelo menos duas outras traduções japonesas de *On War*: Karl von Clausewitz, trans. Shinoda Hideo, Senso ron (Tôquio: Iwanami Shoten, data incerta), 3 vols. [Encyclopedia Japonica (Tôquio: Shogakukan, 1968), v.6, p. 273]; tradução de Tantoku Saburo, Senso ron, Genda in No Tame No Koten Sirizu 10 (Tôquio: Tokuma Shoten, 1965)" - (tradução livre do autor). Disponível em: <https://www.clausewitzstudies.org/mobile/cwzbbibjapanese.htm>. Acesso em: 11 set 2023.



Com relação à versão para o russo, a primeira edição de *Da Guerra*¹⁶ ocorreu em 1888, tendo sido uma tradução do francês, surgida apenas dois anos depois da edição francesa do Tenente-Coronel Vatry. Essa publicação foi realizada pelo General M. I. Dragomirov¹⁷, tradutor de obras em francês e amigo de artistas, como o pintor Ilia Repin, que o retratou em algumas ocasiões, em especial no seu famoso quadro “Cossacos escrevem resposta ao sultão turco”, produzido entre 1880-1891.

No início do século XX, surgiu a segunda versão de *Da Guerra* em russo, mas tal tradução foi elaborada diretamente do idioma alemão, sendo seu tradutor o General K. M. Voide¹⁸, contudo essa tradução teria sido realizada “de forma inadequada” (Strachan, 2008, p. 26).

Após a Revolução Russa de 1917, a União Soviética demonstrou grande interesse na análise da obra de Clausewitz, tendo sido lançada, entre 1932-1933¹⁹, uma edição em três tomos, e, logo na sequência, uma integral publicada em 1934, traduzido por A. K. Rachinsky²⁰. Entre essa última e 1941, quando da invasão alemã na Segunda Guerra Mundial, ocorreram cinco edições (Strachan, 2008, p. 26).

Em espanhol, a primeira edição se deu de forma parcial, com apenas 268 páginas²¹, traduzida por Atilio Barbero²² e Juan Seguí²³, com prólogo de J. García Benítez²⁴. Anos mais tarde, o livro foi reeditado, em 1945 e 1947, pela Escuela de Guerra Naval²⁵. Essa publicação foi produzida em Madri, pela Imprensa de la Sección de Hidrografia, 1908²⁶. A versão foi realizada por iniciativa dos tradutores em razão do impacto que se abateu sobre os espanhóis após a perda da Guerra Hispano-Americana, que redundou na perda de Cuba e das Filipinas²⁷. Viam, pois, no livro de Clausewitz, uma saída para a melhoria do Exército Espanhol.

¹⁶CLAUSEWITZ. *A doutrina da guerra de K. Clausewitz*. Disposições básicas / tradução de M. Dragomirov. São Petersburgo: V. S. Balasheva, 1888. Do original em russo: Клаузевиц, Учение К. Клаузевица о войне. Основные положения / Пер. М. Драгомиров. - Санкт-Петербург: тип. ПРОТИВ. Балашева, 1888. Disponível em: <http://www.auction-imperia.ru/wdate.php?t=clublot&i=9916>. Acesso em: 12 out 2023.

¹⁷Michael Ivanovich Dragomirov (1830-1905). Do original em inglês, Russian general and military writer, was born on the 8th of November 1830. He entered the Guard infantry in 1849, becoming 2nd lieutenant in 1852 [...] For eleven years thereafter General Dragomirov was chief of the Nicholas Academy, and it was during this period that he collated and introduced into the Russian army all the best military literature of Europe, and in many other ways was active in improving the moral and technical efficiency of the Russian officer-corps, especially of the staff officer, “General russo e escritor militar, nasceu em 8 de novembro de 1830. Ingressou na infantaria da Guarda em 1849, tornando-se segundo-tenente em 1852 [...] Durante onze anos, o General Dragomirov foi comandante da Academia Nicholas, e foi durante esse período que ele reuniu e introduziu no Exército Russo a melhor literatura militar da Europa e, de muitas outras maneiras, foi ativo na melhoria da eficiência moral e técnica do corpo de oficiais russos, especialmente do oficial de estado-maior” (tradução livre do autor). Disponível em: https://Encyclop%C3%A6dia_Britannica/Dragomirov_Michael_Ivanovich. Acesso em: 12 out 2023.

¹⁸Karl Mavriekievich Voide (1833-1905), de origem polonesa, foi general do Exército Russo e autor de obras ligadas à temática militar.

¹⁹CLAUSEWITZ. *Da Guerra*, v. 1. Moscou: Editora Militar do Estado do Comissariado do Povo de Defesa da URSS, 1932. Em russo: КЛАУЗЕВИЦ О ВОЙНЕ Т. 1 ПЕЧАТНЫЙ ДВОР 1932 ГОД ВОЕН.ИЗД СССР.МОСКВА Os demais volumes foram editados em 1932 e 1933. Disponível em: <https://meshok.net/en/listing?related=%D0%9A%D0%BB%D0%B0%D1%83%D0%B7%D0%B5%D0%B2%D0%B8%D1%86+%D0%9A+%D0%9E+%D0%B2%D0%BE%D0%B9%D0%BD%D0%B5>. Acesso em: 12 out 2023.

²⁰Alexander Konstantinovich Rachinsky (1867-1941) formou-se no 5º Ginásio Clássico de Moscou e na Faculdade de Direito da Universidade de Moscou (1892). Desde 1918, ele se dedicou ao trabalho científico em Moscou e à tradução de línguas estrangeiras. Foi autor do livro *Poupança*. A história do seu desenvolvimento e o estado atual nos países mais importantes do mundo. Disponível em: <http://library.fa.ru/page.asp?id=2450>. Acesso em: 12 out 2023.

²¹Essa informação da tradução parcial está disponível em: <https://www.politicaexterior.com/articulo/actualidad-del-pensamiento-de-clausewitz/>. Acesso em: 21 set 2023.

²²Abílio Barbero Saldaña (1881-1940) entrou no serviço militar em 1898, foi promovido ao posto de segundo-tenente em 1901, ascendendo a coronel em 1925. Serviu na Guerra do Rif, no Marrocos (1921-1926), sendo as suas últimas promoções por bravura e mérito no terreno. Em 1936, foi nomeado chefe do estado-maior da 3ª Inspeção Geral do Exército. Ele foi o pai de notável historiador medieval, Abílio Barbero de Aguilera. Disponível em: <https://www.abebooks.com/signed-first-edition/guerra-Versi%C3%B3n-directa-alem%C3%A1n-Prologo-teniente/31565860093/bd>. Acesso em: 14 out 2023.

²³Juan Seguí Almuzara (1888-1936) foi adido militar das embaixadas espanholas em Bruxelas e Paris, durante a ditadura de Primo de Rivera. Após a declaração da Segunda República em 1931, ele se aposentou e seguiu para Melilla, onde se tornou líder da Falange no Marrocos espanhol, liderando o golpe nacionalista de 18 de julho de 1936 [...]. Almuzara morreu em agosto, quando viajava de Sevilha para Badajoz com um grupo de colegas oficiais, ao ser emboscado por milicianos republicanos. Disponível em: <https://www.abebooks.com/signed-first-edition/guerra-Versi%C3%B3n-directa-alem%C3%A1n-Prologo-teniente/31565860093/bd>. Acesso em: 14 out 2023.

²⁴CLAUSEWITZ. *De la Guerra*. Versión directa del alemán. Prologo del Teniente-Coronel de E. M. D. Juan García Benítez. Profesor de la Escuela Superior de Guerra. Madrid: Imp. de la Sección de Hidrografia, 1908.



Com relação à Argentina, a proximidade dos militares argentinos com o texto de Clausewitz ocorreu devido à presença de oficiais alemães como professores da Escola Superior de Guerra e ao envio de militares argentinos para a Alemanha (Dick, 2014).

A primeira edição de Clausewitz na Argentina foi produzida pelo Exército Argentino e publicada em 1922, pelo Círculo Militar, na sua coleção *Biblioteca del Oficial*²⁸, sendo traduzida pelos oficiais espanhóis²⁹ (Cornut, 2017, p. 131).

Essa edição se deu de maneira incompleta, pois

La primera edición en Argentina de *De la Guerra* data de 1922 y, como reza en su portada, corresponde a la versión directa de la quinta edición alemana [...] esta primera edición corporizada en el volumen XLII de la Biblioteca del Oficial solo comprendía los libros I, II y III sobre un total de ocho correspondientes a la obra primigenia. Así, hubo que esperar hasta 1970 para que el Círculo Militar completase la publicación de los tomos restantes³⁰ (Cornut, 2017, p. 131).

Na Argentina, portanto, a edição da obra de Clausewitz que se iniciou nos anos 1920 foi completada nos anos de 1970, demonstrando que seu texto, mesmo atrasado com relação aos demais países citados, teve no país uma presença mais marcante que no Brasil, devido à ligação que ocorreu no ensino militar com a presença da Alemanha, em especial no início do século.

A VERSÃO EM PORTUGUÊS

A obra de Clausewitz em português teve uma repercussão mais tardia do que em outros idiomas. Uma das questões para tal se dá pela existência de um público restrito, que tivesse efetivo interesse na divulgação de sua obra.

Mesmo em alemão, havia dificuldade de compreensão das ideias de Clausewitz, pois “a maioria dos estudiosos alemães considerava Clausewitz tão difícil e obscuro quanto os não germânicos, a maior parte dos quais lia Clausewitz em traduções pobres” (Shy, 2001, p. 246).

Keegan também identificou esse problema que recaiu sobre a obra de Clausewitz, a questão da tradução da obra: “o mundo interessou-se pelo livro, leu-o traduziu-o, interpretou-o amiúde mal” (Keegan, 1996, p. 37). Tal circunstância demonstra que essa dificuldade não era um fator de exclusividade para o idioma português, visto que, mesmo nos idiomas para o qual Clausewitz já havia sido traduzido antes, há críticas com relação a erros que distorceram suas ideias originais.

²⁵Com relação às demais traduções em espanhol, temos as informações disponíveis em: <https://phte.upf.edu/dhte/aleman/clausewitz-carl-von/>. Acesso em: 21 set 2023.

²⁶Informação disponível em: <https://www.peterharrington.co.uk/de-la-guerra-165660.html>. Acesso em: 21 set 2023.

²⁷Conforme informação disponível em: <https://www.abebooks.com/signed-first-edition/guerra-Versi%C3%B3n-directa-alem%C3%A1n-Prologo-teniente/31565860093/bd>. Acesso em: 14 out 2023.

²⁸Hernán Cornut indica a origem da Biblioteca del Oficial: “El 8 de agosto de 1918, la Comisión Directiva del Club Militar [atual Círculo Militar] aprobó la creación de la colección *Biblioteca del Oficial*, con la finalidad de contribuir al perfeccionamiento profesional y cultural de los oficiales del Ejército Argentino, mediante la publicación de obras nacionales y extranjeras en general.” Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Las%20representaciones%20del%20libro%20De%20la%20guerra%20entre%20los%20militares%20argentinos%20en%20la%20primera%20mitad%20del%20siglo%20XX.%20La%20concepci%C3%B3n%20de%20un%20modelo%20doctrinario.html>. Acesso em: 15 out 2023. Nesse artigo, Cornut expõe que tais obras atendiam os militares com informações e regulamentos que “eran escasas e incompletas” e que teve na Escola Superior de Guerra seu principal espaço de difusão. A Biblioteca del Oficial foi o modelo de editora militar que serviu de base para a criação no Brasil da então Biblioteca Militar, em 1937, por parte do general Valentim Benício, atualmente Biblioteca do Exército, nomenclatura que adotou em 1949 (Cidade, 1959, p. 398).

²⁹Os oficiais do exército da Espanha Abilio Barbero e Juan Seguí, citados anteriormente.

³⁰A primeira edição na Argentina de *Da Guerra* data de 1922 e, como diz em sua capa, corresponde à versão direta da quinta edição alemã [...] essa primeira edição, incorporada ao volume XLII da *Biblioteca del Oficial*, incluía apenas os livros I, II e III de um total de oito correspondentes à obra original. Assim, somente em 1970, o Círculo Militar concluiu a publicação dos demais volumes” (tradução livre do autor).



Devemos, portanto, pensar na questão da difusão das ideias por meio dos livros, e verificar como tal circunstância ocorreu e ainda ocorre. Como postula Chartier, o livro busca estabelecer uma ordem demandada da necessidade imposta por aquele que o escreveu, que deseja uma determinada compreensão, e da autoridade que a encomendou, que deseja o mesmo, conforme seus interesses (Chartier, 1997, p. 6).

É fato, contudo, que, independente desse desejo, aquele que lê pode fazer uma interpretação totalmente diversa da pretendida originalmente, pois, por mais que desejem os autores e quem os editou, não há como influir na “liberdade dos leitores” (Ibid.).

Nesse aspecto, Bourdieu apresenta que há “leituras diversas, portanto, competências diferentes” oriundas dessas diferenças do nível de escolaridade e das classes sociais vindas da “relação com o modelo escolar” no qual estão inseridos os leitores (Bourdieu, 2011, p. 237).

Devido ao fato de existir na sociedade brasileira, na virada do século XIX para o XX, uma grande influência francesa na elite, que via na França um ideal no que concerne ao padrão de civilização (Needell, 1993, p. 49), o desinteresse pela obra de Clausewitz tornou-se algo quase natural, até mesmo pela falta de tradutores disponíveis do alemão para o português.

A primeira referência a Clausewitz no Brasil deu-se em um periódico editado em francês, mas publicado no Rio de Janeiro em 1861, em um artigo que tratava da Campanha de 1815³¹.

Apenas em 1887, contudo, surge o primeiro anúncio da venda de livros³² de Clausewitz, no caso um tomo da obra *Teoria da Guerra*, publicado pela livraria Lombaerts, localizada na rua do Ourives (atuais ruas Miguel Couto e Rodrigo Silva). Esse tomo três estava sendo vendido ao valor de 2\$800³³.

A presença de Clausewitz no meio militar no final do século XIX era, por se dizer, praticamente nula se considerarmos o acervo da Biblioteca do Exército, criada em 17 de dezembro de 1881 e inaugurada, com a presença da Família Real, em 4 de janeiro de 1882 (Peregrino, 1967, p. 95-96).

O Barão de Loreto³⁴, então ministro da Guerra e interino dos Negócios Estrangeiros, que promoveu sua criação, determinou a aquisição de livros nas embaixadas brasileiras no exterior, com o objetivo de permitir acesso dos militares ao que de mais moderno havia para desenvolvimento da instrução (Souza, 2022, p. 87).

Ao verificarmos, porém, o catálogo³⁵ publicado pelo então bibliotecário Joaquim Alves da Costa Mattos das obras existentes no acervo da Biblioteca do Exército em 1885, três anos após sua abertura, não há nenhum livro de Clausewitz disponível, nem em francês, que na ocasião era o idioma cujas obras eram mais consultadas, depois do português, nem nas poucas obras em alemão existentes no acervo.

³¹Courriere du Brésil, Rio de Janeiro, 24 nov 1861, p. 1-2.

³²Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 5 jun 1887, p. 5.

³³Aproximadamente, no valor atual, R\$70,00, conforme conversão disponível em: <https://www.diniznumismatica.com/p/conversao-de-reis-para-o-real.html>. Acesso em: 19 out 2023.

³⁴Franklin Dória (Franklin Américo de Meneses Dória, Barão de Loreto), político e poeta, nasceu na Ilha dos Frades, Itaparica, BA, em 12 de julho de 1836, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 28 de outubro de 1906. [...] Dedicou-se à advocacia e à política [...] presidente da Província do Piauí; em 1866, governador do Maranhão, e, em 1880, governador de Pernambuco. [...] Foi ministro da Guerra no gabinete Saraiva (1881). [...] Era ligado à Família Imperial, acompanhando-a no exílio. De volta ao Brasil, dedicou-se à advocacia e à literatura. [...] Franklin Dória é o fundador [da Academia Brasileira de Letras e ocupou a] cadeira nº 25, que tem como patrono o poeta Junqueira Freire, seu amigo de juventude. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/franklin-doria-barao-de-loreto/biografia>. Acesso em: 26 out 2023.

³⁵Cf. MATTOS, Joaquim Alves da Costa. Catálogo da Bibliotheca do Exército Brasileiro precedido de seu regulamento e leis que lhe dizem respeito acompanhado de um índice alfabético dos autores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. Na ocasião em que editou o catálogo, Mattos era capitão graduado do Exército.



Em 1895, um novo catálogo³⁶ é editado por iniciativa do então bibliotecário Juvenal Rodopiano Gonçalves dos Santos, que apenas complementa o catálogo publicado dez anos antes. Nele ainda não há disponível para consulta, no acervo da Biblioteca do Exército, qualquer obra de Clausewitz.

Essa realidade demonstra como a legitimidade do *campus* intelectual (Bourdieu, 2007, p. 191) estava representada pela perspectiva francesa de civilização, que, apesar do desastre militar de Sedan em 1870, dominava o acervo e, portanto, as perspectivas militares modernizadoras no Exército Brasileiro.

Contudo já no início do século XX, ao analisarmos o catálogo das obras disponíveis no âmbito da Biblioteca da Escola Militar, encontramos o livro de Clausewitz, a edição francesa de Neuens de 1849 em dois volumes³⁷.

Possivelmente por influência dos Jovens Turcos³⁸, que fizeram aperfeiçoamento militar na Alemanha, vemos na *Revista Militar*, em um número especial editado em 1924, que trata do acervo existente na Biblioteca do Estado-Maior do Exército, a informação da existência de obras de Clausewitz, todas editadas em francês³⁹.

Com relação à tradução de Clausewitz para o português, Carla Ferezin, em sua tese de doutorado, apresenta que, na revista *A Defesa Nacional*⁴⁰, entre os anos de 1931 e 1932, publicaram-se trechos de *Da Guerra*, porém apenas partes do texto dos livros (Ferezin, 2017).

Ainda segundo Ferezin, não foi indicado quem foi o tradutor, “um camarada que leu o livro de lápis em punho”⁴¹ e em qual texto se baseava para a elaboração dessa versão em português, mas que, bem provavelmente, tratava-se, pela maior proximidade à época dos militares com o idioma francês, “da tradução realizada por Vatry no ano de 1885” (Ibid., p. 145-146).

No ano de 1943, a Biblioteca Militar publicou o livro *Princípios de Guerra*, traduzido pelo Major Napoleão Nobre, uma edição da obra de Clausewitz oriunda da tradução americana de 1943⁴², portanto uma obra baseada em uma versão indireta.

No ano de 1988, a Biblioteca do Exército editou de Clausewitz o livro *Trechos de sua obra*, organizada por Rogers Ashley Leonard e traduzida por Darcy G. Doubrawa, baseada na versão inglesa de J. J. Graham e editada pelo Coronel F. N Maude, publicada em 1962.

O livro original foi publicado nos Estados Unidos em 1967⁴³, e a apresentação da obra realizada pela Biblioteca do Exército explica que, em virtude da complexidade da obra *Da Guerra*, optava-se por uma edição condensada na qual os principais temas eram abordados, facilitando sua compreensão.

³⁶Cf. SANTOS, Juvenal Rodopiano Gonçalves dos. *Catálogo da Bibliotheca do Exército Brasileiro acompanhado de um índice alfabético dos auctores organizado pelo bibliothecario...* bibliografia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. Na ocasião em que editou o catálogo, Santos era tenente-coronel do Corpo de Estado-Maior de 2ª Classe.

³⁷CARVALHO, Adolpho José de. *Catálogo da Bibliotheca da Escola Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. Na ocasião em que editou o catálogo, Carvalho era capitão. Clausewitz está citado no catálogo com a grafia errada do nome (Clauserwitz).

³⁸Designação dada a um grupo de oficiais brasileiros que, a partir de 1913, destacou-se por seu engajamento no processo de modernização do Exército nacional. A expressão fazia alusão a oficiais turcos que, como os brasileiros, haviam estagiado no Exército Alemão e, ao retornarem a seu país, engajaram-se em um partido nacionalista e reformista. Verbetes disponíveis em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JOVENS%20TURCOS.pdf>. Acesso em: 15 out 2023.

³⁹ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Catálogo da Bibliotheca* (ordem alfabética de auctores). Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1924. As obras são as seguintes: *La Campagne de 1796 em Italie*, Paris, 1899; *La Prussie dans la grand catastrophe en 1806*, Paris 1903; *La Campagne de 1799*, Paris 1906; *Le Campagnes de 1812, 1813, 1814 et 1815*, Paris 1900, e *Theorie de la grand guerre*, Paris 1886.

⁴⁰Conforme destaca Ferezin, foram nas revistas de nº 210, 220 e 221 (Ferezin, 2017, p. 145).

⁴¹*A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, nº 210, jun 1931, p. 363.

⁴²CLAUSEWITZ, Carl von. *Principles of war*. Gatzke, Hans W. (translated and edited with an introduction). Harrisburg: The Military Service Publishing Company, 1943.

⁴³LEONARD, Roger Ashley. *A short guide to Clausewitz On War*. New York: Putnam, 1967.

Com relação à versão completa de *Da Guerra* em português, esta veio a lume em 1976, publicada em Lisboa pela editora Perspectivas e Realidades, com prefácio de Anatole Rapoport⁴⁴, tendo sido realizada a tradução direta do alemão⁴⁵ por Maria Teresa Ramos (tradutora)⁴⁶ e por Teresa Barros Pinto Barroso (tradutora integral). Essa edição tem 787 páginas, contendo mapas e configurada em tamanho de 17 x 24cm.

Em 1979, a editora paulista Martins Fontes realizou uma coedição com a Universidade de Brasília, publicando *Da Guerra* como parte da “Coleção Pensamento Político”, com a capa amarela, comum nas obras da coleção, tendo recebido o número 38. Essa edição é considerada, pela folha de expediente da última versão publicada em 2023, como a primeira tradução realizada no Brasil a partir do texto de Clausewitz no original em alemão.

A Martins Fontes publicou também, em 1979, uma edição brasileira exclusiva (**figura 2**), com capa semelhante ao da edição da Perspectivas e Realidades de Lisboa, modificando-a apenas com a inserção do seu logo e a retirada da marca da editora lusitana. Interessante perceber que ambas as edições são *ipsis litteris* da edição portuguesa, possuindo a mesma paginação, mapas e diagramação, mantendo inclusive a mesma grafia da publicação lisboeta de 1976.

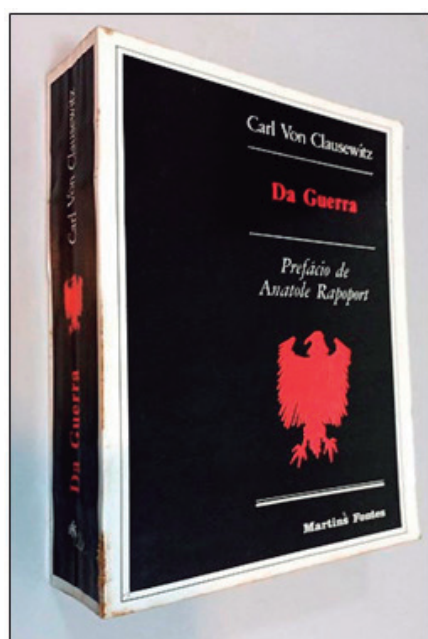


Figura 2 – Obra de Carl von Clausewitz editada no Brasil pela Martins Fontes
Fonte: Editora Martins Fontes

⁴⁴Anatole Rapoport nasceu em Lozovaya, na Rússia, em 1911, emigrou para os Estados Unidos em 1922 [...] e se formou em Matemática pela Universidade de Chicago, em 1941. Entrou para a Universidade de Michigan em 1955, onde lecionou Biologia, Matemática e Saúde Mental. É autor das seguintes obras: *Science and Goals of Man* (1950), *Operational Philosophy* (1953), *A Study in Conflict and Cooperation* (1965), *Game Theory: the Essential Ideas* (1966), entre outras. Faleceu em Toronto, no Canadá, em 2007. Informações constantes na edição portuguesa de 1976 do *Da Guerra* de Clausewitz.

⁴⁵Essa tradução se baseou na seguinte edição alemã: *Vom Kriege, Hinterlassenes Werk des Generals Carl von Clausewitz*. Vollständige Ausgabe im Urtext mit historisch – Kritischer Würdigung von Dr. W. Hahlveg. Dümmler Verlag, Bonn, 1952, 1.165p (Clausewitz, 1976, p. 61).

⁴⁶Com relação às tradutoras, só foi possível encontrar informação sobre Maria Teresa Ramos, nascida no ano de 1932, em Portugal, na cidade de Silves, no distrito de Faro, no Algarves: “Professora, poetisa e tradutora. Após os estudos preparatórios, transferiu-se para Lisboa, onde, em 1950, concluiu o curso do Magistério Primário. Dedicou-se ao exercício da docência, tendo passado por várias escolas, inclusive em Angola. Trabalhou em vários centros educacionais de Lisboa, com destaque para sua colaboração com a Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas (CERCI). Espírito ativo e inconformista, desenvolveu variadíssimas ações de carácter cultural em escolas, bibliotecas públicas, associações cívicas e participou de encontros de poesia, congressos e colóquios. Motivada pelos resultados obtidos e pelos contatos estabelecidos no mundo da cultura, voltou a estudar, em 1994, Literatura Contemporânea Portuguesa e, em 1996, Literatura Brasileira. Encontrase representada em várias antologias poéticas.” Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/bio/maria-teresa-ramos>. Acesso em: 14 out 2023.



A segunda edição foi publicada em 1996, também pela Martins Fontes, com capa diferente da primeira edição e com paginação também diferenciada (930 páginas), possivelmente devido à sua editoração nas dimensões 13 x 21cm. Essa publicação fazia parte da “Coleção Paidéia”, que, segundo a editora, era voltada para o público acadêmico.

Ocorreu nessa edição uma mudança ortográfica, sendo realizada a passagem do texto da grafia portuguesa, presente na primeira edição, para uma brasileira. Outro fator relevante é que a única tradutora apresentada do texto original em alemão é Maria Teresa Ramos, não havendo mais referência à Teresa Barros Pinto Barroso, tradutora geral, nas edições portuguesa, de 1976, e brasileira, de 1979.

A terceira edição, também da Martins Fontes, saiu em 2010, novamente com capa e paginação diferentes das anteriores: totalizou 1.040 páginas, muito provavelmente em decorrência do tamanho adotado para sua publicação (20 x 13.5 x 4.6cm)⁴⁷, visto não ter havido qualquer mudança com relação às edições anteriores. Essa publicação, segundo a editora, está esgotada.

A quarta edição da Martins Fontes foi lançada em 2023, com a adoção de nova capa estilo *all type* e fazendo parte da “Coleção Clássicos”. Tem como principal diferencial a presença de uma apresentação realizada pelo professor Renato Janine Ribeiro⁴⁸, com o título *Guerra, capitalismo e política*, mantendo, contudo, a estrutura das demais edições, incluindo o prefácio de Anatole Rapoport. Interessante perceber que a quantidade de páginas foi reduzida para 881, bem provavelmente por ter retornado essa publicação para as dimensões 21 x 14 x 4.5cm⁴⁹.

Entre a primeira edição brasileira de 1979 e a última, ocorrida em 2023, há, portanto, uma diferença de 44 anos, perfazendo, pois, um hiato de, em média, 11 anos entre as edições, tendo ocorrido um espaçamento de tempo maior (17 anos), entre a primeira e a segunda edição, publicada em 1996.

Há ainda uma versão virtual, que foi traduzida por um oficial da reserva da Marinha, o Capitão de Mar e Guerra Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle⁵⁰, bem provavelmente elaborada no início do século XXI. Essa tradução foi feita do inglês para o português, sendo utilizada a edição elaborada em 1984, que revisava a publicada em 1976, por parte dos autores Peter Paret, Michael Howard e Bernard Brodie. Essa nova versão dos anos 1980 vem com ensaios introdutórios dos autores e um comentário de Bernard Brodie.

Por estar disponível na internet, essa tradução é citada em diversos trabalhos de pesquisa, contudo, muitas vezes, informando o ano de edição de forma equivocada, em geral a edição de 1984, por ser o ano da edição da publicação do livro pela Universidade de Princeton, em New Jersey.

⁴⁷Informações das dimensões da terceira edição e de tiragem esgotada foram encontradas no *site* da editora, disponível em: <https://www.martinsfontespaulista.com.br/da-guerra-608685/p>. Acesso em: 20 out 2023.

⁴⁸Renato Janine Ribeiro, nascido em 1949 em Araçatuba, foi ministro da Educação entre 6 de abril e 5 de outubro de 2015. É presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência desde julho de 2021, com mandato até 2023. Desde 1994, é professor titular da Universidade de São Paulo, na disciplina de Ética e Filosofia Política. Em 2016, tornou-se professor honorário do Instituto de Estudos Avançados da USP. É pesquisador sênior do CNPq e professor sênior da Universidade de São Paulo. Informações oriundas do Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9987610379141827>. Acesso em: 20 out 2023.

⁴⁹Informação das dimensões da quarta edição encontrada no *site* da editora, disponível em: <https://www.martinsfontespaulista.com.br/da-guerra-1043317/p>. Acesso em: 20 out 2023.

⁵⁰Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle nasceu em 15 de dezembro de 1936. Ingressou na Marinha do Brasil em 18 de maio de 1953, como aluno do Colégio Naval, e foi transferido para a reserva remunerada, em 21 de maio de 1987, no posto de capitão de mar e guerra. Informação obtida junto à Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos, portanto, que a presença da obra de Clausewitz no Brasil e sua edição em língua portuguesa fizeram-se de maneira tardia, se compararmos com outros países e idiomas. Mesmo de maneira restrita, como no Japão, sua presença no meio militar desses países se fez entre meados do século XIX e início do século XX.

Em virtude das dificuldades de tradução e de ser um tema restrito, seu texto chegou por meio de traduções indiretas a partir do francês, e, como vimos, por meio de versões parciais do seu texto em revistas militares como *A Defesa Nacional*, e por duas edições da Biblioteca do Exército, a primeira na década de 1940, havendo uma nova ação nesse sentido apenas 40 anos depois.

O fator da dificuldade de se encontrar um tradutor de alemão, um texto com características técnicas singulares, uma sociedade fortemente francófila em virtude de seu modelo ideal civilizatório, as duas guerras mundiais, em que a Alemanha foi antagonista do Brasil, e um público restrito, que encarecia ainda mais uma publicação nesse sentido, são possíveis fatores que devem ter contribuído sobremaneira para a demora da sua edição no Brasil (1979), e que só ocorreu diante da compra dos direitos da edição portuguesa traduzida do alemão também tardiamente (1976), pois ocorreu mais de 100 anos após as primeiras versões em francês (1849-1851) e em inglês (1873).

Mesmo diante desses óbices, a obra de Clausewitz se faz fundamental para a compreensão do fenômeno da guerra, que está mais do que presente no cotidiano das nações, independente da evolução tecnológica que possa levar a mudanças na forma de combater. Por esse ponto de vista, os ensinamentos oriundos de Clausewitz ainda são bem atuais.

Nesse sentido, uma nova tradução da obra de Clausewitz seria fundamental para a compreensão dos paradigmas que envolvem a natureza dos conflitos, que, mesmo sob novos interesses e novas tecnologias, ainda se baseiam em antigos axiomas, que, não obstante, se fazem presentes.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CARVALHO, Adolpho José de. *Catalogo da Bibliotheca da Escola Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Lisboa: Vega, 1997.

CHARTIER, Roger; BOURDIEU, Pierre. *A leitura: uma prática cultural*. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de três séculos de literatura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1959.



CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes/Brasília: Universidade de Brasília, 1979.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2023.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. Tradução de Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle, [s.l.]: [s.e.], [2001?].

CLAUSEWITZ, Carl von. *Princípios de Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.

CORNUT, Hernan, Pensamiento, profesionalización militar y conflicto en el ámbito del ABC a principios del siglo XX. *PolvHis*, Buenos Aires/Mar del Plata, nº 20, p. 127-160, jul-dez 2017.

CORNUT, Hernan. Las representaciones del libro *De la guerra* entre los militares argentinos en la primera mitad del siglo XX. La concepción de un modelo doctrinario. *Prohistoria: história, política da história*, Rosário, nº 35, p. 135-161, 2021.

DICK, Enrique Rodolfo. *La Profesionalización en el Ejército Argentino (1899-1914)*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 2014.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Catálogo da Bibliotheca (Ordem alfabética de auctores)*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1924.

FEREZIN, Carla Cristina Wrbiet. *A recepção e circulação da teoria clauzewitiana no Exército Brasileiro (1889-1959)*. 2017. 201f. Tese (doutorado), Universidade de São Carlos, 2017.

GOYA, Michel. *A invenção da guerra moderna (1871-1918)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2018.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras/Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

LEONARD, Ashley Rogers. *Clausewitz: trechos de sua obra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

MATTOS, Joaquim Alves da Costa. *Catalogo da Bibliotheca do Exercito Brasileiro precedido de seu regulamento e leis que lhe dizem respeito acompanhado de um índice alfabético dos autores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

MURRAY, Williamson; KNOX, MacGregor (Org.). *A evolução da arte da guerra: das guerras medievais aos ataques relâmpago 1300- 2050*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2022.



NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PARET, Peter. Clausewitz. In: PARET, Peter *et al.* *Construtores da estratégia moderna: de Maquiavel à era nuclear*. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro: Tomo I, 2001; Tomo II, 2002.

PEREGRINO, Umberto. *História e projeção das instituições culturais do Exército*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.

SANTOS, Juvenal Rodopiano Gonçalves. *Catalogo da Bibliotheca do Exercito Brasileiro acompanhado de um indice alphabetico dos auctores organizado pelo bibliothecario... bibliografia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

SHY, John. Jomini. In PARET, Peter *et al.* *Construtores da estratégia moderna: De Maquiavel à era nuclear*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Tomo I, 2001.

SOUZA, Wagner Alcides de. *A Bibliotheca do Exército 1881-1889: um caminho pela leitura*. Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2022.

STRACHAN, Hew. *Sobre a guerra de Clausewitz*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

PERIÓDICOS

Courriere du Brésil. Rio de Janeiro, 24 nov 1861.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 5 jun 1887.

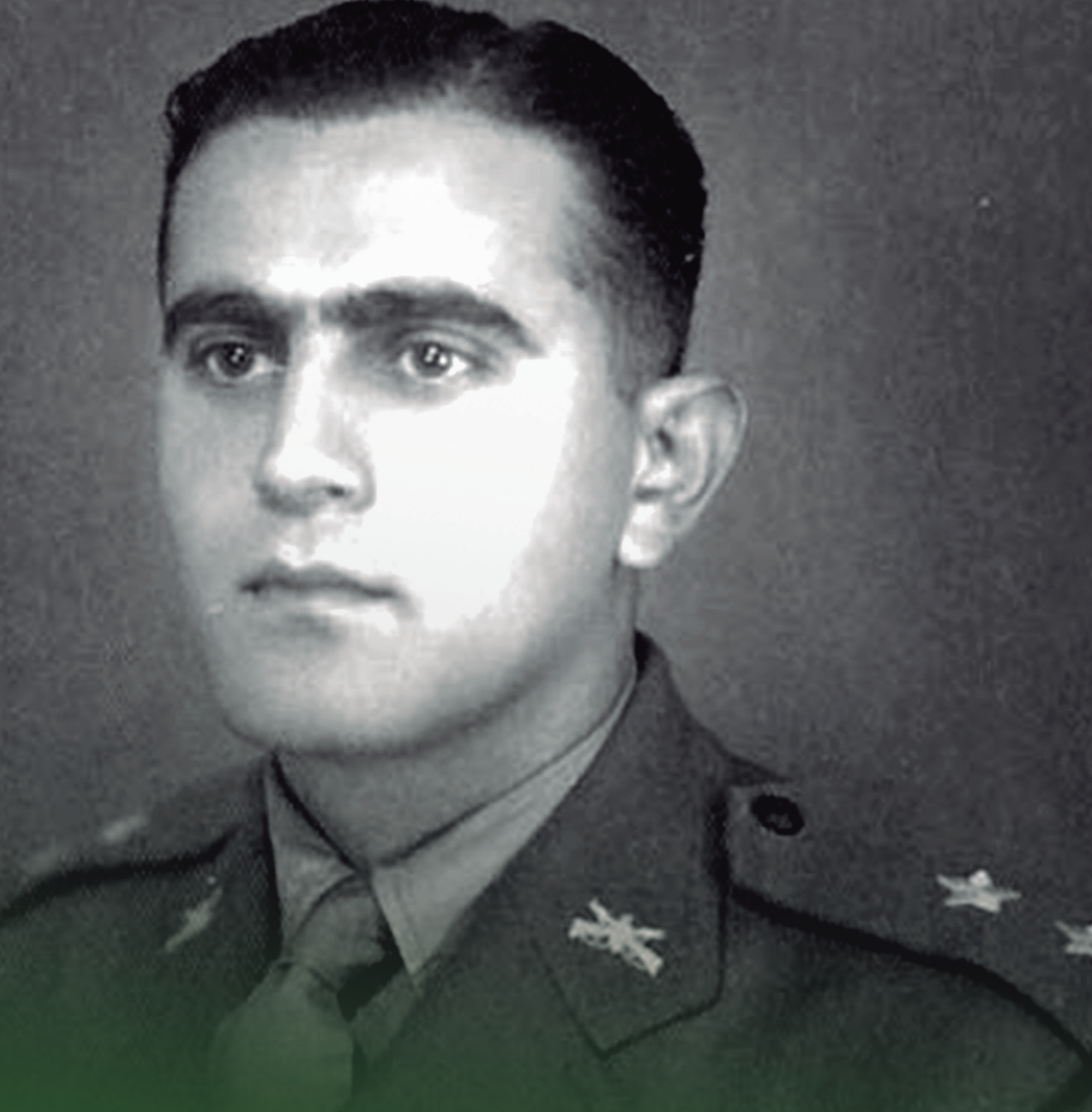
A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, nº 210, jun 1931.



Wagner Alcides de Souza é Tenente-Coronel do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro, da área de Magistério/História. Possui mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Atualmente, é pesquisador da Seção de Memória Institucional do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército.

ID Lattes: 2366415512028287.



**TENENTE APOLLO MIGUEL REZK:
SUA TRAJETÓRIA DURANTE
A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

*José Carlos Meireles da Silva
Fabíola Michelle Andrade de Oliveira*



Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal analisar a trajetória do Tenente Apollo Miguel Rezk, durante a Segunda Guerra Mundial. O militar incorporou no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro, realizando o curso de Oficial de 2ª Classe da Reserva de 1ª Linha, da Arma de Infantaria. Em 1941, foi designado para apresentar-se no Estágio de Instrução do Regimento Sampaio, e, ao término de sua capacitação, foi convocado para permanecer no estado efetivo daquela unidade. Após o Brasil ter declarado guerra à Alemanha e à Itália, resultado do afundamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães e italianos, começou uma série de iniciativas e tratativas entre o governo brasileiro e norte-americano, de modo a elaborar uma contraofensiva para coibir a agressão realizada pelas tropas alemãs. Em consequência, o Brasil deu início à preparação de uma tropa a fim de resguardar a soberania do país, assim como defender os interesses dos países aliados na guerra. Para isso, foi criada a Força Expedicionária Brasileira, com a finalidade de integrar as tropas dos países aliados, na qual o Tenente Apollo acabou participando da Campanha no Teatro de Operações da Itália.

Palavras-chave: Regimento Sampaio, Campanha da Itália, Segunda Guerra Mundial, Força Expedicionária Brasileira.

Abstract: The main aim of this article is to analyze the career of Lieutenant Apollo Miguel Rezk during the Second World War. The soldier joined the Reserve Officers' Training Center in Rio de Janeiro, taking the 2nd Class 1st Line Reserve Infantry Officer course. In 1941, he was assigned to take part in the Sampaio Regiment's Training Internship and, at the end of his training, he was called up to remain in the unit's effective status. After Brazil declared war on Germany and Italy as a result of the sinking of Brazilian merchant ships by German and Italian submarines, a series of initiatives and negotiations began between the Brazilian and US governments in order to devise a counter-offensive to curb the aggression carried out by German troops. As a result, Brazil began preparing troops to protect the country's sovereignty and defend the interests of the allied countries in the war. To this end, the Brazilian Expeditionary Force was created, with the aim of integrating the troops of the allied countries, in which Lieutenant Apollo ended up taking part in the Campaign in the Italian Theater of Operations.

Keywords: Sampaio Regiment, Italian Campaign, World War II, Brazilian Expeditionary Force.

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo visa analisar a atuação do Tenente Apollo Miguel Rezk no Teatro de Operações (TO) do Mediterrâneo durante a Segunda Guerra Mundial. O militar conseguiu conduzir de maneira implacável todas as missões que foram confiadas ao seu pelotão, tornando-se um verdadeiro exemplo para seus pares, superiores e subordinados pelos atos de bravuras e coragem, fruto do conhecimento adquirido por ocasião do curso de formação de oficiais da reserva. Seu desempenho em combate levou-o a ser condecorado com diversas medalhas, assim como recebeu diversos elogios de seus superiores no decorrer da guerra.

A vida militar do jovem Apollo teve início quando incorporou como aspirante a oficial de 2ª Classe da Reserva de 1ª Linha da Arma de Infantaria em 1937, no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro (CPOR/RJ), permanecendo nessa organização militar até 1939,



ocasião em que terminou o curso de oficial da reserva. Depois de três anos de estudo, Apollo foi designado para estagiar no 1º Regimento de Infantaria (RI), Regimento Sampaio¹, em 1941, onde concluiu com aproveitamento sua formação como oficial. Em seguida, o militar foi convocado e classificado para compor o efetivo do Regimento, a partir do ano de 1942.

Ressalta-se que, enquanto o Tenente Apollo iniciava sua carreira militar no 1º RI, a Segunda Guerra Mundial estava em andamento. Naquele momento, existia uma forte tensão no mundo sobre as questões militares que envolviam diversos países. Apesar disso, o Brasil mantinha uma política de neutralidade em relação ao conflito, mas seguia todos os protocolos firmados durante as duas primeiras Reuniões de Consulta aos Chanceleres das Repúblicas Americanas sobre a guerra.

Internamente, o governo brasileiro decretou regras a serem adotadas pelos cidadãos brasileiros e/ou estrangeiros em todo o território nacional. A legislação não permitia que os residentes do país praticassem quaisquer atos considerados incompatíveis com os deveres de neutralidade do Brasil.

Após o ataque à base norte-americana de Pearl Harbor, em dezembro de 1941, e diante dos compromissos assumidos no plano internacional pelo governo brasileiro, o ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha, durante a Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, anunciou o rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), já que o conflito estava tomando grandes proporções político-militares.

A declaração de Oswaldo Aranha fez com que diversos navios da Marinha Mercante do Brasil fossem torpedeados e afundados por submarinos alemães e italianos. Em consequência, o governo brasileiro reconheceu a existência de um estado de beligerância com a Alemanha e a Itália. Em 31 de agosto de 1942, a beligerância se transformou em declaração de guerra do Brasil contra os dois países, levando o governo brasileiro a criar a Força Expedicionária Brasileira (FEB).

APOLLO: O PENDOR PELA CARREIRA DAS ARMAS

Apollo Miguel Rezk, nascido em 9 de fevereiro de 1918, era filho de Miguel Jorge Rezk e de Surraia Miguel Rezk. Foi matriculado no 1º ano do curso ginásial do Colégio Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1930, a fim de realizar seus estudos. Após concluir seu curso, Apollo, “aos 17 anos, deu entrada em um requerimento na Escola Militar de Realengo, localizada no Rio de Janeiro”, em 21 de dezembro de 1935, solicitando sua inscrição no exame vestibular para o Corpo de Cadetes daquela instituição de ensino.

O comando da Escola Militar de Realengo publicou, em seu boletim interno nº 25, de 30 de janeiro de 1937, a relação dos candidatos inscritos no curso. Entre eles, estava o nome de Apollo, convocado para comparecer à secretaria daquele estabelecimento de ensino com a finalidade de ser submetido ao exame médico³.

¹Atual 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado (Escola), 1º BI Mec (Es), com sede na Guarnição da Vila Militar, Rio de Janeiro/RJ.

²Pasta individual do Major Apollo Miguel Rezk, acervo do Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

³Ibid.

⁴Ibid.



A Escola publicou, no boletim interno nº 28, de 3 de fevereiro de 1937, o resultado do exame médico dos candidatos, no qual constava o nome de Apollo Miguel Rezk, entre os aprovados⁴. Por ter sido considerado apto, Apollo ficou em condições de prosseguir em uma nova etapa do exame admissional, que ainda iria acontecer naquela Escola. Mais tarde, foi publicado no boletim escolar nº 36, de 13 de fevereiro de 1937, a relação dos candidatos habilitados para realizar a prova escrita de redação e estilística do concurso, onde o nome do Apollo constava para prestar o exame na sala nº 42 do referido estabelecimento de ensino⁵.

Em 12 de março de 1937, no boletim escolar nº 49, foi publicada a convocação de Apollo Rezk para ser submetido a outra fase do concurso: o exame físico. No período determinado pela comissão, o candidato realizou a corrida, percorrendo a distância de 3.300m. O resultado dessa fase foi publicado no boletim escolar nº 55, de 8 de março de 1937, da Escola Militar de Realengo. Embora o jovem Apollo tivesse participado de todo o processo seletivo do concurso, ainda assim não conseguiu ingressar naquele estabelecimento de ensino⁶.

Em virtude disso, Apollo decidiu prestar o exame para o CPOR/RJ, sendo submetido, em 2 de abril de 1937, à inspeção de saúde realizada pela Junta Militar de Saúde, na qual foi julgado apto para o Serviço do Exército. Consequentemente, Apollo foi matriculado no primeiro ano do Curso de Infantaria daquele estabelecimento de ensino, com o número de aluno 761.

Em setembro de 1937, o militar concluiu com aproveitamento a primeira fase do curso de aspirante a oficial, obtendo a média final de 7,31. Após finalizar com êxito a primeira etapa, Apollo foi matriculado para cursar o segundo ano, começando sua atividade a partir de 14 de abril de 1938, “sendo aprovado com a média de acordo com o inciso 1º do artigo 38, do Regulamento para os alunos do CPOR, ficando apto a cursar o terceiro ano naquele estabelecimento de ensino”⁷.

Em 29 de novembro de 1939, o militar concluiu o curso de oficiais, sendo classificado em 10º lugar, em uma turma de 70 alunos. A partir daí, prestou o compromisso do juramento à Bandeira Nacional, conforme o artigo 280, do Regulamento de Continências e respectivo compromisso de aspirante da reserva. Na mesma data, foi declarado aspirante a oficial de 2ª Classe de Reserva de 1ª Linha, de acordo com o artigo 55, do Regulamento do CPOR, sendo desligado por conclusão de curso⁸.

Em 31 de maio de 1941, Apollo foi convocado para frequentar o Estágio de Instrução de três meses no 1º RI, ficando adido à 9ª Companhia (9ª Cia). Após ter concluído com aproveitamento seu exercício profissional, foi desligado do estado efetivo do Regimento Sampaio, no dia 30 de agosto de 1941.

Em 18 de dezembro de 1942, foi publicada a Portaria Ministerial nº 3.196, de 15 de abril do corrente, convocando e classificando o Segundo-Tenente Apollo para compor o efetivo do Regimento Sampaio, como subalterno da 4ª Companhia da 2ª Batalhão⁹. Pelos feitos realizados na subunidade, no dia 12 de maio de 1943, foi elogiado pelo Capitão Carlos Ribeiro Trovão, comandante da companhia:

Louvo, [...] o 2º Tenente Apollo, pelas provas que tem dado de lealdade, interesse, esforço útil, disciplina e capacidades de suas funções, que muito auxiliou este Comando na parte administrativa e disciplinar, quer nos trabalhos de instrução de seu Pelotão¹⁰.

⁴Ibid.

⁵Ibid.

⁷Folhas de alterações do major Apollo Miguel Rezk, acervo do CPOR/RJ.

⁸Ibid.

⁹Folhas de alterações do major Apollo Miguel Rezk, acervo do Regimento Sampaio, atual 1º BI Mec (Es).



Em 17 de maio de 1943, o Tenente-Coronel Adamastor Emilio Haydt, ao passar o comando do 2º Batalhão, concedeu elogio ao Tenente Apollo “pelo acentuado espírito de disciplina e harmonia que possui, pela valiosa cooperação que deu à instrução, muito concorrendo para que o batalhão se apresentasse instruído e disciplinado, pronto a atender às ordens das autoridades superiores”¹¹.

Em 17 de dezembro de 1943, o presidente da República, Getúlio Vargas, conforme o disposto no artigo 28, do Decreto-Lei nº 5.486, de 14 de maio de 1943, promoveu ao posto de primeiro-tenente o Segundo-Tenente Apollo. Após sua promoção, em 27 de dezembro do mesmo ano, o comandante do regimento transcreveu o elogio formulado pelo General Mauricio Cardoso, louvando o militar pela dedicação demonstrada no serviço, cooperando na esfera de suas atribuições para que todas as “ordens sob administração e instrução, emanadas dos escalões superiores, fossem estritas e rigorosamente cumpridas, o que permitiu que, nessa fase de preparação para a guerra, fosse mantida a tradição do Regimento Sampaio”¹².

Os elogios conferidos ao Tenente Apollo por seus superiores confirmam a relevância dos trabalhos que foram desenvolvidos pelo militar durante os exercícios do Regimento Sampaio. Percebe-se que, ao ingressar na carreira das armas, já possuía verdadeiro pendor pela vida da caserna, tornando-se um profissional comprometido, absorvendo todos os conhecimentos estratégicos ministrados nas instruções de campo, já que existia a possibilidade de participação do Brasil no TO da Itália.

CRIAÇÃO E PREPARAÇÃO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Após a declaração de guerra pelo Brasil, inicialmente quase nada foi feito, na prática, de modo a preparar uma força militar capaz de combater as tropas do Eixo, já que o Exército Brasileiro possuía poucos recursos financeiros, assim como existia muita dificuldade em organizar uma tropa nos moldes estabelecidos pelos norte-americanos.

Inicialmente, a principal preocupação do Alto Comando do Exército era reforçar o Saliente Nordeste, uma vez que havia a possibilidade de o país ser invadido naquela região. O General João Baptista Mascarenhas de Moraes, comandante da 7ª Região Militar (7ª RM), antes de assumir o comando da FEB, “desenvolveu um grande esforço para aparelhar a localidade, aumentando seus efetivos militares e usando todos os meios colocados à sua disposição” (Silveira, 2001, p. 49).

O esforço feito pelo comandante da 7ª RM foi reconhecido pelos Aliados, em particular pelo presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Franklin Delano Roosevelt. Em virtude disso, o Presidente Roosevelt procurou saber se as “tropas brasileiras poderiam ocupar as ilhas portuguesas situadas na costa da África (Açores, Ilha da Madeira e Ilha do Sal), onde havia importantes posições estratégicas, uma vez que o Brasil tinha grandes laços de amizade com Portugal” (Ibid., p. 50).

¹⁰Ibid.

¹¹Ibid.

¹²Ibid.

Em resposta, o presidente brasileiro informou que poderia enviar tropas para ocupar a região, desde que fosse disponibilizado material adequado ao cumprimento da missão. O assunto, no entanto, não passou de uma simples sondagem do governo estadunidense, visto que já havia supostas negociações acerca do emprego de tropas brasileiras no conflito, sem que ainda estivesse definida a localidade.

Apesar de haver várias especulações no tocante à utilização das tropas brasileiras, “a criação da FEB teve como marco inicial a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos [CMMBEU] e, como ponto de partida, a autorização que o Presidente Getúlio Vargas deu ao General Leitão de Carvalho, no dia 29 de março de 1943” (Ibid., p. 51).



Figura 1 – O Tenente Apollo ao volante de um jipe, durante a preparação da FEB

Fonte: Monteiro, 2006

A partir daí, deu-se início ao planejamento, em conjunto, entre os oficiais brasileiros e norte-americanos, buscando uma forma de empregar a FEB no TO da Itália. Na verdade, as tropas brasileiras já estavam se preparando para uma possível participação no conflito.

Ao examinar a pasta do Regimento Sampaio, preservada no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), verifica-se que, em 1942, o 1º RI realizou diversas manobras no Rio de Janeiro, em geral, nas regiões de Bangu, Angra dos Reis e Honório Gurgel. Embora o adestramento das organizações militares (OM) seja muito comum no âmbito do Exército Brasileiro, mesmo assim, acredita-se que já era esperada a possibilidade de ser emitido um decreto com a finalidade de regular a formação de um contingente para atuar na Itália.

Em 9 de agosto de 1943, foi publicada a “Portaria Ministerial nº 4.744, estabelecendo as primeiras medidas de estruturação da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE)” – (Moraes, 2005, p. 25), fixando diversas OM, entre elas o Regimento Sampaio. Após a publicação da portaria, o General Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, enviou um telegrama “urgentíssimo” ao General Mascarenhas de Moraes, perguntando se ele aceitaria comandar uma



das divisões que constituiriam o Corpo Expedicionário. Em seguida, o militar respondeu afirmativamente, já que existia a possibilidade de comandar as tropas brasileiras na Itália.

Em 7 de outubro de 1943, o General Mascarenhas de Moraes foi designado para organizar e instruir a 1ª DIE. Sua primeira obrigação, no entanto, foi realizar um estágio nos EUA de modo a adquirir conhecimentos necessários, nos moldes norte-americanos, visando adestrar as tropas brasileiras para atuar nos campos de batalha. Na época, o Exército Brasileiro estava sendo instruído por uma operosa Missão Militar Francesa (Ibid., p. 27) no tocante à organização, aos regulamentos e a todos os processos de combate que eram baseados na chamada “escola francesa”.

A necessidade de nivelar as tropas brasileiras acarretou uma série de problemas, alguns de difícil solução. Mesmo assim, em curto prazo, foram feitas várias modificações, proporcionando uma satisfatória eficiência da 1ª DIE. A partir daí, o Regimento Sampaio começou a realizar a “inspeção de saúde nos militares da OM, a fim de transformar o atual efetivo do Regimento Sampaio em uma [...] organização do tipo FEB, a partir de 2 de janeiro de 1944”¹³.

Em virtude da nova organização, em 21 de fevereiro de 1944, “o batalhão foi inesperadamente visitado por oficiais do Exército dos EUA, os quais ficaram magnificamente impressionados pela rapidez e ordem com que o regimento atendeu aos toques de formatura”¹⁴. Consequentemente, no dia 1º de março de 1944, a unidade foi elogiada pelo Coronel Milton Hill, dos EUA, “que enviou ao batalhão as suas sinceras congratulações pela ótima apresentação da OM, cujo garbo e entusiasmo realmente impressionaram, deixando bem antever o seu alto padrão de eficiência”¹⁵.

Apesar de o elogio constar nas folhas de alterações do Tenente Apollo, percebe-se que o reconhecimento ocorreu, possivelmente, de forma coletiva, pois os mesmos dizeres estão escritos na pasta do Regimento Sampaio, retirada do AHEx, com enaltecimentos a todo o efetivo do Batalhão. A partir dessa visita, assim como os elogios proferidos pelos militares dos EUA, constatou-se efetivamente a oportunidade de o Exército Brasileiro ser realmente empregado nos campos de batalha da Itália.

Partindo desse pressuposto, os exercícios das tropas brasileiras se intensificaram em várias localidades do Brasil. O Regimento Sampaio, por exemplo, na noite do dia 29 de junho de 1944, “deslocou-se de sua sede para a região sudeste de Santa Cruz a fim de tomar parte nas manobras da 1ª DIE, constituindo o grupamento de instrução nº 1, sob o comando do Coronel Aguinaldo Caiado de Castro”¹⁶.

DO EMBARQUE NO RIO DE JANEIRO AO DESEMBARQUE DA FEB NA ITÁLIA

Em 1º de julho de 1944, o batalhão retornou da manobra, por via férrea e rodoviária, chegando à zona oeste do Rio de Janeiro. Ao regressar do exercício militar, o jornal *A Noite* ofereceu ao Regimento um rico estandarte de guerra, entregue na presença do General Eurico Gaspar Dutra. No mesmo ato, o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, abençoou a insígnia.

¹³Pasta do Regimento Sampaio, acervo do AHEx.

¹⁴Ibid.

¹⁵Ibid.

¹⁶Ibid.



Após a manobra de Santa Cruz, o Tenente Apollo foi elogiado por seu comandante de regimento, pelos excelentes resultados, por ocasião da finalização da etapa de organização de embarque da OM. O Coronel Caiado fez uma menção honrosa ao militar por enfrentar, com sinceridade e entusiasmo, os inúmeros complexos problemas “que se apresentaram e os resolveu com inteligência e habilidade. [...] Semelhante resultado só poderiam ser obtidos, pela dedicação dos quadros e exata compreensão dos deveres por todos revelados e pela extraordinária harmonia reinante nesta Unidade”¹⁷.

O elogio proferido pelo comandante do batalhão, assim como a entrega do estandarte de guerra, eram evidências de que, a qualquer momento, o RI poderia embarcar para o TO da Itália. Sendo assim, em 22 de setembro de 1944, o Regimento Sampaio, com um efetivo de cerca de 167 oficiais e 3.265 praças, sob o comando do Coronel Caiado, embarcou, pelo armazém nº 11, do porto do Rio de Janeiro, no navio de transporte da Marinha de Guerra dos EUA *USS Gen. W. A. Mann*, com destino ao conflito¹⁸.

Três escalões embarcaram com destino à zona de conflito. O primeiro embarque ocorreu em 2 de julho de 1944, sob o comando do General Euclides Zenóbio da Costa, tendo chegado a Nápoles no dia 16 de julho. Em 22 de setembro do mesmo ano, embarcou o segundo escalão, comandado pelo General Oswaldo Cordeiro de Faria, chegando a Nápoles no dia 6 de outubro. Quanto ao terceiro escalão, o embarque também ocorreu no dia 22 de setembro, tendo como chefe imediato o General Olympio Falconière da Cunha, chegando a Nápoles também no dia 6 de outubro de 1944 (Moraes, 2005).

Segundo Ruy Leal Campello, durante os deslocamentos dos navios, foi exigida rigorosa disciplina, assim como um extenuante trabalho por parte de oficiais e graduados, de modo a cumprir as ordens da tripulação. Campello menciona haver constantes “exercícios de desembarque, abandono do navio e alarme antiaéreo [...] que mantinham a tropa em permanente atenção” (Campello, 1999, p. 25). Além disso, o serviço de permanência nos compartimentos da embarcação era realizado pelos oficiais. Assim sendo, os militares deveriam usar os coletes salva-vidas, considerados de caráter obrigatório para todos os tripulantes e passageiros do navio.

Segundo consta nos documentos extraídos da pasta do Regimento Sampaio, a embarcação que estava levando as tropas brasileiras chegou, por volta das 8h, ao porto de Nápoles/Itália. Por determinação superior, o regimento menos duas companhias do 2º Batalhão – a 4ª e a 5ª – continuou embarcado. As companhias seguiram para a região de Bagnoli, subúrbio de Nápoles, já que não existiam alojamentos para todos os militares da FEB¹⁹.

Para Joaquim Xavier da Silveira, os escalões, ao chegarem a Nápoles, foram ocupando vários pontos do TO. Segundo Silveira, a tropa do primeiro escalão deslocou-se do acampamento de Agnano para a localidade de Bagnoli, iniciando o período de adaptação e treinamento. “Em Bagnoli, o comando americano teve oportunidade de conhecer melhor os soldados brasileiros, seu estado de saúde, aptidão física e disciplina” (Silveira, 2001, p. 65).

¹⁷Folhas de alterações do Major Apollo Miguel Rezk, acervo do Regimento Sampaio, atual 1º BI Mec (Es).

¹⁸Pasta do Regimento Sampaio, acervo do AHEx.

¹⁹Ibid.



Silveira afirma que os soldados do segundo e terceiro escalões desembarcaram em Nápoles no dia 6 de outubro de 1944. Em seguida, foram deslocados por barcas tipo LCI²⁰ da Marinha dos EUA para o porto de Livorno, chegando por volta das 14h do dia 11 de outubro (Ibid., p. 67), “desembarcando somente as turmas de estacionadores, que se dirigiram à região de Vecchie, chegando às 19h a fim de prepararem o acampamento”²¹. Os demais componentes do batalhão foram transportados em caminhões para a região da Tenuta di San Rossore, aonde os seus últimos elementos chegaram às 16h do dia 12 de outubro de 1944.

A CONQUISTA DE MONTE CASTELLO E SUAS PRIMEIRAS CONDECORAÇÕES

Na pasta do Regimento Sampaio, consta que, em 22 de novembro de 1944, a unidade entrou em linha na frente de combate, substituindo o 6º Regimento de Infantaria (6º RI) na região de Porreta. No mesmo dia, devido às fortes ações do inimigo, a unidade acabou perdendo três militares em combate. Em 23 de novembro de 1944, os alemães investiram fortemente durante toda a noite contra a 5ª Companhia e o 3º Batalhão, sendo repelidos pelos soldados brasileiros. No dia 27 de novembro, os ataques continuaram, dessa vez com os aviões inimigos sobrevoando as posições brasileiras, lançando bombas sobre as ravinas. Segundo consta na pasta do Regimento Sampaio, foi a primeira vez que a unidade teria sido hostilizada pela aviação inimiga.

O Coronel Caiado elogiou os integrantes do regimento pelo entusiasmo e bravura, afirmando que os conhecimentos adquiridos puderam suportar “com calma e sangue-frio serrado [*sic*] bombardeio do inimigo [...], que lançou mais de mil granadas de morteiros e artilharia. Inclusive, projetis incendiários sobre as posições das tropas brasileiras, além de pequeno bombardeio aéreo”²².

Ressalta-se que o soldado brasileiro estava diante de um inimigo poderoso, bem adestrado, fanatizado por ideias de prepotência, gozando da supremacia do terreno e aproveitando a baixa temperatura existente na localidade. Embora os pracinhas estivessem em terras estranhas, enfrentando todos os males, não se acovardaram. Pelo contrário, cientes de seus deveres para com a pátria, marcharam firmes para o combate.

Em 6 de dezembro de 1944, começaram outros estudos para um novo ataque a Monte Castelo. O comandante do V Exército queria retomar a ofensiva antes do inverno. Para isso, “o comandante do IV Corpo determinou à 1ª DIE, como operação preliminar, capturar e manter a crista Belvedere-Della Torracchia”²³. Sendo assim, “o chefe brasileiro acompanhado dos Generais Zenóbio da Costa e Cordeiro de Farias, de seus chefes de estado-maior e dos chefes de 3ª seção procederam cuidadosamente o reconhecimento do terreno, tendo em vista o cumprimento da missão recebida” (Moraes, 2005, p. 115).

O General Mascarenhas de Moraes sabia da importância que representava a posição de Monte Castelo, já que a conquista da região, antes que toda sua tropa entrasse em linha, seria considerada um ponto estratégico muito importante para os Aliados. Para Silveira, “a dificuldade do terreno em que operava a tropa brasileira era imensa, basta dizer que todas as estradas que serviam ao vale ficavam ao alcance dos tiros de morteiros e, em inúmeros trechos, de tiros diretos das armas automáticas” (Silveira, 2001, p. 160).

²⁰LCI – Landing Craft Infantry, embarcação de desembarque de infantaria.

²¹Pasta do Regimento Sampaio, acervo do AHEx.

²²Folhas de alterações do Major Apollo Miguel Rezk, acervo do Regimento Sampaio, atual 1º BI Mec (Es).

²³Instruções de Operações nº 72, de 5 de dezembro de 1944.



O dia 12 de dezembro de 1944 foi a data marcada pelo comando para as tropas brasileiras realizarem mais uma ofensiva a Monte Castelo. Kepler Borges afirma que os meios utilizados pelas tropas brasileiras, dessa vez, na luta contra o oponente estrangeiro, seriam mais eficazes. Segundo o autor, “o ataque teve início com o 2º e 3º Batalhões do 1º RI, apoiados por três grupos de artilharia, Companhia de Obuses do 1º e do 11º RI e a Companhias de Petrechos Pesados do 11º RI” (Borges, 1947, p. 74).

Silveira assevera que, embora o cenário estivesse pronto, mesmo assim seria um dos mais duros combates a ser enfrentado pela FEB. Segundo o autor, quando amanheceu o dia, já era evidente “ver diversos grupamentos de homens que se esgueiravam, na tentativa de atingir seus objetivos. O inimigo, que guarnecia as cristas do morro, vigilante, a cavaleiro da situação, desencadeou tremenda barragem de fogo” (Silveira, 2001, p. 163).

No dia escolhido para atacar a região, a localidade estava sobre forte influência do clima (chuva e nevoeiro), assim como as condições do terreno não eram favoráveis (íngreme, enlameado e escorregadio), dificultando o deslocamento dos soldados brasileiros. Para Branco (1960, p. 269), outros fatores também prejudicaram o avanço das tropas, como, por exemplo, “a falta de agressividade dos carros de combate, que se limitaram a realizar fogos longínquos sobre certos alvos, bem como a ausência da força aérea, mais uma vez tramada pelo tempo reinante”.

Embora as tropas brasileiras não tivessem obtido muito sucesso no dia 12 de dezembro, o pelotão do Tenente Apollo conseguiu atacar algumas casamatas, conforme consta em suas folhas de alterações. Na ocasião, o Major Syseno Sarmento, comandante do 2º Batalhão, elogiou-o pelo entusiasmo e pela bravura durante o ataque realizado no dia 12 de dezembro, quando avançou com seu pelotão, “ultrapassando as primeiras organizações inimigas e assaltando as casamatas, sendo colhido por fogos intensos de armas automáticas pela frente, flancos e retaguarda, só retraindo depois de sofrer numerosas perdas e ser impossível manter o ponto atingido”²⁴.

Apesar de o pelotão do Tenente Apollo ter realizado um excelente trabalho, ainda assim foi insuficiente para conquistar a localidade. Possivelmente, a FEB tenha enfrentado uma região de difícil acesso em toda a Campanha da Itália. O General Mascarenhas de Moraes, em “suas memórias, inclusive confessa o fracasso com grande amargura, apesar de o General Crittenberger reconhecer que os sucessivos ataques brasileiros a Monte Castelo tenham desafogado bastante a pressão do inimigo no flanco direito do IV Exército” (Silveira, 2001, p. 167).

Em 8 de fevereiro de 1945, o General Crittenberger convocou os comandantes de suas divisões a fim de realizar uma reunião em seu quartel-general (QG), na localidade de Lucca. Na oportunidade, compareceu o General Zenóbio da Costa, respondendo pelo comando, já que o General Mascarenhas de Moraes estava em Nápoles. O comandante interino estava “acompanhado do Tenente-Coronel Castello Branco, chefe da 3ª Seção do Estado-Maior da 1ª DIE, e do Major Vernon Walters, oficial norte-americano nas funções de intérprete” (Branco, 1960, p. 126).

Durante a reunião, foi divulgado o novo plano americano destinado a conquistar a Linha Gótica²⁵, que consistia em uma grande ofensiva prevista para a segunda quinzena de fevereiro de

²⁴ Folhas de alterações do Major Apollo Miguel Rezk, acervo do Regimento Sampaio, atual 1º BI Mec (Es).

²⁵ A Linha Gótica foi uma das últimas e grandes defesas elaborada pelos alemães na Segunda Guerra Mundial. Construída em uma extensão de 280km, a série de linhas de defesa nazifascistas, no norte da Itália, partia da região costeira do Mar Tirreno, nas regiões de Carrara e La Spezia, passava pela cadeia de montanhas dos Apeninos e terminava a leste, nas áreas de Pesaro e Rimini. Sua finalidade principal era retardar ao máximo, e se possível bloquear, os avanços aliados na Campanha da Itália. Ver O'REILLY, Charles. *Forgotten battles: Italy's war of liberation, 1943-1945*. Lexington: Lexington Books, 2001.



1945. A incursão, inicialmente, “seria realizada pelo IV Corpo [...], de ampla envergadura e que seria desfechada na estação primaveril” (Ibid.). A missão de atacar Monte Castelo, contudo, só foi confirmada “na ordem do IV Corpo, expedida para o QG brasileiro em 12 de fevereiro de 1945. A notícia foi recebida com grande júbilo pela oficialidade” (Silveira, 2001, p. 168). Silveira menciona que os insucessos anteriores da FEB haviam produzidos inúmeras frustrações ao comando, assim como na tropa, mas agora era a hora de demonstrar o entusiasmo dos soldados brasileiros perante a nova missão (Ibid., p. 169).

Em 16 de fevereiro de 1945, foi marcada uma nova reunião pelo Alto Comando Aliado, no QG do IV Corpo, com a presença de vários oficiais, em especial, os dois comandantes das divisões que participariam dos ataques, os Generais Mascarenhas de Moraes, pela FEB, e George Price Hays, comandante da 10ª Divisão de Montanha dos EUA, de modo a traçar mais detalhes da missão. Após o encontro, foram organizados os preparativos finais para a grande operação, sendo “escolhido o posto de comando (PC) do comandante da 1ª DIE, em C. Gadelle, magnífico posto de observação em cujas proximidades também foi instalado o PC do General Cordeiro de Farias, que iria comandar a artilharia a ser empregada no ataque” (Ibid., p. 170).

Na madrugada do dia 20 para 21 de fevereiro de 1945, “o 1º RI iniciou a quarta ofensiva contra Monte Castelo, ocupando Fornace com o 1º Batalhão, e C. Viteline e as Cotas 718, 744 e 779, com o 3º Batalhão” (Borges, 1947, p. 76). O autor afirma que, ao amanhecer do dia 21, o 1º Regimento lançou-se na ofensiva, com apoio total [...] “dos aviões brasileiros e norte-americanos, que bombardearam e metralharam as posições inimigas no decorrer de toda a operação de ataque” (Ibid.). O combate se prolongou, porém, durante todo o dia, já que as dificuldades do terreno e a resistência do inimigo tornaram a progressão lenta e difícil para a FEB.

Finalmente, a partir das 17h40min do dia 21, após horas e horas de renhida luta, o 1º RI ocupou definitivamente a tão cobiçada elevação. A região representou o caminho para a vitória das forças brasileiras no TO. “Pouco depois, iniciou-se a limpeza de seu terreno, que se prolongou durante toda a noite de 21 para 22 de fevereiro de 1945, quando ainda se faziam prisioneiros” (Ibid.).

Após a ocupação de Monte della Casellina, o objetivo da divisão brasileira seria a tomada da linha Roncovecchio-Seneveglio, que poderia chegar à “região da Cota 958-La Serra, onde tinham sido assinaladas numerosas armas automáticas inimigas” (Moraes, 2005, p. 136). Desse modo, o comandante da 1ª DIE, dentro do espírito da missão atribuída à sua tropa, encarou que a conquista da localidade “seria um desdobramento do Monte della Torraccia, o que seguramente proporcionaria um consequente desafio aos montanhese norte-americanos detidos em La Posione e adjacências” (Ibid.).

Coube ao 2º Batalhão do Regimento Sampaio realizar a ação pela linha do Malandrone (Cota 826)–Bela Vista (Cota 907), durante o anoitecer do dia 23 de fevereiro de 1945. No mesmo dia, após a preparação da artilharia e dos morteiros, a 6ª Companhia do batalhão saiu em busca de conquistar a linha da Cota 958-La Serra. Segundo Borges, houve uma intensa perseguição aos oponentes, já que eles ocupavam as posições privilegiadas. Mesmo assim, “os valentes soldados do batalhão avançaram sem esmorecimento e certos da vitória, desalojando o inimigo de suas casamatas e repelindo com fortes contra-ataques” (Borges, 1947, p. 79).

Moraes afirma que, embora tenham ocorrido diversas tentativas, ainda assim, a 6ª Companhia do 2º Batalhão, “reforçada por alguns pelotões, depois de obstinada resistência, provocou uma

verdadeira balbúrdia no dispositivo da 232ª Divisão de Infantaria alemã. O fato foi declarado posteriormente por alguns prisioneiros da grande unidade inimiga” (Moraes, 2005, p. 136-137). A vitória da FEB na região da Cota 958-La Serra só ocorreu, todavia, no dia 25 de fevereiro de 1945.

Diante da preciosa conquista, o Capitão Wolfango Teixeira de Mendonça, comandante da 6ª Companhia, formulou o seguinte elogio ao Tenente Apollo, no dia 22 de março de 1945:

Ao 1º Tenente Apollo Miguel Rezk, para quem cada ação de combate é um pretexto para evidenciação de suas belas qualidades de soldado, pela excelência no comando de pelotão, conduzindo ao objetivo mais pelo exemplo do denodo de seu chefe do que por simples ordens aos subordinados, conquistou La Serra, em cujas ruínas se mantiveram até serem evacuados algumas horas depois de ser ferido. [...] Suportou contra-ataques e esteve cercado durante quase toda a primeira noite. Fez cinco prisioneiros enquanto no comando do pelotão, sendo ferido em combate, permanecendo cerca das 23 horas do dia 23 de fevereiro, só podendo ser evacuado na manhã seguinte, cerca das 10 horas, devido ao intenso bombardeio da artilharia e morteiros a que estava sujeito sua posição. [...] Mesmo ferido, contra-atacado e cercado, em momento algum pensou em retrair. Revelou bravura, firmeza e acerto de decisão, excepcional calma em presença do inimigo, exata noção de seus deveres em combate a par de elevados sentimentos de honra militar e superior capacidade de sacrifício²⁶.

Borges (1947) afirma que Monte Castelo, em especial, a região de La Serra, sempre será lembrado, pois representa a bravura dos soldados brasileiros que tombaram em combate nessa localidade. A coragem do Tenente Apollo, “mesmo ferido por uma granada inimiga” (Mergulhão, 2014, p. 147), evidenciou seu compromisso com a pátria, no momento em que a 1ª DIE mais precisava dele para conquistar a Cota 958. As qualidades do Tenente Apollo foram reconhecidas pelo comandante do V Exército, que acabou agraciando o militar com a medalha Silver Star, conforme publicado no Boletim Interno nº 83, de 24 de março de 1945, da 1ª DIE (**figura 2**)²⁷.

Segundo o historiador Carlos Daróz (2010), a medalha Silver Star (que, em português, significa “Estrela de Prata”) é considerada a terceira mais alta condecoração militar que pode ser concedida a um membro das Forças Armadas dos EUA, e o terceiro maior prêmio dado por valor diante do inimigo. A medalha foi criada em 1932, originalmente a fim de agraciar apenas militares americanos pelo ato de bravura em ação contra um inimigo dos EUA, mas, depois, acabou sendo concedida a outras personalidades, inclusive estrangeiros (Ibid.).

Após o recebimento da comenda, o general comandante da 1ª DIE mandou publicar, no Boletim Interno nº 99, de 9 de abril de 1945, o seguinte elogio:

Ao 1º Tenente Apollo Miguel Rezk, o seu pelotão integrava a 6ª Cia no ataque à linha La Serra-Cota 958 e no conjunto da subunidade, apossar-se de La Serra. Na primeira parte da noite se lança na ação. Não obstante o violento bombardeio de artilharia e de morteiros que caiu sobre o terreno, o pelotão progride; alcança o objetivo, investe contra a posição e nela se instala sumariamente. Não terminou, porém, o esforço do pelotão do Tenente Apollo. Imediatamente, porém, os alemães contra-atacavam seu resultado, uma vez que a resistência dos brasileiros era forte. O Tenente Apollo foi ferido, e só na manhã seguinte pôde ser evacuado por causa dos constantes bombardeios e dos contra-ataques dos inimigos. A personalidade, a tenacidade, o destemor do Tenente Apollo constituem belos exemplos, dignos da tropa brasileira²⁸.



Figura 2 – O Tenente Apollo ostentando sua Silver Star, recebida pelos atos de bravura na região de La Serra
Fonte: Monteiro, 2006

Em 16 de abril de 1945, o Tenente Apollo foi elogiado pelo comandante do Regimento Sampaio, Coronel Caiado, por ter conquistado a Cota 958-La Serra. Apesar do intenso bombardeio, da forte resistência e de vários contra-ataques de inimigos, o pelotão do militar “facilitou o avanço das tropas norte-americanas no flanco esquerdo, garantindo nova base de partida e realizando operações audaciosas e de grande alcance para as operações”²⁹.

Os elogios que foram consignados ao Tenente Apollo demonstram a importância da região para o avanço das tropas aliadas. A conquista de La Serra sempre estará ligada à bravura dos soldados brasileiros que deram suas vidas em prol de um bem comum. Para Silveira, a vitória de Monte Castelo deu um grande alívio às tropas brasileiras, assim como para o comando da 1ª DIE (Silveira, 2001, p. 174). O General Willis D. Crittenger, comandante do IV Corpo de Exército, mandou felicitar os militares brasileiros pela conquista de La Serra, já que a região era considerada de suma importância para as operações futuras.

²⁶ Folhas de alterações do Major Apollo Miguel Rezk, acervo do Regimento Sampaio, atual 1º BI Mec (Es).

²⁷ Ibid.

²⁸ Ibid.

²⁹ Ibid.



A TOMADA DE MONTESE, RENDIÇÃO ALEMÃ E AS MEDALHAS RECEBIDAS

Em 14 de abril de 1945, as forças do V Exército iniciaram uma ofensiva em outra localidade, onde a FEB ficou responsável por duas frentes bem definidas. Segundo Moraes (2005), a primeira fase foi o lançamento de patrulhas, “constituídas de pelotões reforçados por turmas de mineiros, destinados a capturar a linha Casone-II Cerro-Possessione-Cota 745; a segunda constou de uma ação de ruptura que se propunha a conquistar a região de Montese-Cota 888-Montello” (Moraes, 2005, p. 165).

As patrulhas foram liberadas a partir das 10h15min, no mesmo momento em que a 10ª Divisão de Montanha iniciava sua ofensiva. Cláudio Skora Rosty afirma que os primeiros pelotões se deslocaram, a fim de ocupar as posições mais adiante, servindo de linha de partida para a ofensiva propriamente dita. “Apesar dos intensos fogos da artilharia inimiga, os pelotões avançaram, demonstrando elevado espírito combativo, conseguindo conquistar, à custa de muitos esforços, a Cota 749 (noroeste de Casore), Il Cerro-Possessione-Cota 750” (Rosty, 2023).

Após o encerramento da primeira fase, em que foram conquistados todos os pontos determinados às diversas unidades, a partir das 13h30min, teve início uma nova preparação de ataque pela artilharia, “cabendo aos pelotões da testa abrir passagens para os demais” (Ibid.). Nessa incursão, porém, a FEB “contou com o apoio dos blindados e dos fumígenos de uma companhia de morteiros químicos, todos pertencentes aos norte-americanos” (Moraes, 2005, p. 166).

O combate assumiu grandes proporções, demonstrando que o inimigo não iria se render facilmente, já que os alemães não davam trégua e reagiam fortemente aos ataques da tropa brasileira. Apesar de os alemães defenderem com exemplar tenacidade as posições, a artilharia comandada pelo General Cordeiro de Farias fez a diferença no combate. Para Moraes (2005), a região de Montese era um objetivo de grande importância e de significação especial na manobra da ofensiva do IV Corpo (Ibid., p. 174).

Em 15 de abril, o 11º RI continuou o ataque, “procurando conquistar o objetivo representado pela linha geral da Cota 888-Montello, coberto à direita pela progressão do 2º Batalhão do Regimento Sampaio rumo à Cota 778”, uma vez que, ao conquistar a posição, poderia facilitar o prosseguimento das operações. De acordo com Moraes, “os batalhões do escalão atacaram em busca dos seus ideais, mas foram fortemente hostilizados por bombardeios incessantes de morteiros e canhões” (Ibid., p. 169). Mesmo assim, a elevação foi conquistada.

Segundo Rosty, no mesmo dia, por volta das 15h30min, “a 6ª Companhia determinou ao pelotão do Tenente Apollo que atacasse a Cota 758 e procurasse soldar-se a Prossessione, onde se encontrava o pelotão do Tenente Rosa” (Rosty, 2023). Apesar dos esforços, o Tenente Apollo não conseguiu progredir no terreno, permanecendo na Cota 744, já que os soldados receberam intensos bombardeios da artilharia e de morteiros do inimigo, instalados naquele reduto. Moraes afirma que, durante quatro dias, a artilharia alemã martelava com severidade os soldados brasileiros. Nesse período, “somente o maciço de Montese recebeu mais tiros da artilharia inimiga que o restante da frente do IV Corpo, guarnecida então por quatro divisões” (Moraes, 2005, p. 174).

Nas folhas de alterações do Tenente Apollo, consta a transcrição publicada nos boletins internos, em junho de 1945, pela 1ª DIE, dos elogios coletivos elaborados pelos Generais Mark W. Clark, comandante do XVI Grupo de Exércitos, e Willis Crittenberger, comandante do IV Corpo de

Exército, referindo-se ao apoio prestado pelo Brasil aos EUA, durante a Campanha da Itália. Os elogios demonstram que: “a DIE teve uma parte importante na longa campanha, agora, felizmente terminada. [...] a contribuição do Brasil foi vital para a vitória e a captura da 148ª DI Alemã”³⁰.



Figura 3 – O Tenente Apollo recebe a Distinguished Service Cross, o maior prêmio que o Exército dos EUA pode conceder a militares e estrangeiros, das mãos do General Lucian Truscott, comandante do V Exército dos EUA (Itália, 19 de maio de 1945)

Fonte: Monteiro, 2006

A partir do dia 3 de junho de 1945, “de acordo com o calendário do Co-mando do Teatro de Operações da Itália, as unidades brasileiras iniciaram os seus deslocamentos para a área de Francolise” (Ibid., p. 233), nas proximidades de Nápoles, a fim de aguardar o dia do regresso ao Brasil. Os deslocamentos “foram feitos em transporte automóvel, por Gênova–Livorno–Roma–Francolise; em via-férrea por Bolonha–Livorno–Francolise; e por via marítima, entre Livorno e Nápoles” (Ibid., p. 235).

Finalmente, o general Mascarenhas de Moraes determinou que a regra para o embarque dos escalões deveria ocorrer em respeito à antiguidade, de acordo com o estabelecido no TO, assim como em obediência à necessidade de serviço. “Estava assim traçado o modo pelo qual seria processado o regresso das unidades e dos diversos órgãos do Primeiro Escalão da FEB” (Ibid., p. 236).

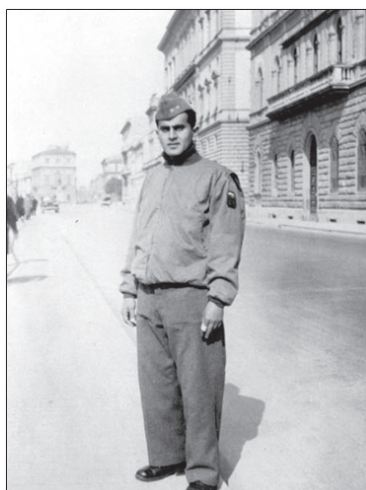


Figura 4 – Apollo Miguel Rezk fotografado na Itália, no final da guerra

Fonte: Monteiro, 2006

³⁰ Ibid.



No dia do embarque, foram empregados navios de transporte norte-americanos, bem como outras embarcações brasileiras, convenientemente adaptados para cumprir a missão. Sendo assim, as tropas brasileiras iniciaram o deslocamento de regresso ao Brasil, a partir do porto de Nápoles. Segundo Moraes, foram enviadas algumas relações de pessoas que estavam embarcadas nos navios a fim de que fosse preparada uma recepção na chegada ao Rio de Janeiro (Ibid., p. 238). O desembarque das tropas no Brasil aconteceu em diversos momentos, já que a FEB foi dividida em vários escalões. Dessa forma, o último escalão da força brasileira chegou em 3 de outubro de 1945.

Em 8 de dezembro de 1945, consta nas folhas de alterações do Tenente Apollo uma publicação, registrando que foi agraciado, em 15 de agosto de 1945, com a Medalha de Campanha, de acordo com o Decreto-Lei nº 16.821, de 13 de outubro de 1944. A condecoração tinha por finalidade homenagear os oficiais da ativa, da reserva e reformados, e civis que prestaram serviços relevantes de quaisquer naturezas, referentes ao esforço de guerra, preparo de tropa, ou desempenharam missões especiais confiadas pelo governo brasileiro, dentro ou fora do país.

Em 21 de janeiro de 1946, foi publicado, nas folhas de alterações do tenente Apollo, que ele recebeu do presidente da República a Medalha Cruz de Combate de 1ª Classe, criada pelo Decreto nº 6.795, de 17 de agosto de 1944, entregue em solenidade realizada no Forte Duque de Caxias.

Em 1º de março de 1946, foi publicado, nas folhas de alterações do Tenente Apollo, o recebimento da Medalha de Sangue, com o respectivo diploma, no dia 21 de fevereiro de 1946³².

Além dessas condecorações, o presidente da República, em decreto do dia 29 de junho de 1947, resolveu conceder a Medalha de Guerra ao Tenente Apollo, cujo ato foi publicado nas folhas de alterações do militar naquele ano³³.

CONCLUSÃO

Neste trabalho de pesquisa, foi possível observar a notável trajetória militar do Tenente Apollo nos campos de batalha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Para isso, foram analisados documentos extraídos de fontes primárias, pertencentes ao AHEx, CPOR/RJ, assim como ao Regimento Sampaio, unidade na qual incorporou e pela qual lutou durante todo o conflito. Além disso, foram utilizadas obras de autores renomados na historiografia produzida sobre a FEB.

A investigação buscou verificar os feitos realizados pelo Tenente Apollo Rezk nas ações que foram confiadas ao seu pelotão. Durante o estudo, ficou evidente que o militar contribuiu de maneira decisiva em diversas missões, conquistando pontos importantes para a 1ª DIE, sendo reconhecido por seus superiores, e, conseqüentemente, recebendo diversos elogios, como, por exemplo, por ocasião da conquista da Cota 958-La Serra, quando, mesmo ferido, manteve seu pelotão em posição de combate.

Luiz Mergulhão (2014) observa, em seu livro *Major Apollo, o herói esquecido*, que o comandante do Regimento Sampaio admitiu que a vitória da Cota 958-La Serra foi de grande relevância para o curso da guerra na região de Monte Castelo. O General Crittenberger, comandante do IV

³²Folhas de alterações do major Apollo Miguel Rezk, acervo do Regimento Sampaio, atual 1º BI Mec (Es).

³³Ibid.



Corpo, mandou elogiar os militares brasileiros envolvidos na conquista da posição, já que a região representava um triunfo importante para as operações subsequentes.

As folhas de alterações do Tenente Apollo registram todas as missões que foram a ele confiadas no decorrer da guerra. O resultado incidiu no recebimento de menções elogiosas e condecorações nacionais e estrangeiras, evidenciando o reconhecimento de seus superiores pelos feitos nos campos de batalha da Itália.

Percebe-se, no entanto, que o presente estudo não esgota todas as facetas relacionadas com o Tenente Apollo na Segunda Guerra Mundial, mas abre caminho para novas pesquisas associadas ao tema, que explorem sua trajetória pessoal e o papel desempenhado pelos oficiais da reserva na FEB, a fim de revelar novos fatos importantes que não foram abordados nesta pesquisa.

FONTES DOCUMENTAIS

Folhas de alterações do Major Apollo Miguel Rezk, acervo do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro.

Folhas de alterações do Major Apollo Miguel Rezk, acervo do Regimento Sampaio, atual 1º Batalhão de Infantaria Mecanizada (Escola).

Pasta do Regimento Sampaio, acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Pasta individual do Major Apollo Miguel Rezk, acervo do Arquivo Histórico do Exército.

BIBLIOGRAFIA

BORGES, Kepler. *O Brasil na guerra*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho, 1947.

BRANCO, Manoel Thomaz Castelo. *O Brasil na II Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

CAMPELLO, Ruy Leal. *Um capitão de infantaria da FEB*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

DARÓZ, Carlos. Condecorações: a Estrela de Prata (Silver Star). *Carlos Daróz-História Militar*, 20 fev 2010. Disponível em: <<http://darozhistoriamilitar.blogspot.com/2010/02/condecoracoes-estrela-de-prata-silver.html>>. Acesso em: 26 out 2023.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MCCANN; Frank D. *Aliança Brasil Estados Unidos: 1937/1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MERGULHÃO, Luiz. *Major Apollo, o herói esquecido*. Rio de Janeiro: [s.e.], 2014.



MORAES, João Baptista Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

MONTEIRO, Sérgio Pinto. *O Resgate do Tenente Apollo*. Rio de Janeiro: CNOR, 2006.

OLIVEIRA, Dennison. *Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá, 2015.

PEREIRA, M. J. *Politizando o cotidiano: repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

ROSTY, Claudio Skora. *A FEB na Itália. X Seminário nacional sobre a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, 2023.

SEINTENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Barueri: Manole, 2003.

SILVEIRA, Joaquim Xavier. *A FEB por um soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Editora Expressão e Cultura Ltda., 2001.

TRESPACH, Rodrigo. *Histórias não (ou mal) contadas: Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Harpers Collins, 2017.



José Carlos Meireles da Silva é Subtenente de Intendência do Exército Brasileiro. Graduado em História pela Universidade Federal do Amazonas e em Geografia pelo Centro Universitário Maringá, e mestre em história pela Universidade Salgado de Oliveira. Atualmente, é Pesquisador da Seção de Simbologia Marcial do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército.

ID Lattes: 3072342241558123.



Fabíola Michelle Andrade de Oliveira é graduada em Pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul e em Turismo pela Universidade Paulista, e pós-graduada em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Cândido Mendes. Trabalha no Centro Educacional José de Paiva Netto, no Rio de Janeiro.



**SARA DE CASTRO:
UMA BRASILEIRA JUDIA
ENFERMEIRA NA
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

*Daniel Mata Roque
Israel Blajberg
Fernando Porto*



Resumo: O presente artigo tem como objetivo descrever e analisar, através dos conceitos teóricos de micro-história (utilizando os textos de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi) e trajetória (com amparo em Pierre Bourdieu), os dados sobre a vida de Sara de Castro¹, brasileira judia de tradicional família estabelecida em Pernambuco, que se voluntariou para integrar, como enfermeira, a Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Através da triangulação de fontes, levantando dados em bibliografia, jornais e documentos de arquivo ainda inexplorados, procuramos compreender sua motivação para seguir para a guerra e a influência de sua família e comunidade religiosa nesse contexto.

Palavras-chave: Força Expedicionária Brasileira; Segunda Guerra Mundial; História Militar; História Judaica.

Abstract: This article aims to describe and analyze, through the theoretical concepts of microhistory (using the texts of Carlo Ginzburg and Giovanni Levi) and trajectory (with the support of Pierre Bourdieu), the data on the life of Sara de Castro, a Jewish Brazilian from a traditional family established in Pernambuco, who volunteered to join the Brazilian Expeditionary Force as a nurse during the Second World War. Through the triangulation of sources, gathering data from bibliography, newspapers and archive documents that are still unexplored, we seek to understand her motivation for going to war and the influence of her family and religious community in this context.

Keywords: Brazilian Expeditionary Force; Second World War; Military History; Jewish History.

INTRODUÇÃO

Em 1942, ao ver-se envolvido (Alves, 2002) naquele que se tornaria o maior conflito armado da história da humanidade, o Brasil encarava a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) como a oportunidade de inserir-se no contexto global como uma potência regional consolidada, além de captar desenvolvimento econômico, tecnológico e militar. A motivação popular adveio dos ataques realizados por submarinos alemães e italianos contra a navegação mercante brasileira, até então neutra e desarmada (Moraes, 2005).

Nessa época, já se conhecia o antissemitismo e a violência doméstica dos nazistas contra diversos grupos étnicos, políticos e religiosos, embora não fosse possível imaginar a proporção genocida que tais ações ganhariam. Cerca de uma centena de brasileiros de religião judaica, filhos e netos de imigrantes, integraram-se às forças brasileiras de terra, mar e ar para lutar contra o nazifascismo, com duplo objetivo: defender a pátria contra os agressores e interceder, direta ou indiretamente, pela libertação de sua comunidade religiosa (Blajberg, 2015).

No presente artigo, temos por objetivo analisar a trajetória de Sara de Castro como 2º tenente enfermeira da Força Expedicionária Brasileira (FEB), no conflito da Segunda Guerra Mundial, mediante suas origens familiares judaicas.

Para tanto, adotamos o conceito de micro-história (Ginzburg, 1989) na perspectiva do jogo de escalas (Levi, 2000) preconizado por Giovanni Levi. Nele procuramos, por meio do indivíduo, a expressão do engajamento nacional, pelos seus indícios e vestígios deixados como documentação, localizados em arquivos físicos e virtuais, para a construção da narrativa histórica.

¹Imagem de capa: Foto de Jean Manzon, acervo do Centro de Documentação Capitão Altamira Pereira Valadares, sob o gerenciamento da pesquisadora cultural Alessandra Baltazar.



Na reconstituição dessa trajetória (Bourdieu, 1996), abordamos o conceito de “paradigma indiciário”, de Carlo Ginzburg (1992), que compara essa busca à tarefa do caçador, que vai localizar sua presa encontrando, primeiro, pegadas e pelos no caminho, cheiros e movimentos, indícios e vestígios. Em nossa “caçada”, os elementos da natureza foram substituídos por bibliografia, matérias de jornal e documentos cartoriais como fontes históricas.

Adotamos, para o desenvolvimento desta pesquisa, três eixos, mediante a técnica de triangulação das fontes para a construção das argumentações para a narrativa histórica, a saber: 1) Mulheres militares: enfermeiras para a FEB; 2) Sara de Castro, 2º tenente enfermeira na Segunda Guerra Mundial; 3) Família e comunidade judaica pernambucana.

No primeiro eixo, trataremos do contexto no qual as enfermeiras participaram do conflito internacional; no segundo, apresentaremos Sara de Castro; e, no terceiro, falaremos de sua família e da comunidade judaica do Recife de então, de forma articulada, para a discussão analítica sobre a protagonista da pesquisa. Isso deu origem às limitações e contribuições da pesquisa para o domínio da história militar, até chegarmos às conclusões.

MULHERES MILITARES: ENFERMEIRAS PARA A FEB

O Brasil reconheceu o estado de beligerância com a Alemanha e a Itália em 22 de agosto de 1942. Nas palavras do General Eurico Gaspar Dutra, então ministro da Guerra, “declarar guerra, para nós militares, é fazer a guerra. Mas fazê-la, sabemos, é antes de mais nada para ela preparados estarmos” (Leite; Júnior, 1983), sintetizando que “os americanos, fortes e ricos como são, forneçam-nos os meios para nos equiparmos” e “saberemos cumprir nossos deveres” (Ibid., p. 217). O interesse era recíproco: na visão norte-americana, segundo o historiador Fernando Rodrigues, “o Brasil armado representava a defesa da metade da América do Sul e a certeza da cooperação com a segurança do restante” (Rodrigues, 2017, p. 217).

A negociação deu certo: não satisfeito com uma posição passiva, o governo brasileiro optou por atuar diretamente no campo de batalha, criando, em 9 de agosto de 1943, a FEB, que iria lutar no Teatro de Operações do Mediterrâneo, especificamente no norte da Itália – totalmente equipada pelo Exército dos EUA e enquadrada em sua estrutura.

Para tornar-se uma divisão na estrutura americana, a FEB passou por mudanças doutrinárias e operacionais, ajustando forma de pensar e de combater, além de alterar a estrutura organizacional e criar funções e unidades (Moraes, 2005). Sobre a forma de combater, surgiram novos armamentos e uma visão mais ofensiva, por exemplo. No aspecto organizacional, foram seguidos os padrões ternários americanos: uma divisão tem três regimentos de infantaria, cada um subdividido em três batalhões, por sua vez cada batalhão com três companhias. Interessa-nos, particularmente, a criação de funções, unidades e serviços, como a Companhia de Polícia, a Companhia de Transmissões, o Depósito de Pessoal, a Capelania Militar e, claro, o grupamento de enfermeiras (Mattos, 2001) que seria agregado ao serviço hospitalar.

Era preciso equipe para atender aos brasileiros e desafogar o serviço das enfermeiras americanas, na guerra desde 1941. No Serviço de Saúde do Exército, que não dispunha de enfermeiras, iniciou-se essa profunda transformação e, por meio do Decreto-Lei nº 6.097, de 13 de dezembro de 1943, foi criado o Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército (Medeiros, 1987). Pela primeira vez na história brasileira, as mulheres ingressavam de forma oficial nas Forças Armadas.



Com a premência da organização do quadro, o Exército aceitou mulheres com diferentes tipos de formação e experiência. Como pré-requisito, deveriam ser brasileiras natas, solteiras ou viúvas (em ajuste posterior, aceitariam mulheres casadas, desde que com o consentimento do marido), ter entre 22 e 45 anos de idade e alguma formação em enfermagem (Oliveira, 2010).

Parte das enfermeiras era “diplomada”, ou seja, havia cursado o equivalente a um curso de nível superior em escolas da época, como a Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), a Escola Alfredo Pinto (EAP) e a da Universidade de São Paulo (USP). O curso tinha a duração de três anos e esse grupo representou a minoria do efetivo (Bernardes, 2003).

Outro grupo de enfermeiras era o de “samaritanas”, formadas pela Cruz Vermelha Brasileira em um curso de um ano, próximo do que seria, hoje, uma formação técnica.

A maior parte das enfermeiras da FEB, no entanto, era de “voluntárias socorristas”, também formadas em curso ministrado pela Cruz Vermelha Brasileira, com duração de três meses, voltado para formação emergencial e com alta procura, motivada pela contingência da guerra. Muitas mulheres que concluíram esse curso trabalhavam em outras áreas, não possuíam nenhuma experiência na área da saúde e procuraram a enfermagem especificamente com o objetivo de seguirem para o voluntariado da guerra (Roque, 2019).

Muito embora carregassem bagagens acadêmicas, formação e experiência muito diversas, sendo ainda um grupo bastante heterogêneo quanto à condição e origem econômica, muitas enfermeiras compartilhavam o passado militar no sangue: eram filhas, netas ou sobrinhas de generais e almirantes brasileiros, de alguma forma ligadas à vida militar, com parentes ou amigos na FEB. Algumas descendiam de heróis da Guerra da Tríplice Aliança, como foi o caso das enfermeiras Aracy Arnaud Sampaio, Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero e Lúcia Osório (Ibid.).

Para a adequação à vida militar, foi criado o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (CEERE), oferecido no Rio de Janeiro (com as maiores turmas) e ainda nas regiões militares sediadas no Ceará, em Minas Gerais, na Bahia e no Paraná (Medeiros, 1987). As atividades incluíam muito exercício físico, ordem unida, marcha, noções da vida militar e estágio em unidades hospitalares do Exército. Concluído o curso, parte das voluntárias era convocada e nomeada Enfermeira de 3ª Classe (Bernardes, 2007).

É interessante destacar essa nomenclatura, criada especialmente para essas novas mulheres, que então não eram nem civis nem oficialmente militares. Não receberam, de início, posto ou graduação, e foram remuneradas com o soldo de 3º sargento.

Apenas durante a guerra, como enfermeiras já na Itália e trabalhando em hospitais norte-americanos, foram “arvoradas” ao posto de 2º tenente (Bernardes, 2003), pelo Boletim Interno da FEB nº 175, assinado pelo comandante da FEB, General de Divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes. Foram as primeiras oficiais brasileiras, as primeiras mulheres com posto militar. Resolveu-se, assim, o constrangimento que envolvia saber em quais barracas elas deveriam dormir ou em quais mesas deveriam comer, por exemplo, já que antes não eram nem civis nem militares, nem oficiais nem praças, embora já andassem fardadas. Interessante notar que o soldo, o pagamento, continuou equiparado ao de 3º sargento, hierarquicamente inferior (Ibid.).

A partir de julho de 1944, as enfermeiras começam a seguir, por via aérea e com diversas escalas no Brasil e na África, para o Teatro de Operações. O primeiro grupo de enfermeiras chega à Itália em 15 de julho, na véspera do primeiro escalão de combatentes brasileiros, que seguia em navios de transporte de tropas (Ibid.).

Complementando a estrutura do Serviço de Saúde na retaguarda, baseada na formação de seções brasileiras funcionando anexas aos hospitais norte-americanos, onde eram agrupados médicos, enfermeiros, dentistas, farmacêuticos e pessoal de apoio administrativo da FEB, criou-se o Transporte Aéreo de Evacuação (TAE) – (Roque, 2019), baseado em Natal/RN e responsável por voar até a Itália e realizar a evacuação de feridos graves e convalescentes de volta para o Brasil, para tratamento mais complexo ou prolongado. No TAE, também havia a necessidade de enfermeiras para acompanharem os pacientes no longo voo, que comumente não trazia médicos a bordo (Bernardes, 2003). Para tal função, em vez de escalarem oficiais da Força Aérea Brasileira, que contava com seis enfermeiras no hospital de Livorno, na Itália, foram destacadas enfermeiras da FEB para o serviço aéreo do TAE, já que era uma estrutura do Exército.

Foi nesse contexto que Sara de Castro partiu para a Segunda Guerra Mundial. Sendo ela brasileira, judia e enfermeira, tornou-se também militar para atender os doentes e feridos no combate.

SARA DE CASTRO, 2º TENENTE ENFERMEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Sara de Castro nasceu na cidade do Recife, capital do Estado brasileiro de Pernambuco, em 8 de março de 1919². Era filha de Manoel José de Castro e Fanny Basbaum, ambos imigrantes judeus naturais do então Império Russo. No início da vida adulta, Sara mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde fez o curso de Samaritana na Cruz Vermelha Brasileira, tornando-se enfermeira.



Figura 1 – Sara de Castro em seu uniforme de enfermeira da FEB

Fonte: Valadares, 1976, p. 98

²Certidão de Nascimento de Sara de Castro (8 mar 1919). Brasil, Pernambuco, Registro Civil, 1804-2016, *database FamilySearch*.



Decidida a ajudar no esforço de guerra como enfermeira militar, integrou a segunda turma (Medeiros, 2003) do CEERE da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro, concluindo-o em 21º lugar, com média final 6,37, no segundo semestre de 1944. Voluntária para integrar a FEB, foi convocada em 29 de julho de 1944, sendo designada, em outubro do mesmo ano, para fazer o Curso de Enfermagem em Transporte Aéreo na Base Aérea de Parnamirim, em Natal/RN (Ibid.).

Segundo relato da Major Elza Cansanção Medeiros, também veterana da FEB e autora de bibliografia sobre o tema, Sara fez sua primeira viagem a serviço em 4 de janeiro de 1945, seguindo para a Itália com um grupo de enfermeiras em deslocamento para o *front*. Retornou ao Brasil transportando pacientes em 17 de junho de 1945 (Ibid.).

O texto da Major Elza não deixa claro qual foi a atuação de Sara na Itália ao longo desses seis meses: se trabalhou como enfermeira nos hospitais americanos junto com as outras colegas da FEB ou se fez outras viagens de evacuação ao Brasil ou aos Estados Unidos da América, para onde eram encaminhados feridos graves, especialmente vítimas de amputação que precisavam de próteses ortopédicas e reabilitação, inclusive os brasileiros. Na documentação até agora levantada, também não conseguimos precisar sua atuação nesse período.

Esses dados básicos sobre a atuação de Sara na FEB foram extraídos da obra *Um! Dois! Esquerda! Direita! Acertem o passo*, publicada pela Major Elza em 2003. Outro trabalho relevante da bibliografia produzida pelas próprias enfermeiras é o livro *Álbum biográfico das febianas*, publicado em 1976 pela Capitão Altamira Pereira Valadares, também veterana da FEB, que não traz nenhum dado a mais sobre Sara. Ao contrário, o trecho sobre ela, resumido a um parágrafo, informa exatamente os mesmos dados que a Major Elza transcreve dali em seu livro, décadas depois, fazendo pequena ampliação (como, por exemplo, a nota obtida no CEERE).

Na obra de 1976, a Capitão Altamira conclui com a seguinte observação sobre Sara: “Não consegui nada diretamente nem tenho a sua folha de alterações. Após a guerra, ela passou a residir nos Estados Unidos da América do Norte e sua família pouco soube informar. Fiz esse resumo” (Valadares, 1976, p. 98-99).

Ainda segundo a Major Elza, Sara de Castro recebeu as medalhas de Campanha e de Guerra e foi licenciada do serviço ativo do Exército em 5 de novembro de 1945, assim como todas as enfermeiras da FEB, já que não havia nenhuma previsão legal para a permanência de mulheres na carreira militar em tempos de paz.

Essa possibilidade só viria 12 anos depois, em 1957, por meio da Lei nº 3.160, de 1º de junho de 1957, proposta pelo deputado federal Fernando Ferrari, que abraçou a causa pela qual as veteranas lutaram por 12 anos. Do total de 67 veteranas da FEB, 46 enfermeiras requereram o retorno ao Serviço de Saúde do Exército. Doze já haviam sido reformadas por incapacidades físicas e emocionais adquiridas na guerra (Camerino, 1983). Apenas nove enfermeiras tinham capacidade produtiva e decidiram não se apresentar, dentre as quais estava Sara de Castro. Segundo Elza, Sara havia trabalhado no pós-guerra em funções administrativas na Companhia Siderúrgica Nacional e em outros escritórios, indo depois residir nos EUA.

Registro de imigração localizado sobre Sara mostra uma entrada nos EUA³, na cidade de Baltimore, Estado de Maryland, em 26 de dezembro de 1946. Segundo a ficha, Sara informou como procedência o Rio de Janeiro e como parente mais próximo o tio Adolpho Basbaum, com endereço

³Imigração da enfermeira Sara de Castro para os EUA (dezembro de 1946) - Maryland, Baltimore Passenger Lists Index, 1897-1952, database FamilySearch



carioca. A passagem foi paga pela mãe e, no campo “occupation” (ocupação), o registro diz, em inglês, “none” (nenhuma). Como endereço em que ficaria nos EUA, há o número 239 do Central Park, na cidade de Nova Iorque, e o nome de Celia Feldberg, sem indicação de ser parente ou amiga. O manifesto de passageiros do navio⁴ *SS Joseph M Medill*, que a transportava, registra a data de partida do Rio de Janeiro três semanas antes, em 3 de dezembro de 1946. Nesse documento, consta que Sara era alfabetizada, falava três idiomas (português, inglês e francês) e, no campo “race or people” (raça ou povo), foi informado “latino-americano”. Não há menção à religião judaica nos documentos.

Destacamos que, em seu último livro, publicado em 2003, Elza relata que Sara ainda estava viva e residindo na cidade de Nova Iorque, estando “muito perturbada mentalmente” (Medeiros, 2003, p. 159). Não cita, no entanto, fonte para tais afirmações nem há detalhamento ou explicação sobre esse diagnóstico. A mesma Major Elza, em uma entrevista, afirmara que “todos os veteranos são neuróticos de guerra. Os que dizem que não são estão em pior estado, porque ainda não reconhecem” (Ribeiro, 2007).

Há indícios, em pesquisas preliminares, de que mais de uma enfermeira da FEB foi reformada (aposentada com vencimentos militares), nos primeiros anos após o fim do conflito, com o diagnóstico de “neurose de guerra”, julgadas incapazes para o serviço ativo em função das sequelas psicológicas advindas da experiência desumana que é a guerra. Não encontramos nenhuma documentação que aponte que Sara tentou esse reconhecimento do Estado, nem podemos afirmar que sofresse tais sequelas décadas depois da guerra.

Não conseguimos estabelecer com exatidão a data ou a causa da morte de Sara de Castro, mas, pela triangulação de fontes (livro de Elza Cansanção, registros documentais na plataforma *FamilySearch* e notícias de jornal encontradas na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional do Brasil), acreditamos que o falecimento tenha ocorrido na cidade norte-americana de Nova Iorque em 23 de outubro de 2001, quando contava com 82 anos de idade⁵, antes, portanto, da publicação do livro da Major Elza, que deixa claro não ter mais contato com Sara há bastante tempo.

Até onde nos foi possível pesquisar, Sara de Castro, como muitas das enfermeiras da FEB, jamais se casou ou teve filhos, apesar de não podermos afirmar maiores detalhes de sua vida sentimental.

FAMÍLIA E COMUNIDADE JUDAICA PERNAMBUCANA

A relação da comunidade judaica imigrante com a Região Nordeste brasileira é bastante antiga. O Brasil foi a porta de entrada dos judeus no Novo Mundo, onde começaram a se estabelecer já em 1500, desde o Recife (Blajberg, 2015). Os primeiros judeus eram chamados *anussim* (forçados), que foram trazidos junto com presos políticos e delinquentes comuns para desenvolverem a nova colônia portuguesa. Em 1630, a Holanda invadiu o Nordeste do Brasil, marcando o renascimento judaico no Recife, pois os holandeses eram de religião protestante calvinista, em

⁴Imigração da enfermeira Sara de Castro para os EUA (dezembro de 1946) – Maryland. Baltimore Passenger Lists, 1820-1948, NARA record, database FamilySearch.

⁵United States Social Security Death Index, database, Familysearch – Sara Castro, 23 Oct 2001; citing U.S. Social Security Administration.



contraponto à “Sancta Inquisição” dos portugueses, que de santa não tinha nada e perseguiu milhares de judeus na península Ibérica, de onde fugiram para Amsterdã. Dos 7.500 holandeses que desembarcaram no Recife, 1.500 eram judeus. A primeira sinagoga em solo americano foi construída no Recife, em 1636, chamada *Kahal Kadosh Zur Israel* (Santa Comunidade Rochedo de Israel) – (Mello, 1989).

O primeiro rabino do Brasil e das Américas (Ibid.), Isaac Aboab da Fonseca, chegou ao Recife em 1642, ali permanecendo até a expulsão dos holandeses em 1654, tendo escrito o primeiro poema em hebraico no Brasil, acompanhado do segundo rabino do Brasil, Rafael de Aguiar Mossé. Os judeus muito contribuíram para a cultura da cana e a produção do açúcar, naquele tempo usado como remédio, que valia seu peso em ouro. Os judeus dominavam a tecnologia e muitos engenhos eram de sua propriedade e possuíam uma sinagoga, além da capela.

Engenheiros judeus construíram fortes e a primeira ponte Recife-Mauritia, projetada pelo judeu Baltazar da Fonseca. Eram os tempos de Maurício de Nassau, que aqui chegou com cientistas que estudaram a flora e a fauna, e artistas como Franz Post. Também nesse Recife Judaico, formou-se a primeira unidade militar judaica a entrar em combate desde a queda do Templo de Salomão, no ano 70 d.C., quando as legiões romanas conquistaram Jerusalém (Wolf; Wolf, 1979).

A derrota holandesa determinou o fechamento do maior símbolo do judaísmo brasileiro, a Sinagoga *Kahal Zur Israel*⁶, e a emigração em massa dos judeus para Curaçao, Europa e até para uma ilha distante, onde fundaram a Nova Amsterdã, hoje cidade de Nova Iorque. Foi do Recife, em 7 de setembro de 1654, que um grupo de 23 judeus sefardim de língua holandesa partiu para a Nova Amsterdã num desesperado esforço para escapar da Inquisição novamente imposta por Portugal. Esses 23 imigrantes – os primeiros judeus a aportarem em terras norte-americanas – estabeleceram a *Shearith Israel*, a primeira sinagoga da atual Nova Iorque⁷.

O curto período de governo holandês (1630-1654) teve grande significado para a cultura brasileira, convivendo o elemento português, africano, índio, judeu e holandês em tolerância e liberdade, tornando possível o desenvolvimento em todos os setores da sociedade. Apenas em 1773, um decreto da Coroa Portuguesa aboliu a Inquisição contra os judeus (Ibid.). Séculos depois, na segunda metade do XIX, inicia-se novo movimento migratório intenso de judeus europeus para o Brasil, com destaque, mais uma vez, para a Região Nordeste e, especialmente, Pernambuco⁸.

O porto do Recife era o primeiro na rota dos judeus refugiados da Europa. Sem dinheiro para seguir viagem, muitos se estabeleciam por ali mesmo. Eram os judeus mais pobres, que não tinham condições de ir para o Rio de Janeiro ou Buenos Aires. Muitos vinham só com a roupa do corpo, cruzavam o Atlântico para não mais voltar (Kaufman, 2001).

⁶Com a partida dos judeus, a sinagoga ficou perdida através dos séculos. O prédio original foi demolido no início do século XX, substituído por um banco e depois por uma loja de ferragens. No final do século, o pesquisador José Antônio Gonsalves de Mello, o maior estudioso do Tempo dos Flamengos, redescobriu sua história e localização. Em 1989, publicou seu famoso livro *Gente da Nação*. A Federação Israelita de Pernambuco (FIPE) encarregou o Prof. Dr. Marcos Albuquerque, do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), de escavar a localização na Rua do Bom Jesus, antiga Rua dos Judeus, e revelar ao mundo a Sinagoga *Kahal Tzur Israel* do Recife Antigo. Após três séculos oculta pelo véu do tempo, a sinagoga mais antiga das Américas foi reinaugurada para o público em geral em 18 de junho de 2002, como museu e centro de documentação, com investimento de US\$ 500 mil para sua restauração pela Fundação Safrá, de São Paulo, e pelo Governo do Estado de Pernambuco. Os trabalhos revelaram a existência de oito diferentes camadas de pisos ao longo do tempo, além das fundações da sinagoga e os restos de uma *mikvah* (banho ritual). Foram restaurados o púlpito utilizado para a leitura da Torá e a Bimá. A *mikvah* e o piso original de pedra podem ser vistos através de placas de vidro. No andar superior, painéis em português e inglês contam a história dos judeus do Recife. Seu endereço atual é rua do Bom Jesus, 197-203, Bairro do Recife (Recife Antigo). Portanto, ao eminente professor Marcos Albuquerque, pesquisador associado do CEPHiME, muito deve a História Judaica.

⁷Portal www.visaojudaica.com.br. Acesso em: 21 out 2023.

⁸Atualmente há duas sinagogas no Recife: uma mais recente, ortodoxa, do *Beit Lubavitch*, e outra liberal, a Sinagoga Israelita do Recife, construída em 1927, no bairro da Boa Vista, à rua Martins Junior nº 29. É o último sítio remanescente do período dos judeus da Boa Vista, quando ali moravam quase todos os membros da comunidade israelita. Atualmente, além de funcionar como sinagoga, o espaço atende a objetivos culturais e museológicos, sendo aberto diariamente ao público.



Na década do nascimento de Sara de Castro, 1910, o Recife já possuía uma primeira casa de orações, situada em residência particular. Em 1918, surgiram o Centro Israelita de Pernambuco e a escola *Idishe Shul*. Nesse mesmo período, nova leva de imigrantes, refugiados da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), reforçou a comunidade já estabelecida. Em 1927, foram abertos o cemitério judaico e a Sinagoga Israelita da Boa Vista (atual Sinagoga Israelita do Recife), seguindo-se a sinagoga sefardita em 1930⁹. Havia então diversas instituições na comunidade, incluindo cinco escolas, o *Relief* (que dava auxílio aos imigrantes recém-chegados), clube, biblioteca, teatro *idish*, movimentos juvenis sionistas e as organizações femininas *Wizo* e *Pioneiras*¹⁰. Nos bairros Boa Viagem e Boa Vista, concentravam-se os judeus, em número que atingiu 1.600 almas^{11,12}.

Os pais de Sara, Manoel José de Castro e Fanny Basbaum, casaram-se no Recife em fevereiro de 1917¹³ e descendiam de tradicionais famílias estabelecidas na cidade. Manoel era filho de José de Castro (em 1919, já falecido) e Balbina de Castro; Fanny era filha de Isaac Basbaum e Clara Basbaum.

O casal Manoel e Fanny trabalhava no comércio e residia na praça Maciel Pinheiro, nº 363, no bairro da Boa Vista, endereço onde Sara foi dada à luz¹⁴. Na página virtual da Fundação Joaquim Nabuco, há um verbete histórico sobre a Praça Maciel Pinheiro, que faz o seguinte registro:

Antes da II Guerra Mundial, em decorrência do antissemitismo e das graves perseguições contra os judeus, ocorre uma grande migração para Pernambuco, principalmente por parte da população judaico-europeia. Essas famílias se instalam, de início, no bairro da Boa Vista.

Por sua condição geográfica, a Praça Maciel Pinheiro se torna o reduto da colônia judaica do Estado, representando o principal fórum de encontros e debates tanto por parte dos imigrantes, quanto ainda dos pernambucanos residentes em seus arredores. Além do português, o que mais se ouvia ali era o *íddiche*, língua falada pelos judeus *askenazim* – aqueles provenientes da Europa Oriental. E, nos bancos da praça, discutiam-se as últimas novas relativas à política, ao comércio, às artes, à literatura, e outros assuntos. A população não judia e menos escolarizada, residente no Recife, devido à falta de conhecimento, costumava referir-se àqueles judeus como os russos (Vainsencher, 2003).

Destaca ainda a autora do verbete que outra eminente figura da comunidade judaica de imigrantes russos nasceu em endereço daquela praça: a escritora Clarice Lispector (1925-1977) – (Ibid.), cuja família fugira da região que hoje compreende a Ucrânia.

⁹FEDERAÇÃO ISRAELITICA DE PERNAMBUCO. História da Comunidade Judaica de Pernambuco. Disponível em: <https://www.conib.org.br/federadas/9-conteudo/83-fipe-federacao-israelita-de-pernambuco.html>. Acesso em: 22 out 2023.

¹⁰Ibid.

¹¹Ibid.

¹²Hoje, Recife tem aproximadamente tantos judeus quantos tinha em 1654 (cerca de 1.500), não sendo, portanto, descendentes dos sefarditas que viveram ali nos anos 1600. A população judaica do Recife ficou estagnada em função de limitações geográficas e econômicas. As comunidades mais próximas ficam em Salvador (500), Fortaleza (120) e Natal (40). A comunidade judaica brasileira hoje tem cerca de 120 mil pessoas, concentradas sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro e outras capitais.

¹³Certidão de Nascimento de Sara de Castro (8 mar 1919) – Brasil, Pernambuco, Registro Civil, 1804-2016, databaseFamilySearch.

¹⁴O sobrado onde Sara de Castro nasceu ainda está de pé, conservando o mesmo endereço.

¹⁵Uma das possíveis origens para a família Basbaum no Brasil remonta ao século XIX, com a chegada ao Rio de Janeiro de Abraham Basbaum, imigrante judeu-polonês, que se estabeleceu na cidade. Ele fundou a primeira fábrica de sapatos Carioca, e seus descendentes seguiram seus passos no ramo empresarial. Não foi possível, no entanto, confirmar se a família de Sara de Castro, em Pernambuco, tem relação com essa família de Abraham Basbaum, no Rio de Janeiro, embora os pernambucanos depois tenham se espalhado e vindo, também, para a cidade carioca.



A família materna de Sara, Basbaum, vinha de longe¹⁵. Seus antepassados nasceram e cresceram na mesma região histórica da Bessarábia, hoje dividida entre Ucrânia e Moldávia, fronteiras com a Romênia e a Rússia. Havia dezenas, centenas de pequenas cidades onde floresciam comunidades judaicas. Um mundo que acabou. A família Basbaum tornou-se bastante conhecida e influente na comunidade judaica pernambucana e brasileira.

Isaac Basbaum, avô materno de Sara, dedicou-se ao comércio de joias e à ourivesaria. Nascido no Império Russo, faleceu em 11 de março de 1945 – quando a neta Sara estava na Itália, auxiliando, como enfermeira, no combate aos inimigos nazifascistas – na cidade do Rio de Janeiro, aos 73 anos de idade e já viúvo de Clara Basbaum, deixando 11 filhos maiores¹⁶. Foi sepultado no Cemitério Israelita de Vila Rosali, em São João de Meriti/RJ. Sua filha Fanny, mãe de Sara, faleceu também no Rio de Janeiro em 1º de outubro de 1971, sendo sepultada no Cemitério Comunal Israelita do Caju¹⁷. Teve ao menos mais dois filhos além de Sara: David e José.

Uma figura famosa nessa árvore genealógica foi Leôncio Basbaum¹⁸, irmão de Fanny e tio de Sara. Leôncio nasceu no Recife em 6 de novembro de 1907. Formou-se em medicina, mas dedicou-se especialmente à escrita e à militância política. Foi membro da Comissão Central do Partido Comunista Brasileiro, fundador e secretário-geral da Juventude Comunista e um dos principais teóricos de esquerda do Brasil, com diversos livros publicados e fundando sua própria editora, Agência Literária. Dentre seus livros destacam-se *História Sincera da República* (em quatro volumes), *Fundamentos do Materialismo* e *Caminhos Brasileiros do Desenvolvimento*. Faleceu em São Paulo em 7 de março de 1969, sendo sepultado no Cemitério Israelita do Butantã.

Outro tio materno de Sara, Adolfo Basbaum, teve destaque na vida brasileira: fundou, em 1944, a rede de comércio varejista Lojas Brasileiras (LOBRÁS), cujo primeiro endereço foi na mesma região recifense da Boa Vista, na rua da Imperatriz nº 37. A empresa teve dezenas de lojas em diversos estados brasileiros, contando com quase 2.000 funcionários, até fechar as portas em 1999. Sara, assim como diversos membros da família, era acionista da LOBRÁS¹⁹.

Adolfo também foi presidente (1961-1969) da Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), voltada para atendimento a pessoas com sequelas e limitações motoras²⁰, e do tradicional Lions Club da Urca (1960), entidade filantrópica voltada para trabalhos voluntários, comunitários e assistenciais, além de integrar a diretoria do Banco Nacional Brasileiro²¹. Também fundou, no bairro carioca de Botafogo, a Maternidade Clara Basbaum, em homenagem à sua mãe, mantida por uma fundação de mesmo nome. Nascido no Recife em 1901, Adolfo faleceu no Rio de Janeiro no dia 5 de setembro de 1969, sendo sepultado no Cemitério Comunal Israelita do Caju²².

Como podemos observar, ao longo do século XX a família Basbaum cresceu e se espalhou por diversas regiões do país, mantendo seu legado cultural e empresarial. Hoje, existem numerosos descendentes espalhados pelo Brasil e pelo mundo. Uma integrante menos conhecida dessa linhagem, e que não carregava mais o sobrenome, era a enfermeira militar Sara de Castro, sobre quem trata de forma central a presente pesquisa e a quem retornamos agora nossa lupa micro-histórica, na busca de indícios.

¹⁶Certidão de óbito de Isaac Basbaum (11 mar 1945). Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, Quinta Circunscrição, database FamilySearch.

¹⁷BRASIL. Biblioteca Nacional. Jornal do Brasil, 2 out 1971, p. 20.

¹⁸BRASIL. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Acervo Leôncio Basbaum. Disponível em: <https://amorj.ifcs.ufrj.br/arquivos/LE%C3%94NCIO%20BASBAUM.pdf> Acesso em: 21 out 2023.

¹⁹BRASIL. Diário Oficial da União, 5 fev 1954, p. 1.715

²⁰ABBR. Institucional. Disponível em: <https://abbr.org.br/nossa-historia/> Acesso em: 22 out 2023.

²¹BRASIL. Biblioteca Nacional. Correio da Manhã, 12 out 1966, p. 10.

²²BRASIL. Biblioteca Nacional. Diário de Notícias, 6 set 1969, p. 6.



Cabe ressaltar a contribuição da comunidade judaica dos anos 1940 ao desenvolvimento brasileiro, com destaques econômicos e culturais, e com consciente participação na vida militar nacional, apresentando-se para uma luta de duplo significado. Segundo Israel Rosenthal (1921-2021), oficial dentista também voluntário para integrar a FEB, lutar na Segunda Guerra Mundial era uma obrigação como brasileiro e como judeu, pois o Brasil tinha sofrido “covardes torpedeamentos, sem sentido nenhum” e ele “sabia o que estava acontecendo na Alemanha”, então “tinha obrigação de ajudar”²³.

Não podemos afirmar que Sara de Castro tivesse o mesmo conhecimento e a mesma convicção, mas as fontes encontradas nos permitem inferir e nos instigam a prosseguir e aprofundar a pesquisa.

Por meio da trajetória de Sara, enxergamos todo um grupo de mulheres, atingidas pela “síndrome de Anna Nery”²⁴, que se tornaram enfermeiras para poderem ser militares, e se tornaram militares por um ideal, uma aventura, uma paixão ou uma visão de oportunidade financeira e ascensão social. Essas mulheres ajudaram a transformar o Exército Brasileiro.

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial contribuiu significativamente, portanto, para uma série de mudanças econômicas, políticas, militares, geopolíticas e sociais. A trajetória de Sara – brasileira, judia, enfermeira e militar – é um desses exemplos.

Sobre Sara de Castro, ainda há bem poucas informações disponíveis e, em nossa pesquisa, pouco conseguimos avançar até agora, apresentando uma evidente limitação deste estudo pelo pouco acesso a fontes²⁵. É preciso prosseguir na pesquisa da documentação e possibilitar a triangulação de fontes.

Em contrapartida, o artigo conseguiu trazer alguma documentação inédita localizada em arquivos para a construção da narrativa sobre a trajetória de Sara de Castro. Assim sendo, contribuímos para o debate historiográfico a respeito da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao trazer à tona a participação nacional da comunidade judaica e o pioneiro ingresso de mulheres nas Forças Armadas, fato que influenciou decisivamente a criação de quadros femininos para a carreira militar a partir de 1980.

CONCLUSÃO

Ao cumprirmos o objetivo de analisar a trajetória de Sara de Castro, como 2º tenente enfermeira da FEB no conflito da Segunda Guerra Mundial, mediante suas origens familiares judaicas, podemos apresentar algumas ideias.

Dentre diversos aspectos para pontuar, optamos por uma ideia que consideramos central: Sara de Castro era uma mulher à frente de seu tempo, que se tornou integrante do primeiro grupo de mulheres militares do Brasil e tomou parte, ajudando a minorar o sofrimento humano,

²³ESTRELA DE DAVID NO CRUZEIRO DO SUL. Direção: Israel Blajberg. Produção: Daniel Mata Roque. Rio de Janeiro: Pátria Filmes; Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2016. 1 DVD (72 min).

²⁴OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. In: *Aquelas mulheres de farda*. Direção: Daniel Mata Roque. Rio de Janeiro: Pátria Filmes; Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2018. Filme digital (72 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xfusHHEKzmk>.

²⁵Nas pesquisas realizadas no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), ainda não foi possível localizar nada sobre Sara de Castro, nem a existência de sua pasta pessoal e folhas de alterações.



em um conflito mundial de proporções criminosas, em que sua nacionalidade foi atacada e seu grupo étnico-religioso sofreu um genocídio.

Dessa forma, em um mundo ainda coalhado de preconceitos e discriminação, acreditamos que esta pesquisa se enquadra em um painel mais amplo sobre a construção da nacionalidade brasileira e a formação do povo brasileiro, essencialmente miscigenado e multicultural, receptivo, integrador e diverso – mas coeso na busca por paz e liberdade.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Vágner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2002.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AQUELAS MULHERES DE FARDA. Direção: Daniel Mata Roque. Rio de Janeiro: Pátria Filmes; Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2018. Filme digital (72 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xfusHHEKzmk>.

BERNARDES, Margarida *et al.* *Uma enfermeira da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial*: Fundo Virgínia Portocarrero da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. História, Ciências, Saúde-Manguinhos [online]. 2022, v. 29, n. 2, p. 531-550. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702022000200013>.

BERNARDES, Margarida Maria Rocha. *O Grupamento Feminino de Enfermagem do Exército na Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

BERNARDES, Margarida Maria Rocha; LOPES, Gertrudes Teixeira. As enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no *front* italiano. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 447-453, set 2007.

BLAJBERG, Israel. *Estrela de David no Cruzeiro do Sul*. Resende: AHIMTB, 2015.

CAMERINO, Olímpia de Araújo. *A mulher brasileira na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1983.

ESTRELA DE DAVID NO CRUZEIRO DO SUL. Direção: Israel Blajberg. Produção: Daniel Mata Roque. Rio de Janeiro: Pátria Filmes; Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2016. 1 DVD (72 min).

FEDERAÇÃO ISRAELITA DE PERNAMBUCO. *História da Comunidade Judaica de Pernambuco*. Disponível em: <https://www.conib.org.br/federadas/9-conteudo/83-fipe-federacao-israelita-de-pernambuco.html>. Acesso em: 22 out 2023.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.



KAUFMAN, Tânia Neumann. *Passos perdidos, história recuperada: a presença judaica em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2001.

LEITE, Mauro Renault; JÚNIOR, Novelli. *Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MEDEIROS, Elza Cansanção. *E foi assim que a cobra fumou*. Rio de Janeiro, RJ: Imago Editora, 1987.

MEDEIROS, Elza Cansanção. *Um! Dois! Esquerda! Direita! Acertem o passo*. Rio de Janeiro: edição da autora, 2003.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. Recife: Fund. Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 1989.

MORAES, João Baptista Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.

MOTTA, Aricildes de Moraes. *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. *Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no front do pós-guerra*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

RIBEIRO, Flávia. Major Elza Cansanção: Exército da Salvação. *Aventuras na História*, São Paulo. 1º jan 2007. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/acervo/major-elza-cansacao-exercito-salvacao-435085.phtml>. Acesso em: 16 ago 2022.

RODRIGUES, Fernando da Silva. *Militares, Poder e Sociedade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

ROQUE, Daniel Mata. *A Veterana*. Rio de Janeiro: AHIMTB, 2019.

VAINSENCER, Semira Adler. Praça Maciel Pinheiro. *Fundação Joaquim Nabuco*. 17 jul 2003. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com_content&view=article&id=618&Itemid=1. Acesso em: 21 out 2023.

VALADARES, Altamira Pereira. *Álbum Biográfico das Febianas*. Batatais: Centro de Documentação Histórica do Brasil, 1976.

WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. *A odisseia dos judeus no Recife*. São Paulo: CEJ, 1979.

FONTES

BRASIL. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Acervo Leônicio Basbaum. Disponível em: <https://amorj.ifcs.ufrj.br/arquivos/LE%C3%94NCIO%20BASBAUM.pdf>. Acesso em: 21 out 2023.



Certidão de nascimento de Sara de Castro (8 mar 1919). Brasil, Pernambuco, Registro Civil, 1804-2016, *database FamilySearch*.

Certidão de óbito de Isaac Basbaum (11 mar 1945). Brasil, Rio de Janeiro, Registro Civil, 1829-2012, Quinta Circunscrição, *database FamilySearch*.

Imigração da enfermeira Sara de Castro para os EUA (dezembro de 1946), Maryland, Baltimore Passenger Lists Index, 1897-1952, *database FamilySearch*.

PERIÓDICOS

BRASIL. Biblioteca Nacional. *Correio da Manhã*, 12 out 1966, p. 10.

BRASIL. Biblioteca Nacional. *Diário de Notícias*, 6 set 1969, p. 6.

BRASIL. Biblioteca Nacional. *Jornal do Brasil*, 2 out 1971, p. 20.

BRASIL. *Diário Oficial da União*, 5 fev 1954, p. 1715.



Daniel Mata Roque é cineasta e historiador. Está cursando o doutorado do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES/Brasil. Associado Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

ID Lattes: 8589550266285829.



Israel Blajberg é engenheiro eletrônico e pesquisador de História Militar. Professor aposentado da Universidade Federal Fluminense, presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil – Seção Rio de Janeiro e Associado Titular (decano) do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

ID Lattes: 6043152363216189.



Fernando Porto é historiador e enfermeiro. Possui doutorado em Enfermagem, com pós-doutoramento pela Universidade de São Paulo. Professor Associado III da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e vice-presidente da Academia Brasileira de História da Enfermagem. Coordenador do PPG ENF/BIO e líder do grupo de pesquisa LACUIDEN do CNPq.

ID Lattes: 4619352168058936.

EDIT RIAL

2024



EM BREVE

- RES MILITARIS: O EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS NO SÉCULO XXI
- EXÉRCITOS PRIVADOS: O MERCENÁRIO MODERNO E O SEU PAPEL NA ORDEM MUNDIAL
- A GUERRA QUE FORJOU UMA NAÇÃO: PORQUE A GUERRA CIVIL AMERICANA AINDA IMPORTA
- ALÉM DAS MONTANHAS: A NOVA ERA DA GUERRILHA URBANA

**SEJA NOSSO
ASSINANTE**

E RECEBA EM SUA RESIDÊNCIA NOSSOS LIVROS
PUBLICADOS.
ACOMPANHE NOSSOS LANÇAMENTOS



www.bibliex.eb.mil.br



Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

HISTÓRIA – CULTURA – BRASIL

www.dphcex.eb.mil.br